

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	15
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	16
1.5 Principais clientes	32
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	33
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	42
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	43
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	44
1.10 Informações de sociedade de economia mista	48
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	49
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	50
1.13 Acordos de acionistas	51
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	54
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	55
1.16 Outras informações relevantes	56
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	57
2.2 Resultados operacional e financeiro	96
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	101
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	102
2.5 Medições não contábeis	103
2.6 Eventos subsequentes as DFs	114
2.7 Destinação de resultados	115
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	116
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	117
2.10 Planos de negócios	118
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	120
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	121
3.2 Acompanhamento das projeções	122

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	123
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	163
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	171
4.4 Processos não sigilosos relevantes	174
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	175
4.6 Processos sigilosos relevantes	176
4.7 Outras contingências relevantes	177
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	178
5.2 Descrição dos controles internos	184
5.3 Programa de integridade	187
5.4 Alterações significativas	191
5.5 Outras informações relevantes	192
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	193
6.3 Distribuição de capital	197
6.4 Participação em sociedades	198
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	199
6.6 Outras informações relevantes	200
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	201
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	205
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	206
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	208
7.4 Composição dos comitês	215
7.5 Relações familiares	218
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	219
7.7 Acordos/seguros de administradores	221
7.8 Outras informações relevantes	223
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	224

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	231
8.3 Remuneração variável	235
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	237
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	240
8.6 Outorga de opções de compra de ações	241
8.7 Opções em aberto	244
8.8 Opções exercidas e ações entregues	248
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	251
8.10 Outorga de ações	254
8.11 Ações entregues	257
8.12 Precificação das ações/opções	258
8.13 Participações detidas por órgão	260
8.14 Planos de previdência	261
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	264
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	265
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	266
8.18 Remuneração - Outras funções	268
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	269
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	270
8.20 Outras informações relevantes	271
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	272
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	273
9.4 Outras informações relevantes	274
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	275
10.1 Descrição dos recursos humanos	277
10.2 Alterações relevantes	278
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	279
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	281
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	282
10.5 Outras informações relevantes	283

Índice

11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	284
11.2 Transações com partes relacionadas	286
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	287
11.3 Outras informações relevantes	290
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	291
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	292
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	293
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	297
12.5 Mercados de negociação no Brasil	298
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	299
12.7 Títulos emitidos no exterior	300
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	301
12.9 Outras informações relevantes	302
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	303
13.1 Declaração do diretor presidente	304
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	305
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	306

1.1 Histórico do emissor

1.1 Histórico do emissor

A Companhia iniciou suas atividades em 2004 e foi fundada por Vanderlei Rigatieri Junior e Francisco Sergio Day de Toledo com o objetivo de comercializar produtos de tecnologia wireless e de transmissão por redes de dados. No início, a Companhia focou em tecnologias de nicho, tais como Internet via Rádio, mais tarde migrando para Banda Larga, Segurança Eletrônica, Comunicação Unificada. Visando o aumento do portfólio passou a oferecer também infraestrutura de data center, áudio e vídeo profissional, segurança de dados e IoT Internet das coisas, mercados com um grande potencial de crescimento e poucas empresas atuantes. Segue a cronologia:

No ano de 2007, observando novas oportunidades, a Companhia passou a atuar também no mercado de Segurança, com soluções em segurança física e eletrônica, CFTV, VMS e controle de acesso.

Anos mais tarde, em 2011, a Companhia ingressou em mais um mercado, na área de equipamentos de Telecom, com o início da distribuição de equipamentos FTTH (Fiber To The Home), o que ampliou sua gama de clientes e sua estratégia de negócios.

O ano de 2012 marcou a expansão da Companhia na industrialização e distribuição de seus produtos, quando a Companhia inaugurou seu Centro de Distribuição em Ilhéus, Bahia, e passou a ocupar uma área superior a 7.000 m² no Polo de Informática de Ilhéus, que conta com incentivos fiscais, nas esferas estaduais e federal. A capacidade instalada de armazenagem e movimentação de cargas é superior a 2 milhões de peças anualmente, e, por meio de acordos com as principais transportadoras, a Companhia consegue entregar seus produtos em qualquer cidade do território nacional.

Em 2013, a Companhia fundou uma subsidiária chamada a MaxBR, que viria a ser incorporada pela Companhia anos mais tarde, que ampliou ainda mais o alcance da Companhia para oferecer exclusivamente serviços de locação de equipamentos de tecnologia. O ano de 2013 marca também o início das vendas no modelo TaaS (Technology as a Service), modelo de assinaturas de produtos de tecnologia que permite aos clientes transformar seu Capex (Investimento) em Opex (despesas) ao criar mensalidades, agregando todos os benefícios de uma locação: garantia estendida, trocas em casos de falhas e atualização tecnológica periódica. O conceito objetiva descomplicar a estruturação da tecnologia pelos clientes, evitando que necessitem de um reinvestimento robusto e recorrente diante das inevitáveis obsolescências dos produtos desse segmento.

Em 2017, a Companhia recebeu um investimento minoritário do fundo de private equity 2bCapital, que possibilitou maior crescimento e melhoria da qualidade de atendimento e ter recursos financeiros suficientes para aumentar a oferta de TaaS (Technology as a Service). No mesmo ano, a Companhia expandiu seu estoque ao inaugurar um Centro de Distribuição na Cidade de São Paulo, SP, que permitiu a distribuição mais rápida e eficaz para o Estado de São Paulo e para os demais Estados do Sudeste.

O ano de 2018 é marcado pela aquisição da Axyon Distribuidora, o primeiro passo para integrar a Companhia em novos mercados como o de data center, DWDM, áudio e vídeo profissional, cibersegurança e automação residencial. No mesmo ano, a Companhia inaugurou a SmartWDC, espaço com mais de 500 m² dedicado à IoT, que possui um showroom de soluções para a automatização de residências e espaços comerciais com foco em IoT, além de um centro de

1.1 Histórico do emissor

treinamentos totalmente moderno e amplo com capacidade para atender 30 pessoas simultaneamente.

No ano de 2019 a Companhia adquiriu a Munddo Distribuidora com o objetivo de fortalecer a oferta de automação predial e residencial no modelo as a service idealizado pela Companhia. No mesmo ano, a Companhia iniciou suas operações na Colômbia, onde passou a operar estrategicamente ao observar o crescimento dos negócios de banda larga nos países latino americanos, cujos provedores de acesso à internet (Internet Service Providers - ótica que os servidores brasileiros. Ainda em 2019, a Companhia anunciou a abertura de seu centro logístico no Panamá, país de localização estratégica, que aumentou sua capacidade logística além de agilizar a distribuição de produtos na América Latina.

Em 2020, a Companhia passou a integrar o mercado de energia solar por meio da inauguração de um centro de produção e distribuição de geradores de energia solar de 4.000 m2 na cidade de Extrema MG, visando atender todo o território brasileiro. Ainda em 2020, a Companhia inaugurou a loja conceito da Casa Conectada, especializada em automação residencial, que utiliza a tecnologia IoT sem fio e visa transformar as residências em ambientes inteligentes, que podem ser acionados por smartphones e assistentes de voz e uma gama de soluções integradas.

O ano de 2021 foi marcado pela oferta pública inicial de ações (IPO) da Companhia, realizado em julho, tendo sido obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários o registro de companhia aberta na “Categoria A”, com ações admitidas a negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A., movimento significativo para expansão e desenvolvimento dos negócios desta.

Em 2025, a WDC concluiu a aquisição de 51% da Infinite Consulting, empresa de pequeno porte, fundada em 2013, com atuação na área de engenharia de redes e telecomunicações focada em prover consultoria, assessoria e suporte para ISPs (provedores) e operadoras. Esta aquisição estratégica permitirá à Companhia incorporar serviços gerenciados de rede (MSP) ao seu portfólio conforme estratégia de M&A divulgada ao longo de 2024 e expandir sua oferta de serviços.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL E HISTÓRICO

A WDC Networks (Livetech da Bahia Ind. e Com. S.A.) é uma empresa de fornecimento de equipamentos e de soluções de Telecom, Tecnologia da Informação (TIC), e Energia Solar para uma variada gama de clientes no Brasil, Colômbia, Estados Unidos e Panamá.

Nosso objetivo é conectar pessoas e empresas a tecnologias inovadoras, essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Temos experiência e conhecimento nos segmentos em que atuamos facilitando a introdução e adoção de novas tecnologias e produtos para nossos clientes. Buscamos sempre melhorar a experiência do cliente simplificando processos e atuando em parceria para que possamos antecipar novas tendências e trazer para nosso portfólio produtos e marcas que tenham sinergia e complementariedade reforçando ainda mais nosso complexo ecossistema de soluções e consequentemente agregando valor para todos os stakeholders.

Em linha com nossa visão e tradição de inovação e empreendedorismo, desenvolvemos um modelo de negócio de locação de equipamentos, transformando Capex em Opex, que denominamos de “TaaS” (Technology as a Service). Esse modelo que iniciamos em 2013, é um modelo “ganha-ganha”, e traz benefícios tanto para o cliente quanto para a Companhia e nos diferencia da maioria dos nossos concorrentes nacionais e internacionais.

Celebramos um contrato de locação mensal entre o cliente e a Companhia com prazos de até 60 meses e sem opção de compra ao final. O maior diferencial da modalidade TaaS é que a propriedade do produto não é transferida ao cliente e, portanto, o cliente não tem o dispêndio do custo total do produto e reduz seus riscos. Abaixo destacamos os principais benefícios dessa modalidade para o cliente e a Companhia:

Para o cliente:

- (i) possibilidade de atualização da tecnologia e redução do risco de obsolescência;
- (ii) redução da necessidade de investimento (Capex) em intangível e imobilizado;
- (iii) possibilidade de focar no core business; e
- (iv) maior eficiência fiscal quando comparado a compra tradicional.

Para a Companhia:

- (i) receita recorrente e relacionamento de longo prazo;
- (ii) diminuição dos níveis de “default” pelo cliente;
- (iii) melhora de margens operacionais; e
- (iv) possibilidade de cross-sell & up-sell.

Em 2022 um contrato típico do TaaS mostrou uma taxa interna de retorno (IRR) de aproximadamente 25%. Acreditamos que tais benefícios permitem que nossos resultados sejam mais resilientes às condições econômicas adversas no Brasil ou àquelas que afetam particularmente os mercados em que operamos.

Adicionalmente, acreditamos que nossa produção própria para o fornecimento de serviços e produtos, incluindo infraestrutura de banda larga, câmeras de vigilância, sistemas de controle de acesso, Cibersegurança, data center, automação, e geradores de energia solar é uma

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

vantagem competitiva. A montagem dos nossos produtos nas duas unidades industriais da Companhia traz mais qualidade, agilidade, eficiência operacional além de benefícios fiscais.

Acreditamos que nossa expertise no mercado e as relações duradouras com nossos fabricantes estratégicos, nos permitiu acompanhar eficientemente o crescimento do mercado de equipamentos de Telecom e de Tecnologia da Informação e Comunicação (T.I.C.) no Brasil. Além disso, conseguimos aumentar nosso market-share, com um crescimento na quantidade de clientes, bem como o wallet-share de cada cliente. Em 2018 nosso número de clientes era 3.560 e cresceu para 6.408 em 2023, o que representa um aumento de 80%. Esses aumentos resultaram em um crescimento de receitas líquidas que somaram R\$900,7 milhões em 31 de dezembro de 2023. Em dezembro de 2024, nossa receita líquida atingiu R\$ 837,9 milhões, taxa de crescimento composta média anual CAGR(18-24) de 14,7%.

Nossas atividades se iniciaram em 2004 com a importação e venda de equipamentos wireless e de segurança. Em 2007, entramos no mercado de segurança eletrônica e soluções para “cidades digitais” no Brasil, sendo as duas primeiras no interior de São Paulo (Itatiba e Valinhos), onde fornecemos câmeras de monitoramento de vias públicas e uma central de vigilância operadas pelas respectivas prefeituras municipais. Em 2008, introduzimos no mercado os produtos de telefonia via internet (VoIP), iniciamos a montagem de produtos no Brasil e inovamos com a comercialização de câmeras de vigilância via protocolo IP, chamadas de “*network cameras*”.

Em 2011, nosso fundador percorreu mais de 50.000 quilômetros pelas estradas do Brasil, e visitou mais de 100 cidades durante 8 meses com o objetivo de conhecer seus clientes presencialmente e estabelecer conexões e capilaridade, que hoje fazem toda diferença em nossa capacidade de distribuição e abrangência no mercado nacional. Um exemplo prático desse conhecimento adquirido das necessidades dos seus clientes foi quando a Companhia antecipou mais uma tendência tecnológica e trouxe para o Brasil a tecnologia FTTH (Fiber to the Home) GPON, a mais avançada na época e acreditamos que seja a mais utilizada globalmente. Em 2012, o crescimento acelerado de nossas atividades resultou na expansão do nosso centro de distribuição e principalmente na industrialização de produtos. Localizada em Ilhéus, nossa primeira fábrica conta com uma área superior a 7 mil metros quadrados, com capacidade de armazenagem e movimentação de cargas superiores a 2 milhões de peças anualmente. Em 2013, atentos às necessidades de nossos clientes, percebemos que a demanda por banda larga era crescente, porém a capacidade de nossos clientes em investir nessa tecnologia era limitada. Sendo assim inovamos e criamos a MaxBR, nossa subsidiária focada em locação de equipamentos aos clientes. Desde então viemos aperfeiçoando esse modelo de locação com melhorias, tais como níveis de serviço, reposição, verificação de funcionamento periódico, suporte técnico diferenciado chegando até o atual TaaS. O TaaS deixou de ser exclusivo para o mercado de ISP e penetrou com mais facilidade no mercado corporativo. Em 2017, buscando o aprimoramento de nossa governança e a ampliação de nossa capacidade de investimento, recebemos um investimento minoritário do fundo de private equity 2bCapital - Brasil Capital de Crescimento I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, cuja gestora 2bCapital S.A. é controlada pelo Banco Bradesco. Este movimento, entre outras coisas, possibilitou o nosso avanço na rota de crescimento e de expansão, tais como a conclusão em 2018 e 2019, respectivamente, das aquisições da Axyon Distribuidora e da Munddo Distribuidora, que ampliaram ainda mais o portfólio da Companhia em soluções de Cibersegurança, automação predial, internet das coisas (Internet of Things – IOT) e automação residencial.

Ainda em 2019, lançamos a Casa Conectada, empresa especializada em automação residencial através da IoT que nasceu para desenvolver uma rede de franquia nacional. Por meio da

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

automação, qualquer residência pode ser transformada em um ambiente inteligente, acionável via smartphones e assistentes de voz. No mesmo ano, iniciando a expansão internacional, passamos a operar um centro de distribuição no Panamá e um escritório comercial na Colômbia.

Em 2020, percebendo a alta demanda por energia limpa, os investimentos em veículos elétricos, a necessidade de renovação de sistemas de energia dos ISPs em seus “POP” (ponto de presença) e para aproveitar a sinergia com nossa vasta rede de clientes, inauguramos uma fábrica de geradores de energia fotovoltaica em Extrema/MG. Essa unidade fabril importa componentes e monta kits de geração de energia fotovoltaica para fins comerciais incluindo para usinas de energia e domésticos. Em apenas poucos meses de operação nesse segmento conseguimos escalar a operação e adicionar novos cliente através de vendas cruzadas (cross-sell).

O ano de 2021 entrou para nossa história principalmente por conta da abertura de capital (IPO) realizado em julho, o que nos trouxe maior capital de giro para continuarmos crescendo e contribuindo para alcançarmos novos recordes de Vendas Totais. Além disso, conseguimos sustentar o elevado crescimento no segmento de energia solar e ganhamos maior maturidade no negócio de forma geral.

Para os próximos anos, acreditamos que estamos bem-posicionados para as tendências pós-pandemia, por exemplo, (i) homes passed, (ii) demanda crescente por conexão de alta velocidade, (iii) cibersegurança, (iv) digitalização do entretenimento, (v) tecnologias colaborativas (telemedicina, aprendizado à distância entre outras), e (vi) energia limpa.

Durante toda a nossa existência, uma característica fundamental da nossa Companhia foi o cuidado especial dado ao ser humano e ao meio ambiente. Nesse sentido, estamos muito atentos às tendências ligadas a ESG (Environmental, Social and Governance) como por exemplo:

- (i) Environmental: vendemos kits de energia fotovoltaicas para nossos clientes capazes de gerar em 2021 mais de 155.000,00 kWp de energia solar, o que significa uma redução de mais de 5.100 toneladas em CO² por mês e mais de 21.700 árvores preservadas por mês. Além disso, a planta produtiva de Ilhéus faz a reutilização da água da chuva e tem fontes de energia solar e eólica;
- (ii) Social: possuímos um programa de doação, campanhas sociais (criando programas de coleta de plásticos nas praias, coleta de pilhas, feirões em prol de entidades beneficentes) e praticamos uma inclusão permanente, investimos em treinamentos funcionais, concedemos benefícios de saúde a colaboradores e familiares e incentivamos a proximidade e poucos níveis de gestão. Essas iniciativas contribuíram para que em 2021 fôssemos elencados como uma das melhores empresas para se trabalhar (GPTW - Great Places to Work), com alto índice de satisfação em pesquisa interna realizada pela Companhia;
- (iii) Governance: como exemplos da política interna de governança, a Companhia possui um comitê de auditoria externo, auditado por uma das big four (EY) desde 2017 e conta com um conselho de administração com larga experiência. Adicionalmente, em abril de 2021 aderimos ao segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e estamos elaborando políticas de aderência de nossos fornecedores e prestadores de serviço a temas relacionados a ESG.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Resumidamente, nossa Companhia traduz o seu modelo de negócios em cinco importantes pontos:

- **Grande Modelo de Negócios:**
 - Difícil de ser replicado
 - Modelo Technology-as-a-Service resiliente, recorrente e focado no cliente
 - Mais de 60 marcas parceiras

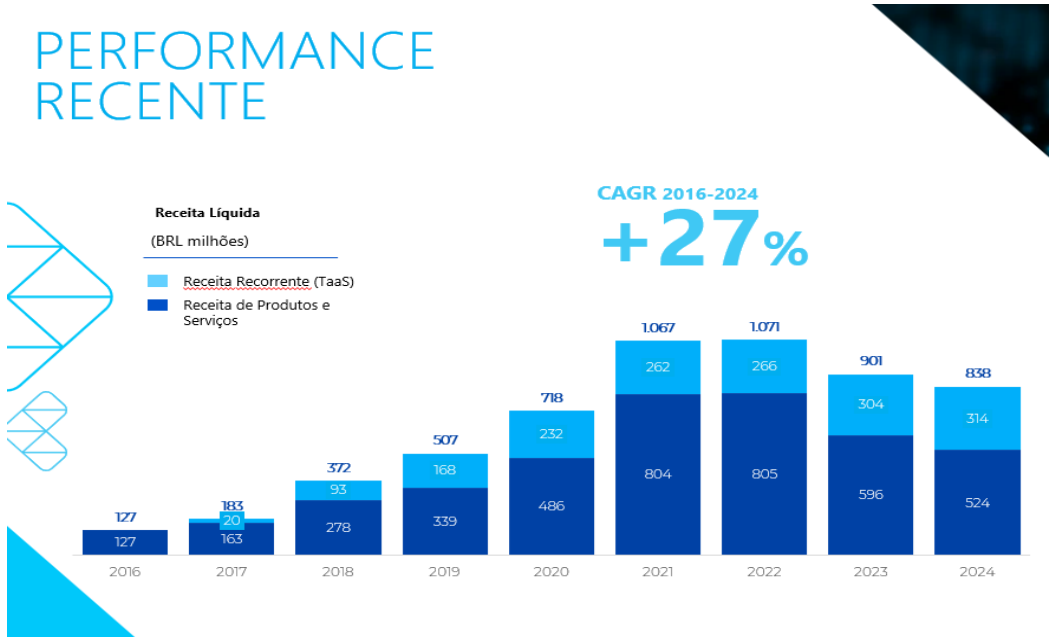
- **Grande Mercado:**
 - Segmentos Telecom e Corporativo
 - Crescimento forte da unidade de negócios Solar
 - Mercado fragmentado e base de clientes de revendas, distribuidores e ISPs com alta fidelidade
 - Grande mercado total endereçável para seus produtos
 - Portfólio de soluções tech com valor adicionado

- **Grande Relacionamento com Clientes:**
 - +5,5 milhões de ONUs vendidas (“Optical Network Unit” ou modem de fibra utilizados pelos assinantes de banda larga para terem acesso à internet) e assinantes atingidos
 - Mais de 1.700 cidades atendidas desde o início das operações
 - Desenvolvimento de produtos correlacionados
 - Churn menor que 1%

- **Grande Time:**
 - Cultura de pertencimento com DNA de inovação
 - Time altamente motivado
 - Governança corporativa implementada e em destaque com uma agenda de ESG

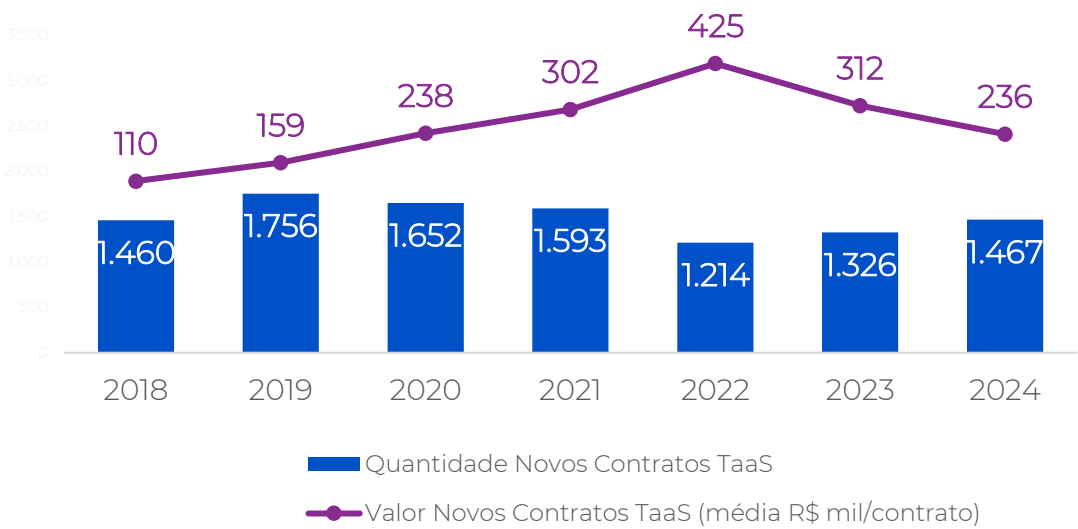
- **Grandes Resultados:**
 - Alto crescimento (14,7% de taxa de crescimento composta média anual CAGR de Receita Líquida entre 2018 e 2023)
 - Altas margens (+32,4% Margem EBITDA Ajustada em 2024)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



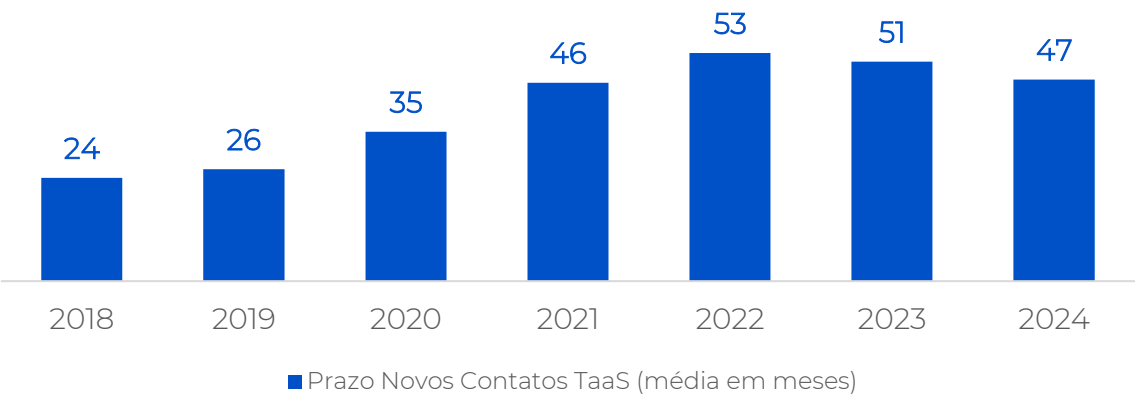
Em 2024, o segmento Telecom representou 57% da Receita Líquida Total, frente a 8% do segmento Solar e 35% do segmento Enterprise, enquanto em 2023 o segmento Telecom representou 53%, frente a 18% do segmento Solar e 28% do segmento Enterprise.

Em 2024, o ticket médio de novos contratos atingiu R\$236 mil por contrato e 1.467 novos contratos. Já em 2023, o ticket médio de novos contratos atingiu R\$312 mil por contrato e 1.326 novos contratos.



Fonte: Companhia

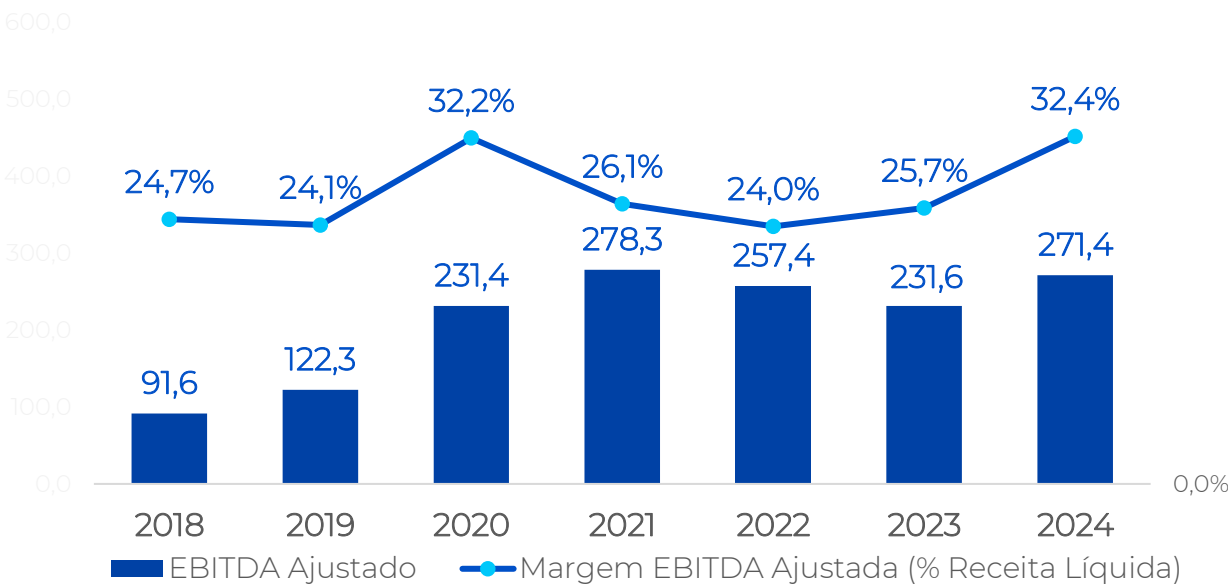
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia

A Margem EBITDA Ajustada saiu de 24,7% em 2018 para 32,47% em 2024, o que representa um aumento consistente da rentabilidade.

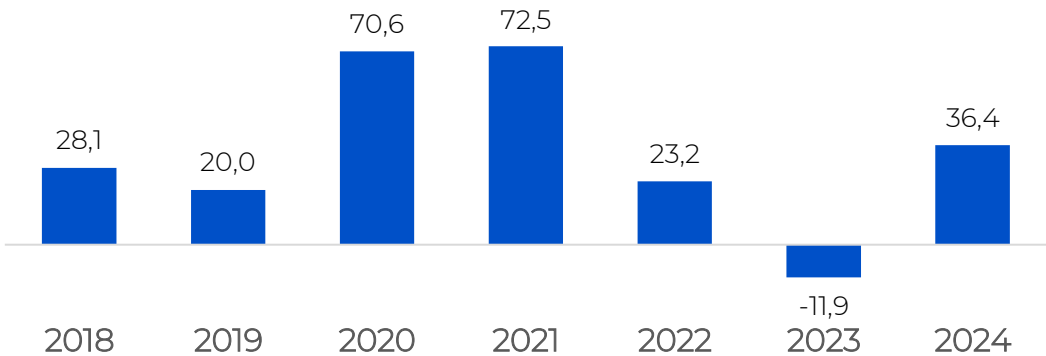
O EBITDA Ajustado saiu de R\$92 milhões em 2018 para R\$271 milhões em 2024. Esse aumento significativo se deu pela expansão de todos os negócios da Companhia, ao aumento do portfólio de TaaS e maiores volumes de vendas.



Fonte: Companhia.

O Lucro Líquido Ajustado saiu de R\$28,1 milhões em 2018 para R\$36,4 milhões em 2024. Vale mencionar que em 2023 o segmento Solar que impactou o resultado de forma negativa em R\$18 milhões.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia.

O endividamento, indicado pelo índice Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (UDM), atingiu 1,80x em 2024, patamar razoável para o nosso negócio com base no histórico dos últimos 3 anos. Em 2023, 2022 e 2021 esse índice foi de 2,11x, 1,91x e 0,9x respectivamente.

Com relação ao Backlog de Receita (receita a ser reconhecida em períodos futuros relacionadas aos contratos de locação), este atingiu R\$745 milhões em 2024, queda de 14,8% em relação a 2023. Além da redução de 16% no volume de vendas TaaS, a Companhia realizou de forma inédita, uma cessão de recebíveis sem regresso com o backlog no valor de R\$ 46,5 milhões.

Fonte: Companhia.

VANTAGENS COMPETITIVAS E PONTOS FORTES

Acreditamos que nosso modelo de negócios possui bases sólidas que o tornam difícil de ser replicado em um curto espaço de tempo. Listamos abaixo as principais vantagens que acreditamos que possuímos em relação aos nossos concorrentes.

Grande modelo de negócios que vende tecnologia como serviços (TaaS)

Em 2013, atentos às tendências mundiais de IaaS (Infrastructure as a Service), introduzidas pelos grandes operadores de Data Center para a computação na nuvem, decidimos criar um sistema de oferta de tecnologia na modalidade de contrato de locação, caracterizando-se como TaaS (Technology as a Service). Esse modelo, que acreditamos ser original e inovador no mercado brasileiro, se tornou especialmente importante num dos mercados que atuamos, o de telecomunicações. Essa modalidade foi uma das alavancas do crescimento dos provedores de internet regionais, ISPs e, depois, foi amplamente adotado no mercado corporativo.

Esse modelo de negócio é particularmente interessante pois se configurou um modelo “ganha-ganha” para o cliente e para nós. O cliente ganha, pois o risco de obsolescência dos produtos é mitigado, o investimento (CAPEX) em tecnologia é reduzido e pode focar em seu próprio negócio. Em nosso caso, os benefícios se caracterizam por geração de receitas recorrentes, criação e manutenção de laços de longo prazo com nossos clientes, diminuição da inadimplência, em função de laços de dependência mútua, e possibilidade de cross-selling e up-selling. Acreditamos que são essas características que permitem que nossos resultados sejam mais resilientes diante de um cenário de condições econômicas adversas no Brasil ou aquelas que afetam particularmente os mercados nos quais atuamos.

Linhas de produtos e parcerias com grandes marcas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Atuamos nos segmentos de venda de produtos de tecnologia e formato TaaS para o atendimento nos mais diversos tipos de clientes, especialmente em clientes dos setores Telecom (provedores regionais de internet - ISPs e operadores) e Corporativo (médias e grandes empresas). Oferecemos para os clientes Telecom um grande portfólio de produtos e serviços para construção de redes de telecomunicação de alta performance.

Para os clientes do segmento Corporativo, oferecemos produtos e serviços relacionados a sistemas de energia solar, equipamentos de automação residencial, soluções de áudio e vídeo profissional para ambientes corporativos, painéis de LED, soluções para redes de dados, segurança da informação, sistemas de energia e infraestrutura crítica, telefonia e colaboração, automação predial e segurança eletrônica.

A ideia e estratégia da nossa Companhia foi criar um portfólio adequado e que pudesse ser um “one-stop-shop”, ou seja, os clientes poderiam se abastecer de praticamente toda a tecnologia necessária para seus projetos em nossa Companhia. Abaixo trazemos alguns números das unidades de negócio Telecom e Corporativo com data-base de que podem refletir a sua dimensão.

Atualmente, nossos fornecedores são mais de 60 marcas altamente reconhecidas no mercadonacional e internacional, incluindo dentre elas, Huawei, Nokia, Sophos, Leyard, TP-Link, Axis, Grandstream, Shure, Yamaha, Hikvision, Fujikura, LG, Yealink, Digifort, Dahua, entre outros.

Estas parcerias são um sistema de benefícios mútuos para a WDC, nossos clientes e nossos fornecedores. Por um lado, nós temos acesso aos produtos da mais alta qualidade existente no mercado para fornecer aos nossos clientes, o que auxilia na fidelização destes e manutenção de relações de longo prazo. Por outro, nós facilitamos o processo de venda e entrega dos fornecedores, visto que assumimos a importação, logística, crédito aos clientes, desenvolvimento de canais e funding. Além disso, os fornecedores não têm que ter presença física no país, nem financiamento local e modelos de crédito para atender clientes pequeno e médio portes.

Acreditamos que nossa vasta linha de produtos e serviços juntamente com nossa expertise em clientes dos segmentos Telecom e Corporativo, bem como as relações que temos com nossos fornecedores, representam uma barreira para entrada de novos competidores que pretendam ingressar em nossos mercados de atuação.

Estrutura e capilaridade

Possuímos relações com clientes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, já vendemos ou alugamos mais de 5,6 milhões de ONUs (optcal network unit) até 2024, cada ONU pode ser considerada um domicílio conectado através de fibra ótica, temos relacionamento com mais de 2.000 ISPs e operadores, atendemos mais de 4.000 revendas e integradores. Essa capilaridade e estrutura aliada a capacidade da Companhia de introdução de novos produtos e tecnologias para nossos clientes é uma importante vantagem competitiva.

Para atender com excelência esse número de clientes no Brasil contamos escritórios comerciais, fábricas e centros de distribuição espalhados em pontos estratégicos, tanto no Brasil quanto no exterior. No total, contamos com (i) duas fábricas localizadas nas cidades de Ilhéus e Salvador, no Estado da Bahia; (ii) seis centros de distribuição localizados nas cidades de Ilhéus e Salvador, no Estado da Bahia, São Paulo, no Estado de São Paulo, Itajaí, no Estado de Santa Catarina, na cidade de Bogotá, na Colômbia, e na Cidade do Panamá, no Panamá e (iii) quatro escritórios

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

comerciais localizados nas cidades de São Paulo, no Estado de São Paulo, Extrema, em Minas Gerais, Miami nos Estados Unidos da América, e na cidade de Bogotá na Colômbia.



No Segmento de Telecom, a Companhia vende diretamente para os provedores de internet de pequeno, médio e grande porte (ISPs), e também para algumas revendas. No Segmento Corporativo, a Companhia vende para integradores de sistemas, revendas, lojas online, integradores de energia solar, e também para SMEs. Esta capilaridade abordada mais acima só foi atingida através de uma estrutura de vendas focada, que segmenta seus clientes e estabelece diferentes canais de contato para cada grupo. Além disso, a Companhia possui uma extensa capacidade para análise de crédito dos clientes, com um modelo proprietário e contratos “guarda-chuva” que permitem uma facilidade maior em atingir um maior público, conforme abaixo:



Além das atuais equipes comerciais, a Companhia desenvolveu uma plataforma de e-commerce com o objetivo de atingir novos clientes e menores players do setor, bem como atender melhor os consumidores finais.

Fabricação nacional

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Além disso, nossa estrutura local de montagem de produtos já instalada e consolidada nos coloca em uma posição confortável, por atender a demanda atual, mas ao mesmo tempo fornecer capacidade para crescimento. Em 2024, 45% das vendas foram advindas de produtos que foram montados em nossa fábrica.

Quanto aos fornecedores, a Companhia tem procurado sempre trabalhar com parceiros de tecnologia de ponta, garantindo assim o fornecimento de produtos com diferenciação para seus clientes. Dado a condição de modelo de negócio da Companhia, vários fabricantes internacionais entenderam a capacidade de alavancar soluções inovadoras e se aliaram à WDC criando condições comerciais diferenciadas, permitindo a montagem de seus produtos localmente com alto entendendo que o padrão de qualidade e montagem.

Expertise em TaaS e sólido relacionamento com clientes

Acreditamos que nossa grande experiência no modelo de TaaS nos proporciona uma vantagem em relação a seus competidores que entraram no mercado recentemente. Desde 2013, a Companhia vem adaptando o modelo e introduzindo novas ofertas de serviços, de forma a torná-lo mais eficiente e direcionado às necessidades dos seus clientes. Acreditamos que essa evolução resultou no crescimento da nossa base de clientes, conforme mencionado anteriormente.

O modelo de TaaS é extremamente focado no relacionamento mantido com os clientes, que é geralmente de médio e longo prazo. Nesse sentido, a iniciativa do nosso fundador de percorrer mais de 35.000 quilômetros conhecendo os seus clientes em diversas regiões do Brasil demonstra o comprometimento da Companhia na busca por se aproximar e entender as necessidades dos seus clientes para aprimorar a prestação e oferta de serviços. A Companhia vem oferecendo o serviço de TaaS desde 2013, o que fez com que ela tivesse tempo para adaptar e tornar o modelo mais eficiente com o passar dos anos. Acreditamos que após tantos anos promovendo o TaaS, adquirimos uma grande expertise em relacionamentos de longo prazo. Como consequência dessa expertise, acreditamos possuir uma visibilidade maior sobre o risco de crédito de nossos clientes, o que acreditamos ser um diferencial competitivo nesse segmento.

Expertise da alta administração

Acreditamos que um dos diferenciais da Companhia está na manutenção dos fundadores na sua alta administração e na experiência dos líderes das áreas de negócios. O conhecimento e experiência dessa equipe fazem com que decisões sejam tomadas rapidamente e a Companhia continue ágil o bastante para aproveitar as tendências de mercado. Na área de logística, por exemplo, o longo relacionamento que possuem com fornecedores vem se mostrando como um diferencial competitivo frente a outros competidores, que confiam em intermediários logísticos toda a distribuição de produtos. A administração próxima, humanizada e centrada, transformaram o ambiente da empresa, contribuiu para que desde 2021 fôssemos elencados como uma das melhores empresas para se trabalhar (GPTW), alto índice de satisfação em pesquisa interna realizada pela Companhia.

Certificação OEA (Operador Econômico Autorizado)

A Companhia é uma das poucas empresas no setor que possuem a certificação de Operador Econômico Autorizado (“OEA”). A certificação OEA agiliza a entrada dos produtos importados, por meio de um processo mais fácil de aceitação e simplificações na alfândega. Além disso, há também um aviso prévio em caso de seleção de mercadoria para controle.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Para que a certificação seja tirada são necessários pelo menos 24 meses de importação direta feita pela Companhia e na média mais 12 meses para tratar de todos os documentos necessários. Além disso, é requerido da Companhia altos níveis de governança.

Os benefícios da certificação incluem ganhos de eficiência operacional, demonstração do quanto a empresa é sólida quanto a processos de importação e reconhecimento do negócio como um parceiro seguro.

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO

Nossa intenção é aproveitar ao máximo o crescimento orgânico dos mercados onde atuamos e expandir nossa atuação em novas verticais. Durante o ano de 2024, nossa estratégia foi amplamente divulgada e planos em curso são: (i) Atacar novas verticais, no sentido de oferecer todo o portfólio da WDC independentemente do mercado em que o cliente atua. Exemplo: um ISP, da vertical Telecomunicações, poderia ofertar um painel de LED ao seu cliente. Essa lógica se estende a outras verticais, como Varejo, Transportes, Hotelaria, Educação e outras; (ii) Aumento da base e recorrência de integradores; (iii) Agregar serviços gerenciados nos projetos; (iii) Estender nosso portfólio a ISPs; (iv) Internacionalização da Companhia.

Serviços gerenciados

A Companhia está avançando na prestação de serviços. Em 2024, os serviços representaram 17,4% da Receita Líquida Consolidada da WDC, frente a 11,6% registrados em 2023. Reconhecemos que ainda há um grande potencial de crescimento nessa linha de negócio, e seguiremos empenhados em ampliar essa participação, contando com a Infinite (cujo controle adquirimos recentemente) como um importante aliado nesse processo

Data Centers

Além destes produtos, acreditamos no futuro aumento de demanda por edge data centers, ou “data centers de borda” cuja oportunidade de mercado também está descrita na seção 1.3 deste Formulário de Referência. Esta tecnologia se baseia em uma rede de micro data centers que permitem o processamento de dados de forma local e mais próxima da fonte, garantindo uma maior velocidade e menor latência (atrasos) na transmissão e armazenamento de dados. Já possuímos experiência nessas construções e acreditamos que esta solução se tornará cada vez mais relevante no mercado de telecomunicações, pelos motivos descritos acima.

Oportunidades em Infraestrutura para a Tecnologia 5G

Esperamos capturar parte do crescimento deste mercado através do fornecimento de equipamentos que façam parte da infraestrutura necessária para o funcionamento adequado da Tecnologia 5G, incluindo toda a infraestrutura de base de torre, tais como o Shelter (abrigo metálico), racks, cabeamento, ar-condicionado de precisão, data-centers, sistema de energia e back-up usando baterias de lítio, sistema de gerência remota, e segurança contra vandalismo.

Aquisições

Além do crescimento orgânico, pretendemos buscar aquisições estratégicas para a ampliação de mercado e oferta de novos serviços. Atualmente, consideramos os seguintes alvos: (i) empresas que fornecem produtos que competem diretamente com a Companhia, uma vez que podem levar um aumento do nosso market share; (ii) empresas que possuem serviços de valor agregado, já que o oferecimento de serviços similares ou complementares podem agregar valor à Companhia; (iii) empresas com expertise em cibersegurança, tendo em vista ser um business

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

de muito potencial; e (iv) empresas com expertise em energia solar, tendo em vista que a aquisição de um player nessa área contribuiria para o crescimento dessa vertical de negócio na Companhia, que é um dos nossos focos de atuação.

A Companhia realizou três aquisições recentes que foram bem-sucedidas, da Axyon, Munddo e Infinite, mostrando a sua capacidade de consolidação.

A Axyon é uma revendedora de produtos com valor adicionado que opera no mercado brasileiro e se mostrou uma avenida de crescimento para soluções inteligentes para edifícios. Essa aquisição fez com que a Companhia entrasse no mercado de áudio e vídeo profissional.

A Munddo é uma provedora de soluções de automação residencial e se mostrou como uma oportunidade de a Companhia expandir o seu know-how para o mercado de IoT (Internet-of-Things), além de possuir um relacionamento atrativo com players chave na cadeia de valor.

A Infinite Consulting é uma empresa de pequeno porte, fundada em 2013, com atuação na área de engenharia de redes e telecomunicações focada em prover consultoria, assessoria e suporte para ISPs (provedores) e operadoras. Atualmente a Infinite Consulting possui serviço de suporte 24x7 e NOC (Network Operations Center, que consiste no monitoramento e gerenciamento de infraestrutura de rede) com aproximadamente 140 clientes no Brasil além de um cliente na Colômbia e outro na China. Esta aquisição estratégica permitirá à Companhia incorporar serviços gerenciados de rede (MSP) ao seu portfólio conforme estratégia de M&A divulgada ao longo de 2024 e expandir sua oferta de serviços.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Até 2024 segmentávamos nossa atuação e consequentemente nossa receita para fins de demonstração de resultado em três segmentos operacionais: Telecom, Enterprise e Solar. Dentro de cada segmento, temos produtos e usos diferenciados com contratos de distribuição ou montagem local com mais de 60 fabricantes, alguns desses usos e mercados são descritos abaixo agrupados pela segmentação da receita apresentados a seguir. Vale comentar que a partir de 2025 o resultado da WDC passou a ser divulgado apenas na forma consolidada.

TELECOM

Redes de Fibra Ótica (FTTx): toda a linha de centrais de distribuição de sinal de internet, modems de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede;

Redes de dados e Wi-Fi: switches, roteadores Wi-Fi, cabeamento;

Produtos de Infraestrutura de Data Centers: Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.

ENTERPRISE

Sistemas de Segurança Eletrônica: Câmeras de vigilância, controle de acesso biométricos, alarmes e sistemas de detecção de incêndio, entre outros

Sistemas de Cibersegurança: Firewalls, sistemas de proteção contra-ataques de hackers, controle parental de acesso à internet, entre outros.

Automação de Escritórios e Residências: Automação de iluminação, fechaduras eletrônicas, ar condicionado, e salas de reunião;

Produtos de Áudio e Vídeo Profissional: Sonorização de salas, auditórios, igrejas, projetores profissionais, equipamento de videoconferência e trabalho remoto;

Painéis de LED: Sistemas de última geração para uso em mídia OOH (Out Of Home), sinalização e decoração.

SOLAR

Geradores de Energia Solar Fotovoltaico: Portfólio completo de equipamentos de geração de energia distribuída para usinas e fazendas de geração de qualquer porte e também sistemas de geração domésticos.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2024		2023	
	R\$	% do total	R\$	% do total
Telecom	478.710	57,1%	475.940	52,8%
Enterprise	293.746	35,1%	258.229	28,7%
Solar	65.423	7,8%	166.549	18,5%
Total Receita líquida	837.880	100,0%	900.718	100,0%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Até 2024, segmentávamos nossa atuação e consequentemente nossa receita para fins de demonstração de resultado em três segmentos: (i) Telecom; (ii) Enterprise e (iii) Solar. A partir de 2025, o resultado passou a ser demonstrado apenas na forma consolidada.

Nosso modelo TaaS (Technology as a Service) é amplamente trabalhado em todos os segmentos, trabalhado igualmente pela mesma equipe comercial e de marketing que fazem a promoção e venda do dia a dia.

Atendemos nossa rede de clientes em todo o Brasil através dos nossos centros de distribuição distribuídos em cinco cidades do Brasil. Temos fábricas e centros de distribuição em Ilhéus/BA e Salvador/BA, um centro de distribuição em São Paulo/SP e um centro de distribuição em Itajaí/SC.

Além disso, contamos com três escritórios internacionais, 1 centro logístico no Panamá, 1 escritório comercial na Colômbia para o mercado local e 1 escritório comercial nos EUA para atendimento de clientes na América Latina. Em nossa planta de Ilhéus contamos com nosso centro técnico e de assistência para as nossas marcas. Conseguimos ao longo dos anos nos credenciar como centros oficiais de reparo e assistência técnica no Brasil, onde nossos clientes podem enviar os produtos para testes e manutenção.

Dentro do segmento de Telecom, temos produtos e usos diferenciados com contratos de distribuição ou montagem local das seguintes tecnologias: (A) Redes de Fibra Ótica (FTTx), (B) Redes de Dados e Wi-Fi.

I) TELECOM:

A) Redes de Fibra Ótica (FTTx)

Iniciamos nossa operação nesse segmento em 2012 e é direcionada para provedores regionais de Internet (ISPs) e Operadoras. Em linhas gerais, no segmento de Fibra Ótica produzimos e comercializamos modems de Fibra Ótica, centrais de distribuição de fibra ótica, além de cabos de fibra ótica, máquinas de fusão e toda linha de “passivos de redes”, leia-se, conectores de emenda, splitters, caixa de distribuição, entre outros.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

B) Redes de dados e Wi-Fi

O segmento de redes de dados e Wi-Fi teve início juntamente com a fundação da empresa em 2003. Iniciamos nossa operação desenvolvendo e comercializando produtos de acesso via rádio e Wi-Fi. Esses produtos também direcionada aos provedores de internet e operadoras, além de atender o mercado empresarial e integradores de sistema. Os produtos que compreendem essa linha são roteadores com e sem fio, switches. Essa linha de produto está muito conectada a nosso mercado corporativo também, por ser um complemento a projetos de infraestrutura e segurança.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

C) Produtos de infraestrutura de Data Centers:

Iniciamos a operação em 2018 e atualmente atendemos projetos de Data Centers dos nossos clientes de Telecom e empresas de Data Center. Em linhas gerais, comercializamos produtos como Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio e geradores de energia, porém vendidos como um sistema completo no modelo As a Service. Ou seja, entregamos o Data Center todo montado para os clientes no nosso modelo.

Ao todo já foram comercializados mais de 18 Data Centers na WDC.

II) ENTERPRISE:

A) Sistemas de Segurança Eletrônica

Nosso segmento de Segurança Eletrônica iniciou-se em 2003 e atualmente é direcionada a pequenas, médias e grandes revendas de segurança, integradores de sistemas e grandes clientes corporativos. Basicamente comercializamos câmeras de vigilância IP, gerenciamento e armazenagem de imagem, alarmes de intrusão e controle de acesso.

No mercado de segurança focamos em projetos de segurança de maior complexidade, para instalação em empresas, condomínios, bancos e shopping centers. Oferecemos produtos com tecnologia de ponta embarcada.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

B) Sistemas de Cibersegurança:

Iniciamos a operação em 2018 e a fim de acelerar o crescimento da área realizamos a aquisição de uma empresa com expertise no segmento. Esta área está focada em integradores de sistema de médio e grande porte. Em linhas gerais comercializamos sistemas de proteção a ataque hackers, Firewalls, controle parental entre outros.

Essa tecnologia tende a apresentar um grande aumento nos próximos anos devido a aprovação de leis tais como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a consequente necessidade das empresas se adaptarem às novas regras.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

C) Automação de escritórios e residências:

Iniciamos nossa operação em 2019 e a fim de acelerar o crescimento da área realizamos a aquisição de uma empresa pequena com expertise no segmento. A aquisição teve como objetivo adicionar ao nosso time pessoas com conhecimento do mercado de automação residencial e empresarial. Atualmente atendemos empresas de automação, integradores de sistema e revendas de tecnologia.

Em linhas gerais produzimos e comercializamos kits de automação, lâmpadas wi-fi, fechaduras eletrônicas, equipamentos de controle via infravermelho, interruptores wi-fi e centrais de controle e automação. Além disso, oferecemos sistemas de automação de escritórios, salas de reunião e predial.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

D) Produtos de áudio e vídeo profissional e painéis de LED:

Iniciamos nossa operação em 2019 e atualmente atendemos empresas de mídia out of home (OOH), eventos, shows, igrejas e integradores de sistema. Em linhas gerais produzimos e comercializamos painéis de LED, projetores profissionais, sonorização profissional e de ambiente, equipamentos de vídeoconferência, telas profissionais.

Essa área está conectada a outras da empresa porque complementa a oferta de serviço para as áreas de Telecom, na construção dos Centros de Monitoramento de redes dos ISPs e Operadoras, por exemplo.

III) SOLAR:

E) Geradores de energia fotovoltaica:

Embora tenhamos desacelerado este segmento a partir de 2024, iniciamos nossa operação em 2020 com portfólio completo de geração de energia distribuída, capaz de atender usinas e fazendas solares, além de projetos de qualquer porte. A planta de Salvador/BA é responsável pela produção de kits geradores.

Desde o início da operação, fomos responsáveis pela comercialização de mais de 400.000kWp para nossos clientes.

Essa unidade de negócio complementa a oferta para todos os nossos clientes já existentes, no sentido de que os clientes podem adicionar essa tecnologia aos seus projetos.

(a) Características do Processo de Produção

Nosso processo de produção consiste em: (i) desenvolvimento de fornecedores (ii) aquisição e importação dos insumos e (iii) produção, realizada em Salvador/BA.

Atualmente utilizamos nossa planta em Ilhéus/BA para a produção de produtos de telecom, networking, T.I., segurança, áudio e vídeo profissional e automação. Porém é importante comentar que as duas plantas têm capacidade instalada e técnica para a produção de todas as linhas.

i. Desenvolvimento de Fornecedores

Contamos com uma equipe de especialistas em produtos que estão diariamente buscando novas alternativas de fornecedores e tecnologias para atendimento das demandas dos nossos clientes e projetos futuros. Essa equipe é responsável por visitar e encontrar novos parceiros na China, Estados Unidos, Europa e Brasil afim de complementar nosso portfólio.

ii. Aquisição e importação de insumos

Após essa equipe de especialistas de produtos encontrarem fornecedores, com capacidade de produção e técnica para nos atender, passamos para a etapa aquisição de insumos e materiais necessários para a produção. Novos fornecedores passam por um processo de homologação, testes e aceitação por clientes para início da operação.

iii. Produção

As unidades fabris são divididas pela tecnologia que cada uma produz. Contamos com o modelo de produção SKD (Semi Knock Down) em nossas plantas fabris. Ou seja, compramos os produtos semiprontos de nossos fornecedores e fazemos a montagem (final no Brasil. Nossos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

fornecedores estão distribuídos nas regiões dos Estados Unidos, China, Europa e do mercado nacional.

(b) Características do processo de distribuição

Atualmente podemos definir logística da Companhia como sendo descentralizada em termos de dependência de uma localidade fabril. Temos 6 Centros de Distribuição (“CD”) localizados nas cidades de Ilhéus e Salvador, no Estado da Bahia, São Paulo, no Estado de São Paulo, Itajaí, no Estado de Santa Catarina, na Colômbia, e no Panamá. A maneira como estamos divididos nos garantem uma cobertura geográfica que atende as necessidades da Companhia. Esses espaços foram concebidos para exercer um conjunto de atividades estruturadas e destinadas à gestão de materiais, expedição e entrega aos nossos clientes.

Nossos produtos são comercializados para todos os estados do Brasil, não sendo exclusivo o atendimento de alguma região a um CD específico.

Todos os CD’s operam de forma similar, independentemente do tipo de cliente e material que está sendo comercializado.

Nosso processo eficiente de atendimento disponibiliza a quantidade certa de mercadoria, atendendo a princípios como tempo, lugar e destino. Deste modo, ofertamos aos nossos clientes grandes diferenciais, além de permitir maiores lucros e recorrência, no que diz respeito à previsibilidade financeira. Dada a pressão cada vez maior pelo equilíbrio entre a satisfação de clientes, eficiência e custos observados no processo, nossa logística consegue manter estruturas otimizadas o que, naturalmente, reflete na nossa eficiência financeira.

As principais etapas de processo de distribuição da Companhia são (i) Gestão de transporte, (ii) Checagem e expedição de mercadorias; (iii) Administração de frete; (iv) Análise e acompanhamento de indicadores; (v) Rastreamento.

Gestão de transporte

Essa é uma etapa muito importante dentro da logística da Companhia. Envolve a escolha do modal mais adequado para o tipo de carga e atendimento, se será utilizada frota própria ou terceirizada, além de ser base para a realização do cálculo de frete.

Checagem e expedição de mercadorias

Nesta etapa ocorre a conferência das quantidades, tipos e destinos das cargas. É uma etapa imprescindível, pois, se relaciona diretamente com a satisfação do cliente, sobretudo, pela percepção de qualidade e avaliação do nível de serviço prestado.

Administração de frete

Essa é uma etapa diretamente ligada à gestão do ciclo de frete na Companhia. Nela, são definidos fatores como: cálculo de frete (observando a tabela da categoria), cotações, negociação e formas de pagamento.

Além disso, o nosso processo eficiente de administração de fretes, gerenciado constantemente, permite que a Companhia tenha um bom controle financeiro, operacional e de total alinhamento com as regras de compliance da empresa.

Análise e acompanhamento de indicadores

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Essa é uma etapa fundamental dentro da nossa logística. Isso porque, além de definir métricas relevantes a serem monitoradas, o correto andamento deste processo é capaz de produzir informações importantes sobre a saúde do negócio.

Tudo isso, além de facilitar o trabalho dos gestores, permite que decisões sejam tomadas com base nesses indicadores, oferece insumos para formulação de planejamento, além de criar um viés administrativo capaz de prever e minimizar problemas

Rastreamento

A última etapa, diz respeito à rastreabilidade das nossas entregas aos nossos clientes. Nesta etapa, através da nossa equipe de Apoio a vendas, que tem contato ininterrupto com os parceiros de transportes, garantindo que as entregas sejam concluídas no prazo acordado, com a qualidade inerente a Companhia. Além da disponibilização dos comprovantes de entrega, atendendo todas as regras rígidas de compliance da área de Logística da Companhia.

(c) Características dos mercados de atuação

Segmentos de Atuação

Atuamos no setor de soluções de tecnologia da informação e comunicação e energia solar. Nosso escopo de atuação inclui a fabricação, distribuição e venda ou locação de equipamentos para os segmentos de telecomunicações e corporativo. Nosso portfólio de produtos inclui equipamentos para redes de dados, sistemas de comunicação unificada, cibersegurança, audiovisual, automação e energia solar.

Até 2024, os segmentos eram divididos da seguinte forma:

Telecomunicações: Soluções para operadoras e provedores de internet (Internet Service Providers, ou “ISPs”) em duas grandes categorias: Banda Larga Fixa e Data Centers. As soluções de Banda Larga Fixa incluem produtos e serviços para a construção de redes de fibra ótica, redes de Wi-Fi, redes DWDM, dentre outros. As soluções de Data Center incluem produtos e serviços para a construção Data Centers incluindo racks, sistemas de refrigeração e segurança, dentre outros.

Enterprise: Soluções para empresas de diversos setores das categorias: Corporativo (Rede de Dados, Segurança Eletrônica e cibersegurança), Audiovisual & Automação. Soluções completas de conectividade, equipamentos de rede e Wi-Fi, sistemas de áudio e vídeo profissional, automação predial e residencial, segurança eletrônica e da informação.

Solar: Soluções de energia fotovoltaica: geradores, módulos fotovoltaicos, inversores, baterias e sistemas off-grid.

A partir de 2025, a Companhia apresenta seu resultado apenas na forma consolidada e embora não tenha mudado seu portfólio, a WDC está focada em ampliar sua atuação nas mais variadas verticais de mercado.

1.Mercado de Telecomunicações

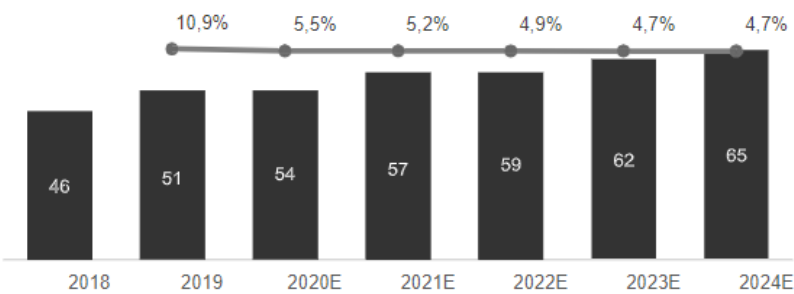
a. Mercado de Banda Larga Fixa

De acordo com o Education Management Information System (“EMIS”), o mercado brasileiro de Banda Larga Fixa movimentou R\$ 51 bilhões em 2019, R\$ tendo apresentado um crescimento

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de10,9% com relação ao ano anterior. Tal crescimento é atribuído à demanda robusta por banda larga de alta velocidade, decorrente do aumento no consumo de conteúdo online por dispositivos conectados, uma tendência que pode se manter nos próximos anos, de acordo com o EMIS. Soma-se a isso o fato de empresas de telecomunicações estarem investindo consideravelmente na expansão das infraestruturas de banda larga, especialmente de fibra ótica, para atender ademanda crescente dos consumidores, o que confirma a perspectiva positiva para os próximos anos.

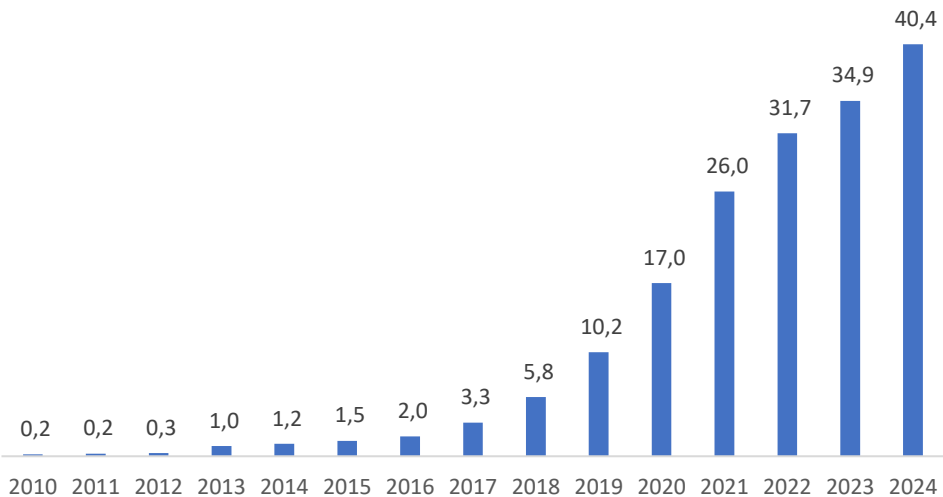
Gráfico 1: Receita Bruta do Mercado de Banda Larga Fixa no Brasil (R\$ mm e crescimento (%))



Fonte: EMIS – Brazil ICT Sector 2020-2024.

O número de acessos de fibra ótica cresceu substancialmente no Brasil nos últimos anos. Dados da ANATEL mostram que o número de acessos de fibra ótica cresceu mais de 10x em apenas seis anos, passando de 3,3 milhões em dezembro de 2017 para 40,4 milhões em dezembro de 2024.

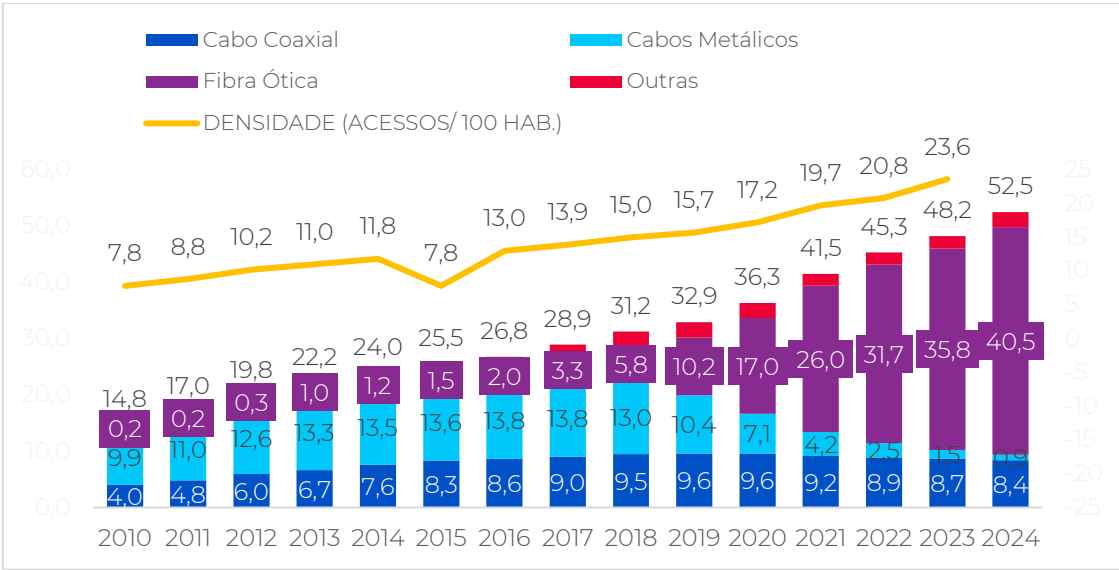
Gráfico 2: Evolução de acessos por fibra ótica 2010-2024 (em milhões)



Esse crescimento fez com que as conexões via fibra ótica representassem, no Brasil, em dezembro de 2023, 81% do total de acessos de banda larga fixa, representada pela sigla FTTH Fiber-to-the-Home. O rápido crescimento desse mercado é explicado pelo volume crescente de tráfego de dados, demanda por acessos de maior velocidade e conexões mais estáveis e de qualidade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

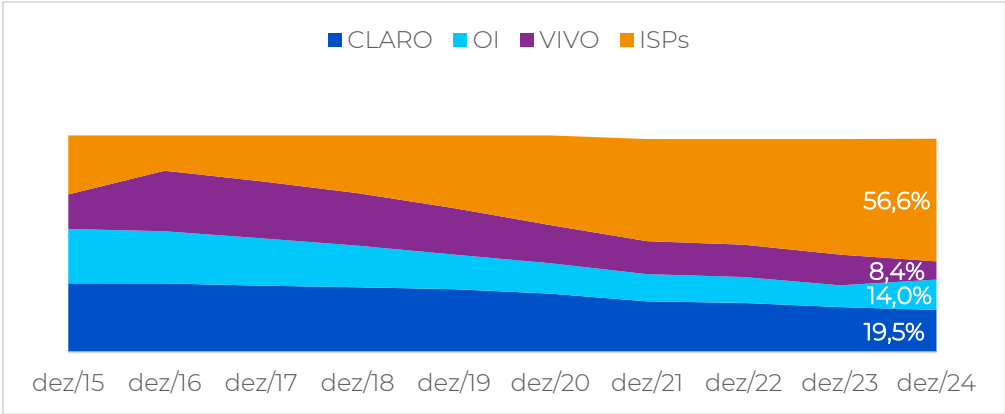
Gráfico 4: Evolução acessos por tecnologia de banda larga fixa



Fonte: ANATEL – dados até dezembro/2024.

A Companhia fornece produtos e infraestrutura para a construção de cabos de fibra ótica de alta velocidade, sendo que os ISPs são seus principais clientes nesse mercado. No Brasil, os ISPs representaram 53,3% do total de acessos no ano de 2023, comparado a 21% em 2017.

Gráfico 5: Market share de Banda Larga Fixa (em % do número total de acessos) dez/24



Fonte: Dados ANATEL – até dez/2024

Mesmo com o crescimento do mercado de fibra ótica, o Brasil ainda apresenta uma penetração dessa tecnologia inferior à de países líderes no setor. Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) indicam que, em outubro de 2024, a fibra ótica representava 77,4% das conexões de banda larga fixa no país, totalizando 41,3 milhões de acessos . Em contraste, na Coreia do Sul, a penetração da fibra ótica atingiu 89,6% das conexões de banda larga fixa até o final de 2023, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Apesar dos avanços significativos no Brasil, incluindo a meta governamental de levar redes de fibra óptica a 99% dos municípios até 2024, ainda há espaço para crescimento, especialmente em áreas rurais e regiões menos atendidas. A expansão contínua da infraestrutura e a substituição de tecnologias mais antigas são essenciais para alcançar níveis de penetração comparáveis aos dos países mais avançados nessa área.

O Brasil ainda apresenta uma penetração inferior à média dos países desenvolvidos. De acordo com dados do Banco Mundial, em 2023, o Brasil registrou 22,91 assinaturas de banda larga fixa por 100 habitantes. Em contraste, a média dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi de 36 assinaturas por 100 habitantes no mesmo período. Esse cenário evidencia o potencial de crescimento do mercado brasileiro de banda larga fixa, especialmente em regiões menos atendidas, onde a infraestrutura ainda é limitada.

Além disso, a penetração da fibra óptica no Brasil, embora em expansão, ainda está aquém de países líderes nesse segmento. Enquanto a fibra óptica representava 77,4% das conexões de banda larga fixa no Brasil em outubro de 2024, países como a Coreia do Sul atingiram 89,6% de penetração dessa tecnologia até o final de 2023. A ampliação da cobertura de fibra óptica e a modernização da infraestrutura existente são essenciais para que o Brasil alcance níveis de conectividade comparáveis aos dos países mais avançados.

O Brasil ainda apresenta desempenho inferior a algumas nações desenvolvidas. Segundo dados do Minha Conexão, no quarto trimestre de 2024, a velocidade média de download no Brasil foi de 227,53 Mbps. Em comparação, os Estados Unidos registraram uma velocidade média de 279,93 Mbps no mesmo período.

Esse cenário evidencia que, apesar dos progressos, o Brasil ainda possui espaço para melhorias na infraestrutura de internet, especialmente em regiões menos atendidas. A ampliação contínua da cobertura de fibra óptica e investimentos em tecnologias de ponta são essenciais para que o país alcance níveis de conectividade comparáveis aos das nações mais avançadas.

a. Mercado de Data Centers

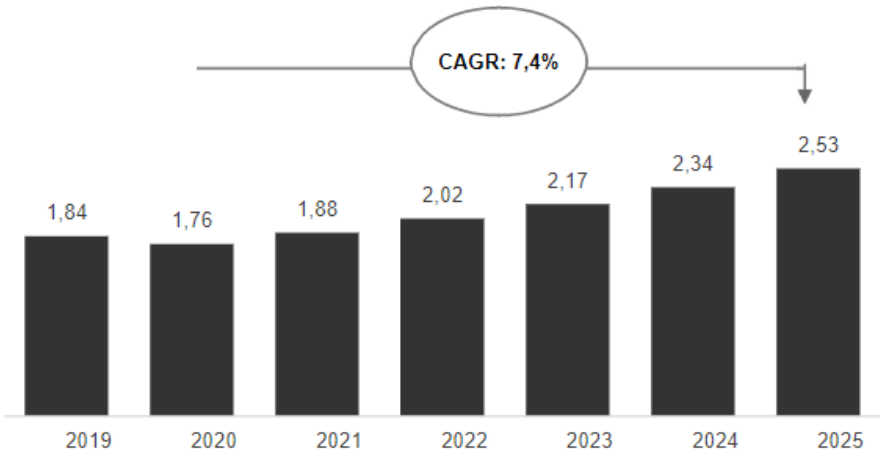
Os data centers são uma infraestrutura essencial para o setor de telecomunicações e a expectativa de crescimento desse mercado é muito favorável. Acreditamos que o mercado deve se beneficiar da expansão da tecnologia 5G, que apresenta custos e latência mais baixos quando comparado ao 4G, além de menos interrupções, o que favorece o uso de dispositivos de IoT (internet das coisas).

De acordo com a Mordor Intelligence, a receita do mercado Brasileiro de data centers tem crescimento esperado de 7,4% ao ano no período de 2020 a 2025.

Após o período de pandemia, com atrasos e/ou interrupções impactados em função dos efeitos, se espera um avanço nesse mercado. Podemos observar esse efeito nas projeções abaixo, de acordo com dados da Mordor Intelligence.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Grafico 6: Receita do Mercado de Data Center



Fonte: Mordor Intelligence – *Brazil Data Center Market - Growth, Trends, Forecasts (2020 - 2025)*.

A Companhia considera que seu mercado endereçável em data centers seja comparável com o mercado estimado pela Mordor Intelligence para data centers, o qual é composto por gastos em três vertentes: Infraestrutura de TI (IT Infrastructure); Infraestrutura Mecânica (Mechanical Infrastructure); e Infraestrutura Elétrica (Electrical Infrastructure), sendo que a Companhia oferece soluções nessas três vertentes, em linha com a definição da Mordor Intelligence.

A primeira categoria, de Infraestrutura de TI, refere-se a servidores, equipamentos de armazenamento de dados e dispositivos de rede que conectam o data center à internet.

O segmento de Infraestrutura Mecânica refere-se a aparelhos de climatização; sistemas de refrigeração; equipamentos suporte que auxiliam na climatização do ambiente; e racks, que são os armários metálicos onde ficamos servidores, switches e armazenadores.

Por fim, o segmento de Infraestrutura Elétrica refere-se a geradores e baterias específicas para suportar a alta demanda de energia elétrica, como as fontes de energia ininterruptas ou Uninterruptible Power Supply switches que alternem a carga entre as diferentes fontes; os racks; e os sistemas de suporte de distribuição de energia, como barramentos blindados (“busways”).

Tabela 1: Receita do Mercado de Data Center no Brasil por Segmento (excluindo Storage) (US\$ bn)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2020-25 CAGR
IT Infrastructure								
Server	0,551	0,530	0,566	0,609	0,656	0,708	0,767	7,7%
Network	0,197	0,190	0,190	0,221	0,24	0,26	0,284	8,4%
Mechanical Infrastructure								
Cooling Systems	0,112	0,108	0,115	0,123	0,132	0,142	0,154	7,4%
Rack	0,132	0,126	0,134	0,143	0,152	0,163	0,175	6,8%
Other Mechanical Infrastructure	0,083	0,080	0,086	0,092	0,100	0,109	0,118	8,1%
Electrical Infrastructure								
UPS Systems	0,147	0,140	0,147	0,157	0,167	0,178	0,190	6,3%
Generators	0,178	0,168	0,177	0,187	0,199	0,212	0,226	6,1%
Transfer Switches and Switch Gears	0,054	0,052	0,057	0,061	0,067	0,073	0,079	8,7%
Rack PDU	0,040	0,038	0,041	0,044	0,047	0,051	0,055	7,7%
Electrical Infrastructure	0,037	0,035	0,036	0,039	0,041	0,043	0,046	5,6%
TAM WDC	1,531	1,467	1,549	1,676	1,801	1,939	2,094	7,4%

Fonte: Mordor Intelligence – *Brazil Data Center Market - Growth, Trends, Forecasts (2020 - 2025)*

Edge Data Center

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O edge data center ou “data center de borda” surgiu como uma resposta às dificuldades causadas pelo alto tráfego de dados. Essa tecnologia se baseia em uma rede de micro data centers que permitem o processamento de dados de forma local e mais próxima da fonte, garantindo, portanto, uma maior velocidade na transmissão e armazenamento de dados. Por exemplo, é possível instalar a infraestrutura de borda em fábricas, prédios, empresas, veículos, entre outros, em busca de baixa latência e alta velocidade de dados.

De acordo com a International Data Corporation um dos grandes desafios da atualidade será a capacidade de gerenciar múltiplos recursos de nuvem, visto que empresas retomarão com mais força seus investimentos em modernização de infraestrutura, em que capacidades de TI existentes são somadas à novas capacidades de cloud, impulsionando a adoção de ambientes híbridos. Por exemplo, a IDC constatou que cerca de 90% das grandes empresas contam com data centers, 49% também utilizam algum modelo de cloud como parte da sua infraestrutura de TI.

A Companhia está estrategicamente posicionada para atuar de forma ativa na transição de tecnologias 4G para 5G, assim como em edge data centers, visto que a Companhia comercializa equipamentos e soluções que são utilizados para viabilizar, direta e indiretamente, a comunicação entre indivíduos, empresas e a internet.

b. Outros Equipamentos Para Suporte ao 5G

A tecnologia 5G pode abrir um novo conjunto de casos de uso inovadores para consumidores e empresas que usam aplicativos que dependem de maior velocidade de conexão, capacidade de tráfego aprimorada, latência muito baixa, alta estabilidade e suporte para alta densidade de dispositivos. Os consumidores, por exemplo, podem se beneficiar de opções aprimoradas de entretenimento, realidade mista, realidade estendida, aplicativos de vídeo 360 graus, entre outros benefícios que virão com o estabelecimento de redes 5G completas e onipresentes.

A combinação de 5G, computação de borda e IA representa uma base exclusiva para suportar novos casos de uso de inovadores, sendo uma forte oportunidade para que os ISPs criem novos fluxos de receita corporativa e contribuam para redução de custos de seus clientes. A Índia, por exemplo, de acordo com dados da IBM Institute for Business Value, conseguiu reduzir em 85% os custos de investimento (capex) e em 50% os custos operacionais (opex) após a implementação da tecnologia 5G.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Gráfico 7: A confluência perfeita de tecnologia> 5G, edge e IA



Fonte: IBM Institute for Business Value

Segundo estudo realizado pela IBM, 49% dos líderes de telecomunicações relatam que suas empresas farão grandes investimentos na tecnologia móvel 5G nos próximos dois a três anos e 94% dos executivos de telecomunicações esperam que implementações de computação de borda melhorem a capacidade de resposta operacional nos próximos cinco anos.

No Brasil, a Anatel aprovou em fevereiro de 2021 o edital do leilão das faixas de radiofrequência para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de 5G no Brasil. A expectativa é das grandes cidades do país terem disponível a nova tecnologia até 2029 e todas as cidades do país com mais de 30 mil habitantes terão a cobertura 5G. Adicionalmente, estudo divulgado pelo Movimento Brasil Digital estima que o 5G vai gerar mais de US\$22 bilhões em oportunidades no Brasil até 2024.

Para garantir o usufruto de todos os benefícios acima, será necessária uma grande densidade de torres, especialmente nas localidades mais povoadas, onde a demanda será maior, além de equipamentos de computação e data centers inovadores. Na portaria divulgada pela Anatel, só na região Norte do país serão necessárias a expansão de 12.000 km de rede de fibra ótica, instalação de redes 4G em municípios com mais de 600 mil moradores e cobertura de 48.000 km de estradas com sinal de celular.

2. Mercado Enterprise

i. Mercado de Redes de Dados

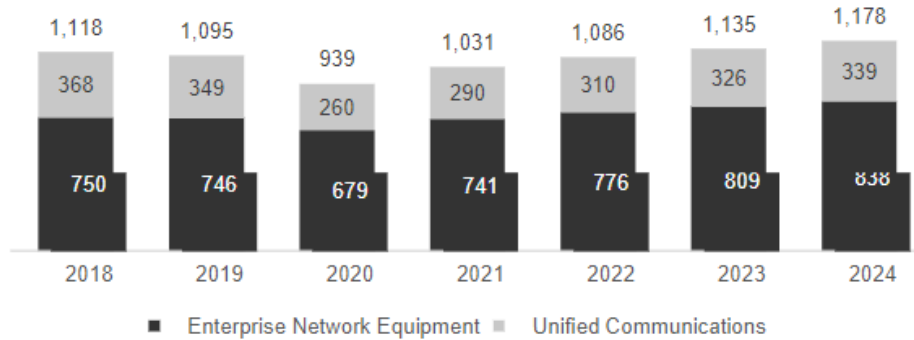
O mercado de Redes de Dados inclui sistemas e dispositivos que compõe a infraestrutura essencial de equipamentos de informação e comunicação, como switches, software e gerenciamento centralizado, GPON, ONU e OLT, redes de Wi-fi, dentre outros.

A Companhia considera que seu mercado endereçável em Redes de Dados é comparável com o mercado estimado pelo Gartner para Equipamentos de Rede Empresarial (Enterprise Network Equipment) e Comunicações Unificadas (Unified Communications), de acordo com as descrições do Gartner para as categorias mencionadas, no relatório de Information Security and Risk Management. O mercado de rede de dados se subdivide em: Equipamentos de Rede Empresarial, os quais referem-se aos equipamentos de rede de dados usados por empresas para fornecer conectividade aos seus usuários, bem como sistemas de controle de acesso, incluindo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

switches, Ethernet, WLAN, roteadores e segurança de rede; e Comunicações Unificadas, que abrange tanto a telefonia local quanto em nuvem, incluindo voz e mensagens unificadas, conferência incluindo web e vídeo, sistemas de videoconferência em grupo e infraestrutura de vídeo. Dados do Gartner estimam um crescimento de 5,8% ao ano no período de 2020 até 2024 para o mercado de Redes de Dados e um total de gastos de US\$1,0 bi no Brasil em 2021.

Gráfico 8: Evolução dos gastos com redes de dados no mercado Brasileiro (em dólar americano)



Fonte: Gráfico elaborado pela Companhia utilizando base de dados do Gartner¹

ii. Mercado Brasileiro de Cibersegurança

De acordo com o Gartner, cibersegurança é a combinação de políticas, processos e tecnologias empregadas por uma empresa a fim de proteger seus ativos cibernéticos. Os subconjuntos desse mercado incluem segurança de TI, segurança da informação e proteção de infraestrutura, segurança de dados, soluções integradas de gestão de riscos, application security, dentre outras².

As soluções em cibersegurança oferecidas pela Companhia incluem sistemas de proteção de end-points, servidores, cloud, criptografia, gerenciamento e controle de usuários, segurança de IoT, VPN e outros.

Dados do Gartner estimam que os gastos com os componentes de cibersegurança mencionados acima irão crescer a uma taxa de 9,5% ao ano no período de 2020 até 2024, e um total de gastos com cibersegurança de US\$0,5 bi no mercado Brasileiro em 2021³.

A tabela abaixo mostra expectativas de crescimento para os subsegmentos de cibersegurança nos quais a Companhia atua, conforme dados do Gartner⁴.

¹ Gartner, Forecast: Information Security and Risk Management, Worldwide, 2018-2024 4Q20 Update, ID: G00717208, publicado em 22 de Dezembro de 2021.

² De acordo com a definição contida no do acessada online em 18 de Fevereiro de 2021, via URL: <https://www.gartner.com/en/information-technology/glossary/cybersecurity#:~:text=Cybersecurity%20is%20the%20combination%20of,the%20amount%20of%20risk%20offset.>

³ Gartner, Forecast: Information Security and Risk Management, Worldwide, 2018-2024 4Q20 Update, ID: G00717208, publicado em 22 de Dezembro de 2021.

⁴ Gartner, Forecast: Information Security and Risk Management, Worldwide, 2018-2024 4Q20 Update, ID: G00717208, publicado em 22 de Dezembro de 2021.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Tabela 2: Evolução dos Gastos com cibersegurança no Mercado Brasileiro (US\$ mm)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2020-24 CAGR
Application Security	5	5	4	5	6	7	7	13%
Cloud Security	2	3	3	4	6	8	11	37%
Data Security	11	11	9	10	10	11	11	6%
Identity Access Management	87	94	81	97	112	123	132	13%
Infrastructure Protection	121	124	100	114	126	133	140	9%
Network Security Equipment	176	186	185	207	222	237	248	8%
Total Cyber	405	424	383	437	482	518	550	9%

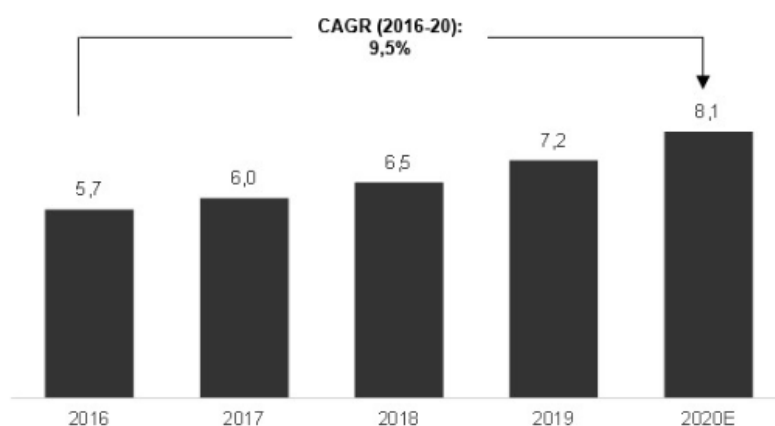
Fonte: Tabela elaborada pela Companhia utilizando base de dados do Gartner.

iii. Mercado de Segurança Eletrônica

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (“ABESE”), o mercado de Segurança Eletrônica no Brasil é composto por 26 mil empresas que oferecem tecnologias voltadas para otimização da segurança, como câmeras de segurança, câmeras termais, portarias remotas, portões automáticos, videomonitoramento, sistemas de alarme, controles de acesso, reconhecimento facial, rastreamento e outros.

Esse setor apresentou um crescimento de 10% entre os anos de 2018 para 2019, com uma expectativa de crescimento para o ano de 2020 de 13% frente a 2019, uma vez que a grande quantidade de dados demanda cada vez mais infraestruturas e equipamentos que forneçam segurança de forma otimizada. É esperado que o tamanho deste mercado em 2020 seja de R\$8,1 bilhões.

Gráfico 9: Receita do mercado de segurança eletrônica (R\$ bn)



Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (“ABESE”)

O mercado de segurança eletrônica já vinha crescendo a níveis expressivos no Brasil antes da pandemia de COVID-19, devido à popularização das câmeras de segurança IP, que possuem tecnologia avançada, capaz de receber e transmitir dados com maior qualidade. Além disso, uma pesquisa realizada pela ABESE em maio de 2020 constatou que a procura por soluções de segurança voltadas às novas demandas que surgiram com a pandemia aumentou 40%, com destaque para tecnologias de reconhecimento facial e câmeras térmicas.

No que diz respeito às perspectivas de crescimento, observa-se uma tendência na queda dos preços de câmeras analógicas e CCTV, ao passo que, para câmeras IP, a tendência é reversa. No caso da WDC, a Companhia está posicionada de forma a mitigar efeitos dessa possível queda no

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

preço, uma vez que atua principalmente na oferta de câmeras IP de produtos profissionais para uso no mercado corporativo, as quais possuem um ticket médio consideravelmente mais alto do que o ticket de câmeras analógicas.

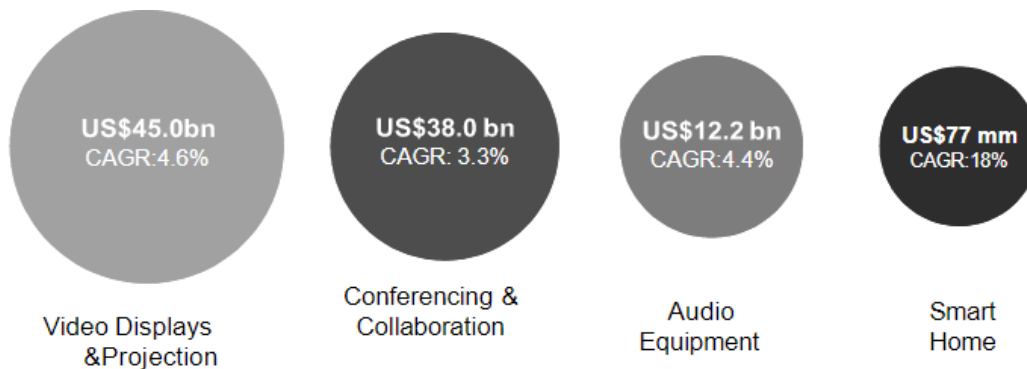
a. Mercado de Áudio e Vídeo

De acordo com a Avixa, o mercado total global de áudio e vídeo foi estimado em US\$259 bilhões em 2019 com uma estimativa de queda na ordem de 8% para o ano de 2020 em relação a 2019, em função dos reflexos causados pela pandemia de COVID-19. O mesmo estudo projeta que essa queda seja revertida a partir de 2021, na medida em que ocorra a reabertura e recuperação das economias. Estima-se que o mercado de Pro-AV global atingirá US\$315 bilhões em 2025, o que representará um crescimento de 5,8% ao ano no período de 2020 a 2025.

O mercado de atuação da WDC em áudio e vídeo é composto pelos segmentos de Video Displays and Projection, Audio Equipment e Conferencing e Collaboration e Smart Home, que incluem, respectivamente:

- Video Displays and Projection: diversos tipos de monitores de TV (incluindo LED e LCD), telas de projeção, aparelhos de projeção de imagens e aparelhos complementares;
- Audio Equipment: telefones com viva-voz, sistemas de conferência, unidades de interface do sistema e cartões de expansão, sistemas de sala e grupo, sistemas portáteis e interruptores de roteamento integrados;
- Conferencing and Collaboration: video-conferência, reuniões virtuais, sistemas de comunicação unificada, plataformas de comunicação remota, dispositivos IP, entre outros;

Gráfico 10: Composição do mercado global de áudio e vídeo (US\$ bn)



Fonte: Avixa - 2020 IOTA - AV Industry Outlook and Trend Analysis e Statista – Smart Home Global.

Com um crescimento esperado de 4,6% ao ano no período de 2020 até 2025 o segmento de Video Displays & Projection é o que possui maior representatividade do mercado de áudio e vídeo total, com um tamanho de mercado de US\$ 45,0 bilhões em 2020 no mundo, de acordo com relatório da Avixa.

b. Baterias de Lítio

O uso de fontes renováveis traz consigo uma demanda por controle da intermitência, especialmente para sistemas solares off-grid. Uma solução para isso é o uso de baterias de lítio,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

que atuam como um sistema de armazenamento para geração distribuída fotovoltaica, garantindo a disponibilidade de energia de forma constante. Essas soluções complementam o portfólio da Companhia em energia solar.

Tendências de Crescimento do Mercado de Baterias de Lítio



Tendências como a queda no preço das baterias de lítio, a popularização do uso de fontes solares e os novos hábitos sustentáveis, irão impulsionar o crescimento do mercado de energia solar como um todo, o que representa uma oportunidade a ser explorada pela WDC.

O mercado endereçável da Companhia em energia solar, incluindo baterias de lítio, foi estimado em US\$10,8 bilhões no período de 10 anos. Esse valor considera a previsão do PDE a partir da adição de 21GW até 2030, multiplicados a um preço médio por kit de R\$3,21/W12, conforme estimativa da Greener.

Eventual sazonalidade

Os setores que atuamos não apresentam sazonalidade relevante.

Principais insumos e matérias primas

Nossas atividades estão baseadas na produção e revenda de materiais. Com isso, mantemos acordos de comercialização e produção com nossos fornecedores e parceiros, os quais regem as diretrizes comerciais.

Grande parte dos produtos que comercializamos são regulados por agências reguladoras do Governo, tais como, ANATEL, INMETRO e IBAMA. É de responsabilidade da Companhia, juntamente aos fornecedores, a disponibilização de documentação e material para teste e aprovação nesses órgãos antes da comercialização dos mesmos.

O nosso modelo de produção SKD local exige uma relação sólida, transparente e de comprometimento entre nós e nossos parceiros dado que precisamos garantir que os produtos que comercializamos mantenham o mais alto nível exigido pelos fornecedores.

Junto a isso, temos abertura e possibilidade de darmos insights aos fornecedores quanto ao modo de nos enviar e produzir os insumos para que possamos ter melhor eficiência na montagem dos materiais em nossa fábrica.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Atualmente contamos com um portfólio com mais de 60 marcas líderes distribuídas entre as nossas unidades de negócio (Telecom e Corporativo) e não temos dependência de somente um fornecedor. Uma interrupção de produção ou algum outro problema de força maior que venha afetar algum dos nossos fornecedores poderá nos causar no curto prazo algum tipo de redução de vendas, mas, somos capazes de aumentar o volume de compras com fornecedores igualmente competitivos e capacitados para suprir a falta de algum fornecedor.

Em termos de volatilidade de preços, historicamente não tivemos mudanças que tenham causado efeitos adversos as nossas operações.

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades da Companhia não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental. Para mais informações acerca das relações mantidas com fornecedores, verificar item 1.3 (i) (ii) abaixo.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Atualmente contamos com acordos de comercialização e distribuição com nossos fornecedores. Esses acordos ditam as características da nossa parceria, tais como, região de atuação, prazo de contrato, garantia, produtos comercializados entre outros assuntos. Nossos acordos são de longo prazo e na grande maioria renovado automaticamente a cada dois anos.

As atividades de produção local e comercialização de produtos desenvolvidos juntamente a fornecedores estrangeiros exercidas pela Companhia requerem a existência de um relacionamento sólido entre nós e os nossos fornecedores, dado que a realização dessas atividades é significativamente integrada aos serviços realizados pelos seus fornecedores.

Adicionalmente, temos pouca interferência na escolha ou mudança das peças fabricadas por terceiros e utilizadas em nossos produtos. Dessa forma, caso, por qualquer motivo, tenhamos que trocar de fornecedores, parte das nossas operações poderá ser afetada e, eventualmente, suspensão, impactando adversamente os nossos negócios, resultados e situação financeira, devido ao tempo necessário para o desenvolvimento de um novo produto junto a um novo fornecedor. Para mais informações favor verificar no item 4.1 (e) deste Formulário de Referência o fator de risco “A Companhia depende de terceiros para fabricar seus produtos”.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços dos produtos e serviços da Companhia não têm apresentado volatilidade relevante historicamente. Devido ao fato de grande parte dos nossos fornecedores serem internacionais, nossas tabelas de preços são dolarizadas, ou seja, nosso preço base de compra é em dólar. Além disso, variações de taxa de câmbio nos nossos custos em decorrência da compra de produtos importados são repassados nos nossos preços de vendas.

1.5 Principais clientes

1.5 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período findo de 31 de dezembro de 2024.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período findo de 31 de dezembro de 2024.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

A fim de comercializar muitos de nossos produtos no Brasil, necessitamos homologá-los junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Para obtenção do referido Certificado de Homologação, são realizados testes de conformidade em laboratórios credenciados, cujo resultado é analisado por Organismos Certificadores Designados (OCDs) e posteriormente submetidos à ANATEL para homologação.

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Para ofertarmos alguns dos nossos produtos no Brasil, necessitamos homologá-los junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, obtendo o chamado Registro de objeto, que consiste no ato pelo qual o INMETRO autoriza a comercialização de um produto ou serviço, bem como a utilização do selo de identificação da conformidade. A concessão do registro é condicionada à existência do Atestado de Conformidade, que consiste em um documento, emitido após um procedimento de avaliação da conformidade, que indica que um produto está em conformidade com uma base normativa, sendo emitido, exclusivamente, por um Organismo de Certificação de Produtos – OCP estabelecido no país e acreditado pelo INMETRO.

Regulamentação do tratamento de Dados Pessoais no Brasil

Unidade de Negócios Solar

Muito embora já existissem normas e leis regulando setorialmente questões atinentes à privacidade e proteção de dados pessoais, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº

13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18 - “LGPD”), as práticas relacionadas ao tratamento de Dados Pessoais passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD estabelece tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas.

Além disso, a LGPD estabelece (i) os princípios que devem ser respeitados no tratamento de dados; (ii) os direitos dos titulares de dados pessoais; (iii) as hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (iv) sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (v) autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

A LGPD tem como âmbito de aplicação todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

personais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais, não está restrita a atividades de tratamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou a internet.

A LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente poderá ser feita a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita também às sanções administrativas previstas na LGPD, conforme destacado na seção 4.1. deste Formulário de Referência.

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

A Companhia está sujeita à regulamentação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia ("CREA-BA"), conforme registro nº 0000140790 de 31/03/2022. A ausência de registro ou de renovação, caracteriza exercício irregular da profissão, sob pena de multa conforme artigos 6º, "a" e 76 da Lei 5.194/1966 (regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências), além das penalidades previstas no artigo 47 do Decreto-Lei 3688/1941 (Lei das Contravenções Penais), o qual prevê prisão simples e multa.

Legislação ambiental

(i) Responsabilização ambiental

Conforme dispõe o artigo 225, §3º, da Constituição Federal, qualquer pessoa física ou jurídica que cause danos ao meio ambiente estará sujeita a sanções administrativas e criminais, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados na esfera cível. Tais disposições são reguladas no nível federal, em especial, por três normas: (i) Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); (ii) Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e (iii) Decreto Federal nº 6.514/2008 (Sanções Administrativas ao Meio Ambiente).

A Política Nacional do Meio Ambiente estabelece o quadro geral e as orientações para a proteção ambiental, bem como conceitos importantes, tais como a definição de "poluição", e a fixação da responsabilidade civil objetiva para a reparação do dano ambiental na esfera cível.

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R\$50 milhões; multa diária; suspensão parcial ou total das atividades; restrição de direitos; embargo entre outras.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração do nexo de causalidade, podendo um dos agentes responder pelo dano ambiental de forma integral. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço ou fornecedor, poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado. Além disso, conforme posicionamento consolidado do Supremo Tribunal Federal, pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos à prescrição.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

Como consequência, quando contratamos terceiros para realizar a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não estamos isentos de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados.

A responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com dolo ou culpa. A Lei Federal nº 9.605/1998 (“Lei de Crimes Ambientais”) prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorram para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal Lei prevê, ainda, a responsabilização na esfera criminal tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa.

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

(ii) Licenciamento ambiental

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida na Lei Federal nº 6.938/1981, (“Política Nacional do Meio Ambiente”), que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, dentre outros, órgãos licenciadores e executores da mesma. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou os empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, podem causar degradação ambiental. Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais

podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“CONAMA”), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia (“LP”), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação (“LI”), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação (“LO”) que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A responsabilidade pela condução do licenciamento ambiental, de acordo com a disposição da Lei Complementar nº 140/2011, é definida de acordo com as características do empreendimento e as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, por não causarem significativo impacto ambiental.

A depender das especificidades do empreendimento e/ou projeto, do âmbito de seus impactos ambientais e dos critérios de exigibilidade estabelecidos pelo órgão ambiental competente, o processo de licenciamento ambiental pode ocorrer de forma simplificada, ao invés do sistema trifásico previamente descrito. No caso de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade que tenham potencial de causar significativo impacto ambiental, a autoridade ambiental poderá exigir a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (“EIA/RIMA”).

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia.

Em relação aos locais que ocupamos para o exercício de nossas atividades potencialmente poluidoras (e.g. unidades fabris), devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos sujeitos ao licenciamento e que violem as normas legais e regulamentares sobre o tema (e.g. ausência de licenças ou operação em desacordo com suas condicionantes) podem sujeitar a Companhia a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas (de R\$500,00 até R\$10 milhões), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que ficamos impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

(iii) Cadastro Técnico Federal (“CTF”)

A legislação brasileira determina, ainda, que as atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais devem ser registradas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (“IBAMA”) por meio do CTF. A depender da atividade é necessário pagar a correspondente Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”), que

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

pode variar entre R\$128,80 e R\$5.796,73 por trimestre, dependendo do porte da empresa e do grau de utilização dos recursos naturais da atividade desenvolvida. Relatórios periódicos, similarmente, devem ser submetidos em determinados casos.

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981, alterada pela Lei Federal nº 10.165/2000, as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades potencialmente poluidoras e que não estiverem inscritas no CTF incorrerão em infração punível com multa, cujo valor varia de R\$50,00 (cinquenta reais) a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), sem prejuízo da cobrança da TCFA devida para até 5 anos retroativos, com juros e encargos, quando aplicável. Além disso, o IBAMA pode impor outras sanções administrativas, como multas que variam de R\$ 1.000,00 a R\$ 100.000,00, caso entenda que o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras ("RAPP") não teria sido entregue de forma apropriada pelo empreendedor.

(iv) Áreas contaminadas

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, podemos incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso não sejamos capazes de cumprir com nossas responsabilidades, podemos nos tornar parte em processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsáveis pela nossa integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, inclusive acarretar em restrições do uso do imóvel, ainda que parcialmente.

(v) Resíduos sólidos

Os resíduos sólidos, em função de sua natureza, podem gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final. A Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, e seu respectivo Decreto Federal nº 7.404/2010, têm por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

No que diz respeito à regulamentação de resíduos sólidos, nossos empreendimentos podem estar sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"), conforme delineado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, devido à natureza, composição ou volume dos resíduos gerados.

É possível que a Companhia não possua planos de gerenciamento de resíduos sólidos para todas as suas unidades, mas que, não obstante, a Companhia faça a gestão dos resíduos gerados pelas suas atividades, mediante contratação de terceiros devidamente licenciados pelas autoridades ambientais. Ainda que terceirizados os serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

de rejeitos, a Companhia não é isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a disposição inadequada dos resíduos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa, penal e cível. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade e multas que podem variar entre R\$ 5 mil a R\$50 milhões. Ainda, as penalidades criminais aplicáveis incluem reclusão de 1 a 5 anos e multa.

(vi) Outras autorizações ambientais

A legislação brasileira exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) autorização para uso de produtos perigosos; e (iii) estudo de impacto de vizinhança para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. Além disso, estamos sujeitos a uma ampla legislação e regulação do setor ambiental relacionadas, dentre outros aspectos, às emissões atmosféricas, ao gerenciamento de resíduos e às intervenções em áreas especialmente protegidas. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos poderão nos sujeitar às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

(vii) Recursos hídricos

Estamos sujeitos à Lei Federal nº 9.433/1997 (“Política Nacional de Recursos Hídricos”) que, em termos gerais, dispõe que estão sujeitos à obtenção de outorga e de autorização os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo (poços tubulares); e (iii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos ou gasosos em corpo de água, dentre outros.

No caso de utilização da rede pública de esgoto para o despejo de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado (por exemplo, a nossa Companhia) deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública.

Considera-se infração administrativa a utilização de recursos hídricos para qualquer finalidade sem a respectiva outorga ou em desacordo com as condições estabelecidas, bem como a perfuração de poços tubulares sem a devida autorização ou o lançamento de efluentes de forma irregular.

(viii) Áreas Especialmente Protegidas

As Áreas de Preservação Permanente (“APP”) são áreas situadas em zonas urbanas ou rurais, especialmente protegidas em virtude da sua importância ambiental. De acordo com o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012) são consideradas APP, dentre outras, os manguezais, em toda sua extensão, a faixa marginal de cursos d'água, nascentes e topos de morro. A supressão de vegetação em APP somente é possível em situações previstas na legislação ambiental (e.g. utilidade pública, interesse social ou baixo impacto).

Na esfera administrativa, conforme Decreto Federal nº 6.514/2008, impedir ou dificultar a regeneração de vegetação em APPs podem resultar em multas de R\$ 5 mil por hectare. O corte

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

irregular de vegetação em APPs, por sua vez, também poderá resultar em multas de R\$5 mil a R\$50 mil por hectare. Já na esfera criminal, a utilização irregular de APPs configura crime e pode ensejar multa e detenção de um a três anos. Sendo culposo, a pena pode ser reduzida à metade, sem prejuízo da aplicação da penalidade de multa. Ainda, poderá responder civilmente pelo dano causado, sem que haja qualquer limitação de valores à título de indenização ou para reparação do dano, sendo que pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos a prescrição.

(ix) Produtos Controlados

A aquisição, armazenamento, comércio, transporte e uso propriamente dito de produtos químicos (substâncias restritas e controladas) pode estar sujeita a licença ou autorização específica em três esferas: pelo Exército Brasileiro, vinculado ao Ministério da Defesa (Decreto Federal nº 9.493/2018), pela Divisão de Controle de Produtos Químicos, vinculada à Polícia Federal (Lei Federal nº 10.357/2001); e, pela respectiva Divisão ou Departamento de Produtos Controlados da Polícia Civil. Cada órgão governamental possui relação própria de produtos químicos controlados e a licença ou autorização específica deverá ser requerida perante todas as esferas que fiscalizem o respectivo produto. A licença ou autorização para o uso de produtos controlados é válida por determinado período, devendo ser periódica e tempestivamente renovadas perante as autoridades competentes. O uso de produtos químicos controlados pelo Exército Brasileiro, Polícia Federal e/ou Polícia Civil sem as respectivas licenças ou autorizações configura infração administrativa e crime ambiental.

Benefícios e incentivos fiscais

A Companhia possui os seguintes benefícios fiscais: (i) em âmbito federal, a Companhia é beneficiária de incentivo vinculado ao pagamento de IRPJ (SUDENE); (ii) no Estado da Bahia, a Companhia possui benefícios vinculados ao pagamento do ICMS sobre a importação e venda de produtos industrializados; (iii) no Estado de Minas Gerais, a Companhia é beneficiária de crédito presumido do ICMS devido sobre a venda de produtos e diferimento do ICMS devido sobre a importação.

(i) Incentivos fiscais federais

O Governo Federal, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), concede incentivos e benefícios fiscais visando o desenvolvimento de atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação. Diante desse cenário, a Companhia faz jus à redução do IRPJ principal e adicional em 75% com relação à sua Matriz e Filial estabelecidas no estado da BA, calculados sobre o lucro de exploração. O benefício foi concedido à Matriz por meio do Laudo Constitutivo nº 0282/2019 com prazo de vigência até 31.12.2028 (10 anos), e concedido à Filial por meio do Laudo Constitutivo nº 0041/2023 com prazo de vigência até 31/12/2032 (10 anos). O benefício poderá ser renovado por igual período na data do vencimento. O controle contábil é feito por meio do lançamento em contas específicas, nos termos da legislação aplicável.

(ii) Incentivos fiscais estaduais

Bahia

No Estado da Bahia a Companhia é beneficiária de incentivos vinculados ao ICMS incidente sobre as operações de venda e importação de produtos. A Companhia possui crédito presumido de 100% do ICMS devido sobre as vendas de produtos produzidos no Estado, até 31/12/2032.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Além disso, nos beneficiamos de alíquota de ICMS reduzida para produtos importados e revendidos sem industrialização, sendo de 3,5% para vendas internas, e 1% para operações interestaduais, até 31/12/2032. Além disso, a Companhia possui diferimento no pagamento do ICMS incidente sobre as importações de produtos de informática, de telecomunicações, elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos. Os referidos benefícios fiscais são renovados anualmente e, atualmente, o prazo de vigência do Decreto é 31/12/2032, com possibilidade de prorrogação. Tais incentivos se aplicam a todos os benefícios previstos no Decreto nº 4.316/1995.

Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais a Companhia possui benefício fiscal referente ao crédito presumido de 100% do ICMS devido sobre as vendas de determinados produtos industrializados na fábrica de Extrema. Sobre os produtos importados para revenda (sem industrialização), a carga tributária será de 14% de ICMS para vendas internas (sujeitas à alíquota de 18%, dentro do Estado de MG), e 1,5% para operações interestaduais, de produtos sujeitos à alíquota de 4%). Ademais, também faz jus ao diferimento do ICMS devido sobre as importações, para o momento da venda dos produtos industrializados ou revenda de produtos importados. Os benefícios fiscais foram concedidos pelo Estado de Minas Gerais por meio do e-PTA-RE nº 45.000021333-77 e o prazo de vigência é indeterminado.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Apesar de não possuímos, na data deste Formulário de Referência, uma política ambiental formal, cada vez mais, pretendemos trabalhar para reduzir os impactos ambientais de nossas atividades com protagonismo e inovação em temas como mudanças climáticas, biodiversidade, gestão de resíduos, energia e água.

Ademais, na data deste Formulário de Referência, ainda não havíamos aderido a um padrão específico (nacional ou internacional) de proteção ambiental.

Na data deste Formulário de Referência, não incorremos em custos relevantes relativos ao cumprimento da regulação ambiental.

1 NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) 8517, 8531 e 8544.70.10

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 96 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro validamente concedido pelo INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marca, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a concessão do registro pelo INPI, o titular passar a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de seu uso exclusivo em todo o território nacional, por um prazo determinado de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputacional do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando não solicitada a renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares de diversos registros ou pedidos de registro de marcas junto ao INPI, inclusive as principais marcas que utilizamos para os nossos negócios são:

(i) “Casa Conectada” (concessão em 14.4.2020, data de vigência 14.4.2030 e registro nº 918047358) e (ii) “WDC Networks” (concessão em 13.11.2018, data de vigência 13.11.2028 e registro nº 912754648).

Ainda, a Companhia é titular de diversos nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, dentre os quais se destacam: ri.wdcnet.com.br e wdcnet.com.br.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o

responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, 93,04% da receita líquida da Companhia (no valor de R\$ 779.580 mil) foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 96,97% da receita líquida da Companhia (no valor de R\$ 873.406 mil) foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, 6,96% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior. Vale notar que 17,27% das nossas receitas no exterior são provenientes de clientes brasileiros.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 3,03% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior. Vale notar que 14,58% das nossas receitas no exterior são provenientes de clientes brasileiros.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Região	31/12/2024	
	Receita líquida (R\$)	Participação na Receita Líquida
Brasil	779.580.000,00	93,04%
Exterior	58.301.000,00	6,96%
TOTAL	837.881.000,00	100,00%
Matriz e filiais	779.580.000,00	93,04%
Franchising	8.000,00	0,01%
Colômbia	54.916.000,00	6,55%
Estados Unidos	3.377.000,00	0,40%
TOTAL	837.881.000,00	100,00%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não divulgou as informações ASG em relatório anual ou documento específico.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Não aplicável, visto que a Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A sustentabilidade está profundamente enraizada nos valores da Companhia. Ao longo dos últimos anos, temos implementado várias iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável em nossos negócios.

Tal relação da Companhia pode ser visualizada por meio dos valores e princípios de conduta e responsabilidade social que a Companhia adota.

A Companhia busca promover a saúde e o bem estar de seus colaboradores, respeitando à diversidade de pensamentos, valorizando o ser humano, não importando cor, raça, condição social, idade ou religião.

Além disso, a Companhia em parceria com a *Green Eletron*, apoia logística reversa de produtos eletroeletrônicos pós-consumo. A *Green Eletron* criou um sistema coletivo para realizar toda a logística reversa dos produtos de suas associadas, o qual envolve desde a coleta até o envio do “lixo eletrônico” para recicladoras, responsáveis por transformá-los em matéria-prima para a fabricação de novos produtos pela indústria.

Uma das nossas missões é conscientizar a sociedade sobre o descarte correto de equipamentos elétricos e eletrônicos sem conserto e motivar setores da indústria e do varejo a participarem do movimento “#EletrônicoNãoÉLixo. Junte-se a nós por um futuro mais #Green.”

Adicionalmente, a Companhia possui uma série de compromissos, como:

- Unidade industrial Ilhéus construída respeitando a área de manguezal;
- Captação de água pluvial para reuso;
- Sistema de tratamento de esgoto próprio antes de despejá-los;
- Uso de energia solar e eólica para iluminação externa na unidade Ilhéus;
- Iluminação interna 100% tecnologia LED de baixo consumo e impacto ambiental;
- Patrocínio de caixas de coleta de pilhas e bateria na cidade de Ilhéus e região; e
- Coleta de lixo seletiva em todas as unidades.

Por fim, a Companhia apoia à APAE local e o Abrigo São Vicente de Paulo, incentivando atividades de cunho social e ambiental, e regularmente realiza o mutirão de coleta de plásticos e garrafas PET das praias de Ilhéus, envolvendo nossos funcionários e a população.

Com base nessa perspectiva, a Companhia está empenhada em desenvolver sua Agenda ASG, envolvendo uma comunicação ativa com seus diversos acionistas. O objetivo é construir, em conjunto, iniciativas ambientais, sociais e de governança que sejam integradas, agreguem valor às nossas relações e sejam incorporadas no dia a dia da Companhia, haja vista que já possui os certificados ISO 9001 e ISO14001.

A Companhia está realizando trabalhos de diagnóstico em andamento para ajudar a definir a forma como as informações relacionadas ao tema ASG serão divulgadas. Por essa razão, atualmente, a Companhia não reporta nem divulga informações ASG ao mercado, seja por meio de relatório anual ou outro documento específico para essa finalidade. No entanto, a Companhia reconhece a importância do tema e está incluindo em seu planejamento a estruturação dos primeiros relatórios de sustentabilidade.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A Companhia ainda não possui uma matriz de materialidade, haja vista que não divulga um relatório anual ou documento específico para a divulgação de informações ASG.

No entanto, a Companhia reconhece a importância de adotar uma matriz de materialidade caso venha futuramente a divulgar um relatório anual ou documento específico para a divulgação de informações ASG, pois a matriz auxiliaria a Companhia a identificar e priorizar os temas mais relevantes e impactantes para seus negócios e *stakeholders*. Assim, a matriz de materialidade ajudaria a Companhia a mapear os aspectos ambientais, sociais e de governança que têm maior importância estratégica e que estão mais alinhados com os valores de nossa Companhia.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia não divulga relatório anual ou documento específico e, por essas razões, conforme justificado no item 1.9(i)(ii), não adota uma matriz de materialidade. Todavia, caso a Companhia venha a adotar uma matriz de materialidade, será possível adotar indicadores-chave de desempenho, haja vista que terá as condições necessárias para definir quais dados e informações deverão ser acompanhados para eventuais relatos futuros.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Considerando que a Companhia não divulga informações ambientais, sociais e de governança (ASG) em um relatório anual ou documento específico, não é possível realizar uma auditoria ou revisão dessas informações.

Contudo, a Companhia reconhece a importância de promover iniciativas que contribuam para a sustentabilidade, segurança e confiabilidade das informações. Portanto, pretende avaliar, em um futuro próximo, a possibilidade de envolver uma consultoria externa para auditar eventuais futuros relatórios ou documento específicos ASG.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Ao longo do último ano, a Companhia tem se baseado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma não oficial como fonte de inspiração. Essa abordagem reflete nossa convicção de que os ODS são um guia para alcançar um futuro melhor e mais sustentável para todos, além de contribuir ativamente para o cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Companhia entende que os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão em sintonia com suas prioridades e com seu modelo de negócio:

- ODS 1 que engloba tópicos como a erradicação da pobreza;
- ODS 4 que aborda a relação entre uma educação de qualidade e os projetos sociais apoiados por meio do direcionamento de recursos financeiros, levando em consideração as políticas fiscais de incentivo;

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- ODS 13 que aborda ações para combater as mudanças climáticas, considerando sua relação com as medidas de mitigação dos impactos ambientais, como a promoção da geração de energia limpa e renovável; e
- ODS 16 que aborda a paz, justiça e instituições eficazes, é considerado relevante pela Companhia devido à compreensão de que os procedimentos de governança permitem à Companhia operar em harmonia com as melhores práticas do mercado em relação aos seus processos e controles.

Por sua vez, no que se refere ao *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCDF), tais recomendações não são aplicadas, levando em consideração que a Companhia não divulga informações ASG em um relatório anual ou documento específico.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Atualmente, a Companhia não possui um sistema estruturado de coleta de informações necessárias para a elaboração de um inventário de emissões de gases de efeito estufa. No entanto, a Companhia planeja incluir em seus futuros planos uma avaliação técnica para progredir no tema das mudanças climáticas e compreender os impactos gerados por suas operações.

A Companhia reconhece a importância de realizar um primeiro inventário de emissões de gases do efeito estufa como parte desse avanço. Nesse sentido, serão avaliadas metodologias reconhecidas no mercado, como o Programa Brasileiro GHG *Protocol*, que oferece orientações para a publicação de inventários de gases de efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 - Informações específicas de sociedades de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

Não aplicável.

- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável.

- estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não tivemos operações societárias com consequente aumento ou redução de capital.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Acordo de Acionistas

(a) Partes

2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo”) e Vanderlei Rigatieri Junior (“Vanderlei” e, em conjunto com o Fundo, “Acionistas”).

(b) Data de celebração

17/04/2017 e aditado em 19/02/2021 e 12/09/2022.

(c) Prazo de vigência

20 (vinte) anos contados da data de celebração do Acordo de Acionistas.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas realizarão reuniões prévias para definir o voto em bloco a ser exercido nas deliberações sociais a serem tomadas pelas Partes ou seus representantes, em Assembleia Geral da Companhia, ou em reunião do Conselho de Administração da Companhia, ou pelos representantes da Companhia nos órgãos deliberativos das subsidiárias, conforme aplicável (“Reunião Prévia”).

O voto definido em Reunião Prévia vinculará, em caráter definitivo e incondicional, os Acionistas e seus representantes, bem como os representantes da Companhia nos órgãos deliberativos de suas subsidiárias, conforme aplicável, os quais estarão obrigados a exercer seus direitos de voto de acordo com tal definição, nos termos previstos no Acordo de Acionistas.

As deliberações na Reunião Prévia serão tomadas da seguinte forma: As Matérias Qualificadas da Assembleia, conforme descritas abaixo, dependerão da aprovação unânime da totalidade dos Acionistas e as demais matérias serão deliberadas por maioria de votos das Partes presentes à Reunião Prévia.

As decisões aprovadas na Reunião Prévia vincularão todos os Acionistas e os seus representantes, ficando os mesmos obrigados, de forma irrevogável e irretratável, a manifestar seus respectivos votos na Assembleia Geral ou na reunião de Conselho de Administração pertinente, conforme o caso, de acordo com referida orientação de voto.

O eventual exercício, por qualquer dos Acionistas e seus representantes, do direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia ou nas reuniões do Conselho de Administração pertinentes em desacordo com as decisões aprovadas na Reunião Prévia ou das demais disposições aplicáveis ao Acordo de Acionistas, será nulo e ineficaz e não poderá ser reconhecido pela Companhia.

As seguintes matérias de competência da Assembleia Geral serão consideradas como matérias qualificadas (as “Matérias Qualificadas da Assembleia”):

(a) qualquer modificação do Estatuto Social da Companhia;

(b) qualquer criação de nova classe de ações da Companhia, ou qualquer alteração das características, vantagens ou privilégios de ações de emissão da Companhia; (c) qualquer redução de capital, exceto para compensação de prejuízos acumulados; (d) qualquer decisão

1.13 Acordos de acionistas

relacionada à dissolução ou liquidação envolvendo Companhia e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia;

(e) qualquer decisão relacionada à confissão de autofalência ou apresentação de requerimento para recuperação judicial ou extrajudicial envolvendo a Companhia; (f) celebração de qualquer acordo de acionistas ou qualquer outro acordo que proporcione a terceiros direitos não conferidos ao Fundo, ou que acarrete diminuição dos direitos do Fundo previsto no Acordo de Acionistas; e

(g) qualquer mudança nas práticas contábeis da Companhia que não decorra de Lei.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Segundo o Acordo de Acionistas, os Acionistas deverão sempre envidar seus melhores esforços para eleger o maior número possível de conselheiros, observados os termos da regulamentação aplicável à Companhia e o seu estatuto social, e deverão indicar candidatos para apreciação da Assembleia Geral da seguinte forma: (a) 2 (dois) candidatos indicados pelo Vanderlei; e (b) 1 (um) candidato indicado pelo Fundo. Na Assembleia Geral que tenha em sua ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração, os Acionistas votarão em bloco nos nomes fornecidos na Reunião Prévia.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

E qualquer momento será facultado aos Acionistas desvincular do Acordo de Acionistas, em uma ou mais ocasiões as ações que venha ou pretendam alienar no mercado de valores mobiliários, o que poderá ser feito unilateralmente, mediante comunicação à Companhia, com cópia para a outra Parte. As Ações assim alienadas deixarão de estar vinculadas ao Acordo de Acionistas e estarão livres para negociação em bolsa, sem qualquer restrição.

Caso um Acionista deseje transferir as Ações de sua titularidade, em processo que não seja venda em bolsa de valores, o outro Acionista terá o direito de, individualmente, exigir que parte das Ações por eles detidas sejam incluídas na transferência das Ações pretendida pelo acionista ofertante, nas mesmas condições do acionista ofertante ("Direito de Tag Along"). Nesta hipótese, qualquer acionista ofertado poderá incluir na transferência um número de ações que faça com que este acionista ofertado transfira a mesma porcentagem (de suas respectivas ações) que o acionista ofertante.

Exceto nas hipóteses previstas acima e no caso de outras transferências permitidas na forma prevista no Acordo de Acionistas, qualquer transferência somente poderá ser realizada se o terceiro ao qual o Acionista cedente transferirá as suas ações adira e se torne parte do Acordo de Acionistas por meio da assinatura do competente termo de adesão, devendo (i) assumir todos os direitos, obrigações e responsabilidades do Acionista cedente, caso a transferência compreenda todas as ações detidas pelo Acionista cedente, ou (ii) exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações e responsabilidades em bloco e em conjunto com o Acionista cedente, caso a transferência compreenda apenas parte das ações detidas pelo Acionista cedente.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

1.13 Acordos de acionistas

Nos termos do Acordo de Acionistas, é condição prévia para a posse no Conselho de Administração que os representantes indicados pelos Acionistas declarem de forma escrita: (i) ter pleno conhecimento do teor do Acordo de Acionistas e se obrigar a cumpri-lo em todos os seus termos e condições, e (ii) declarar-se responsável, solidariamente com o Acionista que o indicou, por indenizar o Acionista prejudicado (se houver algum) em decorrência do descumprimento de qualquer das obrigações contraídas no Acordo de Acionistas por referido representantes.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante por nós ou por nossas controladas que não fosse diretamente relacionado com nossas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e pela tomada de recursos de terceiros.

Desde 2018, a Companhia vem apresentando alto patamar em sua Receita Líquida. Além de consistência em outras linhas das demonstrações financeiras da Companhia tais como o ativo imobilizado e o contas a receber líquidas do ativo circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$793.487 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$152.470 mil e investimentos de curto prazo de R\$152.170 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$488.847 mil o que equivalia a 1,74 x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$590.350 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$101.959 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$488.391 mil o que equivalia a 2,11x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$589.664 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$102.030 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2024, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$487.634 mil o que equivalia a 1,80x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração utiliza indicadores financeiros para avaliar a condução dos negócios da Companhia. Por exemplo, para avaliar a liquidez e saúde financeira da Companhia, a Administração monitora os índices de Liquidez Corrente e Liquidez Seca. O índice de Liquidez Corrente, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante e (ii) passivo circulante e, em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 foi de 1,76, 2,74, 2,20 respectivamente. Já o índice de Liquidez Seca, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante menos estoques

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e (ii) passivo circulante, e em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, foi de 1,30, 1,83 e 1,47 respectivamente.

Ainda, para analisar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras, a Administração utiliza indicadores relacionados ao endividamento bruto e líquido. O índice de endividamento bruto correspondente a divisão da Dívida Bruta, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 o índice de endividamento bruto foi de 0,89, 0,93 e 1,22 respectivamente.

O índice de endividamento líquido, correspondente a divisão da Dívida Líquida, conforme definido no antigo item 2.5 deste Formulário de Referência, dividido pelo patrimônio líquido, representando o tamanho do endividamento líquido da Companhia, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, o índice de endividamento líquido foi de 0,73, 0,77 e 0,75, respectivamente. Os Diretores da Companhia avaliam que os indicadores financeiros utilizados apontam para uma regular estabilidade na capacidade da Companhia em honrar com as suas obrigações nos últimos três exercícios sociais.

A tabela abaixo resume os indicadores financeiros apresentados acima em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente:

(em R\$ milhares, exceto %)	Índices relevantes		
	Em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Liquidez Corrente ⁽¹⁾	1,76	2,74	2,20
Liquidez Seca ⁽²⁾	1,30	1,83	1,47
Índice de Endividamento Bruto sobre PL ⁽³⁾	0,89	0,93	1,22
Índice de Endividamento Líquido sobre PL ⁽⁴⁾	0,73	0,77	0,75
Índice de Endividamento Bruto sobre EBITDA ⁽⁵⁾	2,27	2,55	3,08
Índice de Endividamento Líquido sobre EBITDA Ajustado ⁽⁶⁾	1,88	2,11	1,74

(1) O índice de liquidez corrente corresponde à divisão entre ativo circulante e passivo circulante.

(2) O índice de liquidez seca corresponde o ativo circulante menos estoques dividido pelo passivo circulante.

(3) O índice de endividamento bruto sobre o PL correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo patrimônio líquido

(4) O índice de endividamento líquido sobre o PL é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, e dividida pelo patrimônio líquido.

(5) O índice de Dívida bruta sobre o EBITDA correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo EBITDA no período de doze meses findo em 31 de dezembro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(6) O índice de Dívida líquida sobre o EBITDA ajustado é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, e dividida pelo EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pelos Diretores da Companhia na condução de seus negócios:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	2024	2023	2022	2024 x	2023 x
				2023	2022
Receita Líquida	837.880	900.718	1.070.904	-6,98%	- 15,89%
Lucro bruto	216.198	188.262	247.658	14,84%	- 23,98%
Lucro líquido	28.656	-11.876	23.169	- 341,30 %	- 151,26 %
Margem Lucro Líquido	3,42%	-1,32%	2,10%	4,74 p.p.	-3,4 p.p.
Lucro Líquido Ajustado ⁽¹⁾	36.374	-11.876	10.254	- 406,29 %	- 215,81 %
Margem Lucro Líquido Ajustado ⁽²⁾	4,34%	-1,32%	0,90%	5,66 p.p.	-2,2 p.p.
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	271.406	231.608	257.449	17,18%	- 10,04%
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁴⁾	32,3%	25,7%	24,00 %	6,68 p.p.	-1,7 p.p.

(1) Corresponde ao Lucro Líquido Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde à Margem Lucro Líquido Ajustado da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do Lucro Líquido Ajustado do Exercício pela receita líquida.

(3) Corresponde ao EBITDA Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) Corresponde à Margem EBITDA Ajustada da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do EBITDA Ajustado do Exercício pela receita líquida.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	2024	2023	2022	2024 x	2023 x
				2023	2022
(+) Empréstimos e	580.037	573.546	785.887	1,13%	-27,02%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Financiamentos					
Circulante	185.219	63.633	218.820	191,07%	-70,92%
Não Circulante	394.818	509.913	567.067	-22,57%	-10,08%
(+) Partes Relacionadas (Mútuo)	-	-	-	-	-
(+) Arrendamento Mercantil	10.376	11.530	1.875	-10,01%	514,93%
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	-749	5.274	7.600	- 114,20%	-30,61%
Dívida Bruta ⁽¹⁾	589.664	590.350	795.362	-0,12%	-25,78%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	- 102.030	-101.959	-152.470	0,07%	-33,13%
(-) Investimento de curto prazo	-	-	-152.170	-	- 100,00%
Dívida Líquida ⁽²⁾	487.634	488.391	490.722	-0,15%	-0,48%

(1) Correspondente a Dívida Bruta da Companhia, na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde a Dívida Líquida da Companhia na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

b) estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$647.794 mil, correspondendo a um aumento de 2,9%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R\$629.470 mil em 31 de dezembro de 2021. O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2022 decorreu do aumento do reserva de lucros no montante de R\$116.734.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$635.111 mil, correspondendo a uma redução de 2,0%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R\$647.794 mil em 31 de dezembro de 2022. A diminuição do patrimônio líquido neste período decorreu principalmente do prejuízo acumulado no montante de R\$11.876.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$665.846 mil, correspondendo a um aumento de 4,8%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023. O aumento do patrimônio líquido neste período decorreu principalmente da reversão do prejuízo contabilizado em 2023.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital da Companhia:

(em R\$ milhare s, exceto %)	Em 31 de dezembro de					
	2024		2023		2022	
	(em R\$ milhare s)	%	(em R\$ milhare s)	%	(em R\$ milhare s)	%
Capital próprio (1)	665.84 6	45,7 %	635.11 1	46,9 %	647.79 5	39,5 %
Capital de terceir os (2)	789.58 9	54,3 %	717.94 0	53,1 %	990.82 9	60,5 %
Capital Total (3)	1.455.4 35	100 %	1.353.0 51	100,0 %	1.638.6 24	100,0 %

(1) Corresponde à posição do patrimônio líquido da Companhia.

(2) Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante da Companhia.

(3) Corresponde à soma do patrimônio líquido (capital próprio) e passivo circulante e não circulante (capital de terceiros).

Em 31 de dezembro de 2022, o capital próprio representou 39,5% e o capital de terceiros 60,5% do capital total, em função do maior endividamento para investimentos e capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o capital próprio representou 46,9% e o capital de terceiros 53,1% do capital total, aumento do capital próprio se deu em função da diminuição do endividamento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o capital próprio representou 45,7% e o capital de terceiros 54,3% do capital total, aumento do capital de terceiros se deu em função do aumento de empréstimos junto a instituições financeiras.

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia é adequada aos seus objetivos.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Administração acompanha de perto o índice de endividamento da Companhia, levando em consideração evolução e projeções, e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

O índice de liquidez geral da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de 1,84. Em 31 de dezembro de 2023 era de 1,88 e em 31 de dezembro de 2022 era de 1,65, apresentando melhora em relação ao último período reportado, o que evidencia a capacidade de controle da Diretoria sobre o índice de liquidez geral. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, 71,5% ou R\$567.067 mil da Dívida Bruta era de longo prazo e 28,5% ou R\$226.420 mil era de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2023, 88,0% ou R\$519.368 mil da Dívida Bruta era de longo prazo e 12,0% ou R\$70.982 mil era de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, 67,9% ou R\$400.586 mil da Dívida Bruta era de longo prazo e 32,1% ou R\$189.078 mil era de curto prazo. Esse aumento da dívida de curto prazo se deve a aproximação de vencimentos relacionados a Debênture.

O indicador de liquidez geral representado acima não considera a receita futura já contratada (receita diferida) oriunda da modalidade TaaS – Technology as a Service que, em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 745.081 mil, em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 874.795 mil e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$808.346 mil.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia suas operações principalmente com caixa líquido gerado por suas atividades operacionais, bem como por meio de empréstimos de instituições financeiras e de fomento.

A Companhia tem utilizado seu caixa, principalmente, para financiar sua necessidade de capital de giro, cumprir com suas obrigações (pagamento de empréstimos) e investir em melhorias em sua operação. Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, vide item 2.1 (i) deste Formulário de Referência.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as necessidades de capital que os Diretores da Companhia pretendem utilizar no curso regular dos negócios da Companhia é o caixa operacional.

Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar empréstimos de instituições financeiras e de fomento. Os Diretores acreditam que essas opções são suficientes para atender às

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

necessidades regulares de capital da Companhia, respeitando os indicadores de endividamento e liquidez de acordo com compromissos estabelecidos nos contratos atuais de empréstimos em aberto, bem como as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$580.037 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$487.634 mil.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$573.546 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$488.391 mil.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$785.887 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$488.847 mil.

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Banco	Captação	Nº do Contrato	Data de Contratação	Principal Contratação	Principal - Balancete 31/12/2024	Taxa do Contrato	Taxa	Taxa Mês	Taxa Ano	Comissão	Prazo	Prazo Remanescente
Banco do Brasil	Capital de Giro	334.703.068	26/06/2024	50.000.000	50.000.000,00	1,95% a.a. + CDI	1,95%	1,11%	14,20%	0,0%	60	54
Citi	Capital de Giro	100004682 - 446810	19/02/2021	23.500.000	1.093.023,17	3,00% a.a. + CDI	3,00%	1,19%	15,25%	0,0%	48	2
Votorantim	Capital de Giro - 4131 com Swap	SWAP 10254789	27/04/2021	35.000.000	5.255.588,67	3,65% a.a. + CDI	3,65%	1,24%	15,90%	1,1%	48	4
Votorantim	Capital de Giro - 4131 com Swap	SWAP 10262810	20/07/2021	10.000.000	2.409.984,01	3,82% a.a. + CDI	3,82%	1,25%	16,07%	1,0%	48	6
Total Capital de Giro				170.380.000	58.758.595,85		1,13%	14,45%			58	47
Debêntures 2ª Emissão	Debêntures	LVTC12	15/06/2022	247.113.000	248.464.094,03	2,30% a.a. + CDI	2,30%	1,14%	14,55%	2,0%	60	29
Debêntures 2ª Emissão	Debêntures	LVTC22	15/06/2022	252.887.000	254.309.042,52	2,70% a.a. + CDI	2,70%	1,17%	14,95%	2,0%	84	53
Total Debêntures				500.000.000	502.773.136,56		1,15%	14,75%			72	41
Total Dívida					561.531.732,41							

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informaram que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras além daquelas citadas no item anterior (i).

iii) grau de subordinação entre as dívidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os Diretores informaram que em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contratos de financiamentos com determinadas instituições financeiras e, para garantia destes financiamentos, determinados instrumentos dispunham de percentual de duplicatas a receber.

Observado o disposto no parágrafo anterior, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as demais obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) financiamentos e empréstimos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (covenants) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, cross default, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos acima do mínimo legal, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

Segue abaixo relação dos contratos financeiros que possuem cláusula de vencimento antecipado em caso de alteração de controle acionário da Companhia atualmente vigentes:

Banco	Captação	Nº do Contrato	Data de Contratação	Principal Contratação	Principal - Balancete 31/12/2024	Taxa do Contrato	Taxa	Taxa Mês	Taxa Ano	Comissão	Prazo	Prazo Remanescente
Banco do Brasil	Capital de Giro	334.703.068	26/06/2024	50.000.000	50.000.000,00	1,95% a.a. + CDI	1,95%	1,11%	14,20%	0,0%	60	54
Citi	Capital de Giro	100004682 - 446810	19/02/2021	23.500.000	1.093.023,17	3,00% a.a. + CDI	3,00%	1,19%	15,25%	0,0%	48	2
Votorantim	Capital de Giro - 4131 com Swap	SWAP 10254789	27/04/2021	35.000.000	5.255.588,67	3,65% a.a. + CDI	3,65%	1,24%	15,90%	1,1%	48	4
Votorantim	Capital de Giro - 4131 com Swap	SWAP 10262810	20/07/2021	10.000.000	2.409.984,01	3,82% a.a. + CDI	3,82%	1,25%	16,07%	1,0%	48	6
Total Capital de Giro				170.380.000	58.758.595,85			1,13%	14,45%		58	47
Debêntures 2ª Emissão	Debêntures	LVTIC12	15/06/2022	247.113.000	248.464.094,03	2,30% a.a. + CDI	2,30%	1,14%	14,55%	2,0%	60	29
Debêntures 2ª Emissão	Debêntures	LVTIC22	15/06/2022	252.887.000	254.309.042,52	2,70% a.a. + CDI	2,70%	1,17%	14,95%	2,0%	84	53
Total Debêntures				500.000.000	502.773.136,56			1,15%	14,75%		72	41
Total Dívida					561.531.732,41							

Adicionalmente, alguns dos instrumentos de dívida preveem a obrigação da Companhia de observância a determinadores índices financeiros semestral e anualmente, conforme descritos a seguir:

- (i)

Citibank, N.A.

(a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2024.
- (ii)

Debêntures 2ª Emissão - Itaú

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.
- (b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido (covenants) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Banco do Brasil

- (a) A relação entre dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.
- (b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, todos os índices financeiros descritos acima foram cumpridos. A tabela abaixo indica a evolução destes índices nas dadas mencionadas:

Indicadores	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Dívida Líquida / EBITDA	1,88	2,11	1,8
EBITDA / Resultado Financeiro Líquido	-14,9	-4,4	-3,4

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de					
	2024		2023		2024 x 2023	
		AV(%)		AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Receita líquida	837.880	100,00%	900.718	100,00%	-6,98%	-62.838
Custos das vendas e serviços	-621.682	-74,20%	-712.456	-79,10%	-12,74%	90.774
Lucro Bruto	216.198	25,80%	188.262	20,90%	14,84%	27.936

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com Pessoal	-61.632	-7,36%	-53.922	-5,99%	14,30%	-7.710
Despesas Comerciais	-63.176	-7,54%	-67.022	-7,44%	-5,74%	3.846
Despesas Gerais e Administrativas	-20.130	-2,40%	-10.601	-1,18%	89,89%	-9.529
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-11.912	-1,42%	-20.334	-2,26%	-41,42%	8.421
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social	59.348	7,08%	36.385	4,04%	63,11%	22.963
Receitas Financeiras	113.121	13,50%	88.389	9,81%	27,98%	24.731
Despesas Financeiras	-130.501	-15,58%	-140.886	-15,64%	-7,37%	10.385
Resultado Financeiro	-17.380	-2,07%	-52.496	-5,83%	-66,89%	35.117
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	41.968	5,01%	-16.112	-1,79%	-360,48%	58.080
Imposto de renda e contribuição social corrente	-23.463	-2,80%	-2.076	-0,23%	1030,20%	-21.387
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.151	1,21%	6.312	0,70%	60,82%	3.839
Imposto de renda e contribuição social líquido	-13.312	-1,59%	4.236	0,47%	-414,26%	-17.548

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro líquido do período	28.656	3,42%	-11.876	-1,32%	-341,29%	40.532

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 900.718 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando diminuição de R\$170.187 mil ou -15,89%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$1.070.905 mil. Diminuição atribuída a queda em vendas.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita Líquida por segmento	Período de nove meses findo em:				2024 X 2023
	2024		2023		
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)
Telecom	478.710	57%	475.940	53%	0,58%
Enterprise	293.746	35%	258.229	29%	13,75%
Solar	65.423	8%	166.549	18%	- 60,72%
Total - Receita Líquida	837.880	100%	900.718	100%	-6,98%

A Receita Líquida do segmento de Telecom totalizou R\$478.710 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 0,58%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$475.940 mil. Variação está em linha no comparativo entre anos.

A Receita Líquida do segmento Enterprise totalizou R\$293.746 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 13,75%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$258.229 mil. Variação é explicada pelo atual momento de Audio e Video e Cibersegurança.

A Receita Líquida do segmento Solar totalizou R\$65.423 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando redução de -60,72%, quando comparado ao exercício

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$166.549 mil. Diminuição esperada pela administração, por conta da estratégia da Companhia em priorizar vendas com maiores margens e foco em segmentos mais lucrativos.

Custo das vendas e serviços

(-) CMV	2024		2023			
	VR	AV	VR	AV	AH	AH\$
Telecom	-358.189	57,62%	-367.539	51,59%	8,32%	-28.224
. Custo de Mercadorias Vendidas	-194.332	31,26%	-197.266	27,69%	4,77%	-8.983
. Custo com Depreciação	-162.978	26,22%	-163.341	22,93%	17,32%	-24.113
. Despesas de Importação e Frete	-2.812	0,45%	-3.443	0,48%	-55,73%	4.334
. Custos com Pessoal	-1.368	0,22%	-1.262	0,18%	6,85%	-81
. Provisão de Obsolescência de Estoques	3.670	-0,59%	-1.526	0,21%	45,38%	-476
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-183	0,03%	-350	0,05%	-63,46%	607
. Outros Custos	-186	0,03%	-350	0,05%	-58,26%	489
Enterprise	-205.406	33,04%	-180.288	25,31%	0,50%	-888
. Custo de Mercadorias Vendidas	-172.050	27,67%	-149.430	20,97%	-1,84%	2.804
. Custo com Depreciação	-32.444	5,22%	-28.039	3,94%	23,68%	-5.369
. Despesas de Importação e Frete	-2.536	0,41%	-3.233	0,45%	-17,52%	687
. Custos com Pessoal	-906	0,15%	-740	0,10%	96,26%	-363
. Provisão de Obsolescência de Estoques	2.766	-0,44%	1.489	-0,21%	344,62%	1.154
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-122	0,02%	-186	0,03%	-35,53%	103
. Outros Custos	-113	0,02%	-149	0,02%	-39,17%	96

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Solar	-58.087	9,34%	-164.629	23,11%	-45,94%	139.902
. Custo de Mercadorias Vendidas	-53.607	8,62%	-162.544	22,81%	-43,26%	123.951
. Custo com Depreciação	-1.248	0,20%	-1.032	0,14%	144,04%	-609
. Despesas de Importação e Frete	-2.069	0,33%	-2.020	0,28%	-84,08%	10.672
. Custos com Pessoal	-519	0,08%	-921	0,13%	-38,15%	568
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-495	0,08%	2.382	-0,33%	-311,02%	3.511
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-74	0,01%	-260	0,04%	-79,17%	988
. Outros Custos	-74	0,01%	-233	0,03%	-77,90%	822
Consolidado	-621.682	100,00%	-712.456	100,00%	-13,46%	110.790
. Custo de Mercadorias Vendidas	-419.989	67,56%	-432.048	60,64%	26,88%	-91.531
. Custo com Depreciação	-196.671	31,64%	-159.529	22,39%	-1,46%	2.369
. Despesas de Importação e Frete	-7.418	1,19%	-7.929	1,11%	-32,22%	3.769
. Custos com Pessoal	-2.793	0,45%	-2.520	0,35%	61,78%	-962
. Provisão de Obsolescência de Estoques	5.941	-0,96%	2.413	-0,34%	-437,55%	3.128
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-379	0,06%	-743	0,10%	-40,36%	503
. Outros Custos	-373	0,06%	-666	0,09%	-38,58%	418
Total	-621.682	100,00%	-712.456	100,00%	-13,46%	110.790

Segmento de Telecom

O custo das vendas e serviços no segmento de Telecom reduziu 2,54%, passando de R\$367.539 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$358.189 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Segmento Enterprise

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O custo das vendas e serviços de segmento Enterprise aumentou 13,93%, passando de R\$180.288 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$205.406 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Segmento Solar

O custo das vendas e serviços de segmento Solar diminuiu R64,72%, passando de R\$164.629 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$58.087 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Queda atribuída principalmente a redução das vendas e renovação de estoque mais competitivo.

Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$216.198 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 14,84%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$188.262 mil. Vale comentar que todos os segmentos evoluíram em termos de lucratividade em 2024, principalmente a decisão da Companhia em desacelerar o segmento Solar, que em 2023 reportou margens ruins.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto por segmento	Período de nove meses findo em:				2024 X 2023	
	2024		2023			
	(em R\$ milhare s)	AV(%)	(em R\$ milhare s)	AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Telecom	120.521	56%	108.401	58%	11,18%	12.120
Enterpri se	88.341	41%	77.941	41%	13,34%	10.400
Solar	7.336	3%	1.920	1%	282,01 %	5.416
Total - Lucro Bruto	216.198	100%	188.262	100%	14,84%	27.936

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$61.632 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 14,3%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$53.922 mil. Aumento justificado com a criação do Design Center, novo departamento criado, com foco em fornecer soluções completas aos clientes, fomentando o Cross Selling.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$63.176 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando redução de 5,7% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$67.022 mil. Vale mencionar que em 2023, a Companhia optou por provisionar 100% dos títulos vencidos e a vencer de um cliente em Recuperação Judicial. O resultado deste reconhecimento, gerou um impacto negativo de R\$7,0 milhões.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$20.130 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 89,9%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$10.601 mil.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram uma despesa de R\$11.912 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma diminuição nas despesas de 41,4%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram uma despesa de R\$20.334 mil.

Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$59.348 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 63,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$36.385 mil. Redução explicada pela desaceleração do segmento Solar que carregava menores margens, além dos motivos citados anteriormente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou - R\$17.380 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma melhora de R\$35.117 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou - R\$52.496 mil. Tal variação ocorreu devido a:

- De forma negativa, a Variação Cambial Líquida e Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos reflete a exposição cambial da Companhia sobre seus ativos e passivos em moeda estrangeira, líquido das proteções contratadas via instrumentos financeiros derivativos;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- De forma positiva, a Companhia contabilizou no último trimestre de 2024, encargos financeiros originados em renegociações de contratos de cliente que ocorreram ao longo do ano.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou - R\$16.112 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 304,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$7.894 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizou uma despesa de -R\$13.312 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$11.039 mil quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou uma receita de R\$4.236 mil.

Lucro líquido do período

Devido aos fatores acima, o lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 28.656 mil, representando um aumento de R\$40.531 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou - R\$11.876 mil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023		12.2024 x 12.2023
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	102.030	7,01%	101.959	7,54%	0,07%
Investimentos de curto prazo	0	0,00%	0	0,00%	0%
Contas a receber, líquidas	317.745	21,83%	220.153	16,27%	44,33%
Impostos a recuperar	24.918	1,71%	19.763	1,46%	26,08%
Instrumentos financeiros derivativos	749	0,05%	0	0,00%	0,00%
Estoques	169.601	11,65%	179.428	13,26%	-5,48%
Adiantamentos a fornecedores	27.941	1,92%	21.410	1,58%	30,50%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas Antecipadas	356	0,02%	506	0,04%	-29,64%
Total do ativo circulante	643.340	44,20%	543.219	40,15%	18,43%
Contas a receber, líquidas	259.559	17,83%	209.818	15,51%	23,71%
Depósitos judiciais	109	0,01%	109	0,01%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	0	0,00%	0%
Impostos a recuperar	7.148	0,49%	34.259	2,53%	100,00%
Impostos diferidos	43.012	2,96%	32.861	2,43%	30,89%
Ativo de direito de uso	9.405	0,65%	11.517	0,85%	-18,34%
Imobilizado, líquido	388.070	26,66%	412.858	30,51%	-6,00%
Intangível, líquido	104.792	7,20%	108.410	8,01%	-3,34%
Total do ativo não circulante	812.095	55,80%	809.832	59,85%	0,28%
Total do ativo	1.455.435	100,00%	1.353.051	100,00%	7,57%
(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023		
		AV(%)		AV(%)	
Fornecedores	108.786	7,47%	96.099	7,10%	13,20%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	7.895	0,54%	3.734	0,28%	111,44%
Impostos a recolher	30.645	2,11%	5.444	0,40%	462,91%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	185.219	12,73%	63.633	4,70%	191,07%
Dividendos a pagar	3015	0,21%	0	0,00%	N/A
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	4.698	0,35%	-100,00%
Arrendamentos mercantis	3110	0,21%	2650	0,20%	17,36%
Partes relacionadas	0	0,00%	16	0,00%	-100,00%
Outras obrigações	26.838	1,84%	22.153	1,64%	21,15%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total do passivo circulante	365.508	25,11%	198.427	14,67%	84,20%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	394.818	27,13%	509.913	37,69%	-22,57%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	576	0,04%	-100,00%
Provisões para demandas judiciais	1924	0,13%	144	0,01%	1236,11%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Arrendamentos mercantis	7266	0,50%	8880	0,66%	-18,18%
Outras Obrigações	20.073	1,38%	0	0%	N/A
Total do passivo não circulante	424.081	29,14%	519.513	38,40%	-18,37%
Capital Social	301.397	20,71%	301.397	22,28%	0,00%
Ações em tesouraria	-8.536	-0,59%	-8.536	-0,63%	0,00%
Reservas de Capital	236.632	16,26%	236.632	17,49%	0,00%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Reservas de lucro	130.500	8,97%	116.734	8,63%	11,79%
Lucro/Prejuízo acumulado	0	0,00%	-11.876	-0,88%	100,00%
Outros resultados abrangentes	5853	0,40%	760	0,06%	670,13%
Total do patrimônio líquido	665.846	45,75%	635.111	46,94%	4,84%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.455.435	100,00%	1.353.051	100,00%	7,57%

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.455.435 mil, representando aumento de 7,57% em relação a 31 de dezembro de 2023, que totalizou R\$1.353.051 mil.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo circulante da Companhia aumentou 18,43%, passando de R\$543.219 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$643.340 mil em 31 de dezembro de 2024. Essa variação ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$102.030 mil em 31 de dezembro de 2024, em linha com o valor registrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$101.959 mil.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$317.745 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento 44,33%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$220.153 mil.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$24.918 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento 26,08%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$19.763 mil.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$169.601 mil em 31 de dezembro de 2024, representando diminuição 5,48%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando correspondia a R\$179.428 mil. Diminuição foi ocasionado

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principalmente pela estratégia da Companhia em liquidar estoques mais antigos e giro de estoque mais rápido.

Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$27.941 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 30,50%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$21.410 mil.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo não circulante da Companhia aumentou 0,28%, passando de R\$809.832 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$812.095 mil em 31 de dezembro de 2024. Esse leve aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$259.559 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 23,71%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$209.818 mil. Esse aumento decorreu principalmente do maior volume de renegociações, que resultam em alongamento dos prazos de pagamento.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$388.070 mil em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução 6,00%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$412.858 mil. Diminuição decorreu principalmente pela redução de vendas na modalidade de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$104.792 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um resultado em linha com o ano anterior, quando totalizou R\$108.410 mil.

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento de 7,57% em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.353.051 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$1.455.435 mil em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia aumentou 84,20%, passando de R\$ 198.427 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$365.508 mil em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$108.786 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 13,20%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$96.099 mil.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$30.645 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento 462,91%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$5.444 mil.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$185.218 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 191,07%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$63.633 mil. Variação em função da aproximação de vencimentos relativos a debênture.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 18,37%, passando de R\$519.513 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$424.081 mil em 31 de dezembro de 2024. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$394.818 mil em 31 de dezembro de 2024, representando uma diminuição de 22,57%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$509.913 mil. Redução em função da aproximação de vencimentos mais relevantes que se movimentaram para o curto prazo.

Patrimônio líquido

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 4,84%, passando de R\$635.111 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$665.846 mil em 31 de dezembro de 2024.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2023		Em 31 de dezembro de 2022		12.2023 x 12.2022
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	101.959	7,54%	152.470	9,30%	-33,13%
Investimentos de curto prazo	0	0,00%	152.170	9,30%	-100,00%
Contas a receber, líquidas	220.153	16,27%	195.944	12,00%	12,36%
Impostos a recuperar	19.763	1,46%	64.470	3,90%	-69,35%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	0	0,00%	0%
Estoques	179.428	13,26%	310.034	18,90%	-42,13%
Adiantamentos a fornecedores	21.410	1,58%	53.104	3,20%	-59,68%
Despesas Antecipadas	506	0,04%	927	0,10%	-45,42%
Total do ativo circulante	543.219	40,15%	929.119	56,70%	-41,53%
Contas a receber, líquidas	209.818	15,51%	155.312	9,50%	35,09%
Depósitos judiciais	109	0,01%	109	0,00%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	581	0,00%	-100,00%
Impostos a recuperar	34.259	2,53%	0	0,00%	100,00%
Impostos diferidos	32.861	2,43%	26.635	1,60%	23,38%
Ativo de direito de uso	11.517	0,85%	1.832	0,10%	528,66%
Imobilizado, líquido	412.858	30,51%	444.839	27,10%	-7,19%
Intangível, líquido	108.410	8,01%	80.196	4,90%	35,18%
Total do ativo não circulante	809.832	59,85%	709.504	43,30%	14,14%
Total do ativo	1.353.051	100,00%	1.638.623	100,00%	-17,43%
(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2023		Em 31 de dezembro de 2022		12.2023 x 12.2022
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Fornecedores	96.099	7,10%	142.112	8,67%	-32,38%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	3.734	0,28%	4.825	0,29%	-22,61%
Impostos a recolher	5.444	0,40%	6.435	0,39%	-15,40%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	63.633	4,70%	218.820	13,35%	-70,92%
Dividendos a pagar	0	0,00%	862	0,05%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos	4.698	0,35%	7.674	0,47%	-38,78%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Arrendamentos mercantis	2650	0,20%	969	0,06%	173,48%
Partes relacionadas	16	0,00%	125	0,01%	-87,20%
Outras obrigações	22.153	1,64%	40.149	2,45%	-44,82%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total do passivo circulante	198.427	14,67%	421.971	25,75%	-52,98%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	509.913	37,69%	567.067	34,61%	-10,08%
Instrumentos financeiros derivativos	576	0,04%	507	0,03%	13,61%
Provisões para demandas judiciais	144	0,01%	378	0,02%	-61,90%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Arrendamentos mercantis	8880	0,66%	906	0,06%	880,13%
Total do passivo não circulante	519.513	38,40%	568.858	34,72%	-8,67%
Capital Social	301.397	22,28%	301.397	18,39%	0,00%
Ações em tesouraria	-8.536	-0,63%	-7.044	-0,43%	21,18%
Reservas de Capital	236.632	17,49%	236.632	14,44%	0,00%
Reservas de lucro	116.734	8,63%	116.734	7,12%	0,00%
Lucro/Prejuízo acumulado	-11.876	-0,88%	0	0,00%	100,00%
Outros resultados abrangentes	760	0,06%	75	0,00%	913,33%
Total do patrimônio líquido	635.111	46,94%	647.794	39,53%	-1,96%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.353.051	100,00%	1.638.623	100,00%	-17,43%

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.353.051 mil, representando redução de 17,43%, ou R\$285.572 mil em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$1.638.623 mil.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante da Companhia reduziu 41,53% ou R\$385.900 mil, passando de R\$929.119 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$543.219 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$101.959 mil em 31 de dezembro de 2023, diminuição de R\$50.511 mil ou 33,13%, quando comparado ao

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$152.470 mil. Diminuição se deve ao pagamento de dívidas.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$220.153 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$24.209 mil ou 12,36%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$195.944 mil.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$19.763 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$44.707 mil ou 3,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$64.470 mil.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$179.428 mil em 31 de dezembro de 2023, representando diminuição de R\$130.606 mil ou 42,13%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando correspondia a R\$310.034 mil. Diminuição foi ocasionado principalmente pela estratégia da Companhia em liquidar estoques mais antigos.

Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$21.140 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$31.694 mil ou 59,68%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$53.104 mil.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo não circulante da Companhia aumentou 14,14%, passando de R\$709.504 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$809.832 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$100.328 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$209.818 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$54.506 mil ou 35,09%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$155.312 mil. Esse aumento decorreu principalmente do volume de vendas e locações gerados no exercício.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R\$32.861 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$6.226 mil ou 23,38%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$26.635 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisão de deságio na venda de créditos acumulados de ICMS, Derivativos Swap, IOF sobre mútuo, adição de IFRS16 e prejuízo fiscal, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$412.858 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução R\$31.981 mil ou 7,19%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$444.839 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela redução de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$108.410 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$28.214 mil ou 35,18%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$80.196 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento do negócio de cibersegurança, o qual demandou imobilizações de softwares/intangíveis para cessão de uso em contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou uma diminuição em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.638.623 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.353.051 mil em 31 de dezembro de 2023, significando uma diminuição de 17,43% ou R\$285.572 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia reduziu 52,98% ou R\$223.544 mil, passando de R\$ 421.971 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$198.427 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa redução ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$96.099 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$46.013 mil ou 32,38%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$142.112 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais da Companhia totalizou R\$3.734 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$1.091 mil ou 22,61%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$4.825 mil.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$5.444 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de R\$991 mil ou 15,40%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$6.435 mil.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$63.633 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$155.187 mil ou 70,92%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$218.820 mil.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 8,67% ou R\$49.345 mil, passando de R\$568.858 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$519.513 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$509.913 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de R\$57.154 mil ou 10,08%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$567.067 mil. Redução ocorreu pela estratégia da Companhia em liquidar dívidas mais caras em 2023.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia reduziu 1,96%, passando de R\$647.794 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$635.111 mil em 31 de dezembro de 2023.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2022 x 2021	
		AV(%)		AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Receita líquida	1.070.905	100,0%	1.066.582	100,0%	-100,0%	-1.070.905
Custos das vendas e serviços	-823.248	-76,8%	-771.722	-72,3%	-100,0%	823.248
Lucro Bruto	247.657	23,1%	294.860	27,6%	-100,0%	-247.657
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com Pessoal	-52.933	-4,9%	-58.808	-5,5%	-100,0%	52.933
Despesas Comerciais	-81.271	-7,5%	-72.340	-6,7%	-100,0%	81.271
Despesas Gerais e Administrativas	-17.459	-1,6%	-27.817	-2,6%	-100,0%	17.459
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-7.206	-0,6%	-1.396	-0,1%	-100,0%	7.206
		0,0%		0,0%		0
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social	88.788	8,2%	134.499	12,6%	-100,0%	-88.788
Receitas Financeiras	164.590	15,3%	94.847	8,8%	-100,0%	-164.590
Despesas Financeiras	-245.484	-22,9%	-135.039	-12,6%	-100,0%	245.484
Resultado Financeiro	-80.894	-7,5%	-40.193	-3,7%	-100,0%	80.894
						0
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.894	0,7%	94.306	8,8%	-100,0%	-7.894

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social corrente	6.187	0,5%	-9.869	-0,9%	-100,0%	-6.187
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.088	0,8%	-417	0,0%	-100,0%	-9.088
Imposto de renda e contribuição social líquido	15.275	1,4%	-10.286	-0,9%	-100,0%	-15.275
Lucro líquido do período	23.169	2,1%	84.020	7,8%	-100,0%	-23.169

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 1.070.904 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$4.322 mil ou 0,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$1.066.582 mil. Este aumento é atribuído principalmente em função da alteração no mix entre vendas e TaaS, e alongamento do prazo médio dos contratos TaaS.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita Líquida por segmento	Período de nove meses findo em:				2022 X 2021
	2022		2021		AH(%)
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	
Telecom	467.223	40,0%	503.501	50,0%	-7,21%
Enterprise	255.793	20,0%	266.816	30,0%	-4,13%
Solar	347.888	30,0%	296.266	30,0%	17,42%
Total - Receita Líquida	1.070.904	100,0%	1.066.582	100,0%	0,41%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Receita Líquida do segmento de Telecom totalizou R\$467.223 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$36.278 mil ou -7,21%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$503.501 mil. Essa variação ocorreu em decorrência principalmente da alteração do mix entre vendas totais e TaaS.

A Receita Líquida do segmento Enterprise totalizou R\$255.793 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$11.023 mil ou 4,13%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$286.816 mil. A redução decorreu principalmente: i) da indisponibilidade de estoques de câmeras de alta performance, impactando a vertical de Segurança Eletrônica; e (ii) redução de vendas do contrato de fulfillment.

A Receita Líquida do segmento Solar totalizou R\$347.888 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$51.623 mil ou 17,42%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$296.266 mil. Esse aumento decorreu principalmente do aumento das vendas totais no ano, com impacto positivo do início do TaaS no segmento.

Custo das vendas e serviços

O custo das vendas e serviços aumentou R\$51.524 mil, ou 7,0%, passando de R\$771.722 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$823.246 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. O aumento é atribuído principalmente aos custos com depreciação, impulsionado pelo segmento Telecom, em decorrência do alongamento de prazos da locação TaaS, conforme refletido na tabela abaixo:

(-) CMV	2.022		2.021		AH	AH\$
	VR	AV	VR	AV		
Telecom	-339.315	40,0%	-326.791	40,0%	4,0%	-12.524
. Custo de Mercadorias Vendidas	-188.283	20,0%	-204.891	30,0%	-8,0%	16.608
. Custo com Depreciação	-139.228	20,0%	-107.273	10,0%	30,0%	-31.955
. Despesas de Importação e Frete	-7.777	0,0%	-10.396	0,0%	-25,0%	2.619
. Custos com Pessoal	-1.181	0,0%	-1.513	0,0%	-22,0%	332
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-1.050	0,0%	-680	0,0%	54,0%	-370
. Serviços Prestados	-957	0,0%	-881	0,0%	9,0%	-75

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Pessoa Jurídica						
. Outros Custos	-839	0,0%	-1.157	0,0%	-27,0%	318
Enterprise	-179.400	20,0%	-194.548	30,0%	-8,0%	15.148
. Custo de Mercadorias Vendidas	-152.234	20,0%	-170.082	20,0%	-10,0%	17.848
. Custo com Depreciação	-22.670	0,0%	-20.779	0,0%	9,0%	-1.891
. Despesas de Importação e Frete	-3.920	0,0%	-3.706	0,0%	6,0%	-215
. Custos com Pessoal	-377	0,0%	-364	0,0%	4,0%	-13
. Provisão de Obsolescência de Estoques	335	0,0%	1.166	0,0%	-71,0%	-831
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-289	0,0%	-314	0,0%	-8,0%	25
. Outros Custos	-245	0,0%	-470	0,0%	-48,0%	225
Solar	-304.531	40,0%	-250.383	30,0%	22,0%	-54.148
. Custo de Mercadorias Vendidas	-286.495	30,0%	-238.392	30,0%	20,0%	-48.103
. Custo com Depreciação	-423	0,0%	-171	0,0%	148,0%	-252
. Despesas de Importação e Frete	-12.692	0,0%	-9.952	0,0%	28,0%	-2.740
. Custos com Pessoal	-1.489	0,0%	-1.247	0,0%	19,0%	-241
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-1.129	0,0%	391	0,0%	-389,0%	-1.520
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-1.248	0,0%	-407	0,0%	206,0%	-840
. Outros Custos	-1.055	0,0%	-603	0,0%	75,0%	-452
Consolidado	-823.246	100,0%	-771.722	100,0%	7,0%	-51.524
. Custo de Mercadorias Vendidas	-340.517	40,0%	-374.973	50,0%	-9,0%	34.455
. Custo com Depreciação	-161.898	20,0%	-128.051	20,0%	26,0%	-33.846

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

. Despesas de Importação e Frete	-11.698	0,0%	-14.101	0,0%	-17,0%	2.404
. Custos com Pessoal	-1.558	0,0%	-1.877	0,0%	-17,0%	319
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-715	0,0%	486	0,0%	-247,0%	-1.201
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-1.246	0,0%	-1.195	0,0%	4,0%	-50
. Outros Custos	-1.084	0,0%	-1.627	0,0%	-33,0%	543
Total	-823.246	100,0%	-771.722	100,0%	7,0%	-51.524

Segmento de Telecom

O custo das vendas e serviços no segmento de Telecom aumentou R\$12.524 mil, ou 4,0%, passando de R\$326.791 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$339.315 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é atribuído principalmente custos com depreciação, em decorrência do alongamento de prazos da locação TaaS.

Segmento Enterprise

O custo das vendas e serviços de segmento Enterprise reduziu R\$15.148 mil, ou 8,0%, passando de R\$194.548 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$179.400 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Segmento Solar

O custo das vendas e serviços de segmento Solar aumentou R\$54.148 mil, ou 22,0%, passando de R\$250.383 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$304.531 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é atribuído principalmente a um aumento no volume de vendas.

Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$247.658 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$47.203 mil ou 16,0%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$294.860 mil. Essa variação pode ser explicada pelos fatores mencionados acima.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro Bruto por segmento	Período de nove meses findo em:				2022 X 2021	
	2022		2021			
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Telecom	127.908	50,0%	176.710	60,0%	-27,6%	-48.802
Enterprise	76.392	30,0%	72.268	20,0%	5,71%	4.125
Solar	43.357	20,0%	45.883	20,0%	-5,50%	-2.525
Total - Lucro Bruto	247.658	100,0%	294.860	100,0%	-16,0%	-47.203

O Lucro Bruto do segmento de Telecom totalizou R\$127.908 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$48.802 mil ou 27,62%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$176.710 mil. Essa variação decorreu principalmente dos custos com depreciação, em decorrência do alongamento de prazos da locação TaaS.

O Lucro Bruto do segmento Enterprise totalizou R\$76.392 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$4.124 mil ou 5,71%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$72.268 mil. Esse aumento ocorreu em função principalmente da redução dos custos no período.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$52.933 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$5.875 mil ou 10,0%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$58.808 mil.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$81.271 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$8.931 mil ou 12,3% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$72.340 mil. Esse aumento pode ser explicado principalmente pelo aumento das despesas com frete e armazenagem.

Despesas gerais e administrativas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$17.457 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$10.360 mil ou 37,2%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$27.817 mil.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram uma despesa de R\$7.205 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento nas despesas de R\$5.809 mil ou 416,1%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram uma despesa de R\$1.396 mil.

Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$88.792 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$45.707 mil ou 34,0%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$134.499 mil.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou uma despesa financeira de R\$80.896 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$40.713 mil ou 101,3%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou despesa de R\$40.193 mil. Tal variação ocorreu devido a:

- A Variação Cambial Líquida e Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos reflete a exposição cambial da Companhia sobre seus ativos e passivos em moeda estrangeira, líquido das proteções contratadas via instrumentos financeiros derivativos;

- A Receita Financeira de 2022 foi de R\$71,7 milhões, um aumento de 187,1% ou R\$46,7 milhões. As variações foram decorrentes principalmente: i) dos rendimentos de investimentos em função da aplicação dos recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures, as quais são remunerados por CDI; e ii) dos juros ativos advindos do reconhecimento de ajuste a valor presente da receita operacional de vendas a prazo, como receita financeira;

- A Despesa Financeira de 2022 foi de R\$123,8 milhões, um aumento de 69,4% ou R\$50,8 milhões em relação a 2021. As variações ocorreram em função principalmente: i) dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, decorrentes de maior captação ocorrida no período, e maior custo de remuneração das dívidas novas e vigentes; e ii) de ajustes a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

valor presente do contas a receber e fornecedores, impactado principalmente pelos aumentos da taxa SELIC observados no decorrer do ano de 2022.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$7.895 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 91,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$94.410 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizou uma receita de R\$15.273 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$37.125 mil ou -169,9%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou uma despesa de R\$21.852 mil.

Lucro líquido do período

Devido aos fatores acima, o lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$23.169 mil, representando uma redução de R\$66.462 mil ou -86,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$76.715 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021		12.2022 x 12.2021
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	152.470	9,3%	38.465	2,6%	296,4%
Investimentos de curto prazo	152.170	9,3%	298.522	20,0%	-49,0%
Contas a receber, líquidas	195.944	12,0%	163.719	11,0%	19,7%
Impostos a recuperar	64.470	3,9%	49.010	3,3%	31,5%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,0%	6.480	0,4%	-100,0%
Estoques	310.034	18,9%	259.361	17,4%	19,5%
Adiantamentos a fornecedores	53.104	3,2%	73.721	4,9%	-28,0%
Despesas Antecipadas	927	0,1%	1.113	0,1%	-16,7%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Total do ativo circulante	929.119	56,7%	890.391	59,7%	4,3%
Contas a receber, líquidas	155.312	9,5%	95.691	6,4%	62,3%
Depósitos judiciais	109	0,0%	109	0,0%	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	581	0,0%	9.091	0,6%	-93,6%
Impostos diferidos	26.635	1,6%	17.496	1,2%	52,2%
Ativo de direito de uso	1.832	0,1%	3.001	0,2%	-39,0%
Imobilizado, líquido	444.839	27,1%	419.205	28,1%	6,1%
Intangível, líquido	80.196	4,9%	56.852	3,8%	41,1%
Total do ativo não circulante	709.504	43,3%	601.445	40,3%	18,0%
Total do ativo	1.638.623	100,0%	1.491.836	100,0%	9,8%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em R\$ milhares, exceto %)

	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021		12.2022x12.2021
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Fornecedores	142.112	8,7%	199.444	13,4%	-28,7%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	4.825	0,3%	8.318	0,6%	-42,0%
Impostos a recolher	6.435	0,4%	2.050	0,1%	213,9%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	218.820	13,4%	326.680	21,9%	-33,0%
Dividendos a pagar	862	0,1%	11.252	0,8%	-92,3%
Instrumentos financeiros derivativos	7.674	0,5%	7.175	0,5%	7,0%
Arrendamentos mercantis	969	0,1%	2.228	0,1%	-56,5%
Partes relacionadas	125	0,0%	232	0,0%	-46,1%
Outras obrigações	40.149	2,5%	33.488	2,2%	19,9%
Receita diferida	0	0,0%	437	0,0%	-100,0%
Total do passivo circulante	421.971	25,8%	591.304	39,6%	-28,6%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	567.067	34,6%	269.856	18,1%	110,1%
Instrumentos financeiros derivativos	507	0,0%	0	0,0%	100,0%
Provisões para demandas judiciais	378	0,0%	362	0,0%	4,4%
Receita diferida	0	0,0%	0	0,0%	100,0%
Arrendamentos mercantis	906	0,1%	844	0,1%	7,3%
Total do passivo não circulante	568.858	34,72%	271.062	18,17%	109,9%
Capital Social	301.397	18,4%	297.591	19,9%	1,3%
Ações em tesouraria	-7.044	-0,4%	0	0,0%	100,0%
Reservas de Capital	236.632	14,4%	236.632	15,9%	0,0%
Reservas de lucro	116.734	7,1%	94.427	6,3%	23,6%
Outros resultados abrangentes	75	0,0%	820	0,1%	-90,9%
Total do patrimônio líquido	647.794	39,5%	629.470	42,2%	2,9%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.638.623	100,0%	1.491.836	100,0%	9,8%

Total do ativo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.638.623 mil, representando um incremento de 9,8%, ou R\$146.787 mil em relação a 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$1.491.836 mil.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia aumentou 4,3% ou R\$38.728 mil, passando de R\$890.391 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$929.119 mil em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$152.470 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$114.005 mil ou 296,4%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$38.465 mil. O aumento ocorreu principalmente em função de captação das debêntures em junho/22.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$195.944 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$32.225 mil ou 19,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$163.719 mil.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$64.470 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$15.460 mil ou 31,5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$49.010 mil.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$310.034 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$50.673 mil ou 19,5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando correspondia a R\$259.361 mil. Esse aumento foi ocasionado principalmente pela redução das vendas do Solar, o que expandiu o estoque.

Adiantamentos a fornecedores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$53.104 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$20.617 mil ou 28,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$73.721 mil.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante da Companhia aumentou 18,0%, passando de R\$601.445 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$709.504 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$108.059 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$155.312 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$59.621 mil ou 62,3%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$95.691 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento de vendas da Companhia, e atendimento a grandes clientes que tomaram decisão de compra em prazos mais alongados.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R\$26.635 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$9.139 mil ou 52,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$17.496 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisão de deságio na venda de créditos acumulados de ICMS, provisões de obsolescência de estoques, ajuste à valor presente contas a receber e Derivativos Swap, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$444.839 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$25.634 mil ou 6,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$419.205 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela adição de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$80.196 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$23.344 mil ou 41,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$56.852 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento do negócio de cibersegurança, o qual demandou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

imobilizações de softwares/intangíveis para cessão de uso em contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.491.836 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.638.623 mil em 31 de dezembro de 2022, significando um crescimento de 9,8% ou R\$146.787 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante da Companhia reduziu 28,6% ou R\$169.333 mil, passando de R\$ 591.304 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$421.971 mil em 31 de dezembro de 2022. Essa redução ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$142.112 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$57.332 mil ou 28,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$199.444 mil.

Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais da Companhia totalizou R\$4.825 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$3.493 mil ou 42,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$8.318 mil.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$6.435 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$4.385 mil ou 213,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$2.050 mil.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$218.820 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$107.860 mil ou 33,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$326.680 mil.

Receita diferida

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R\$0 em 31 de dezembro de 2022 representando uma redução de 100%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$437 mil. Essa redução ocorreu pois não houve novos ingressos nessa rubrica que trata apenas do saldo residual da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante da Companhia cresceu 109,9% ou R\$297.796 mil, passando de R\$271.062 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$568.858 mil em 31 de dezembro de 2022. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$568.858 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$297.211 mil ou 110,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$269.856 mil. O aumento ocorreu em função da 2ª emissão de debentures, ocorrida em junho/22.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 2,9%, passando de R\$629.470 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$647.794 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$146.787 mil.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

- a. resultados das operações do emissor
- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita do demonstrativo de resultado da Companhia reflete a segmentação da sua atuação nos mercados de (i) Telecom (ii) Enterprise e (iii) Solar. Esta segmentação decorre do entendimento da Companhia de que as dinâmicas de atendimento, tipos de produtos e, modelos de negócios são distintas nestes mercados e, conseqüentemente requerem equipes independentes e especializadas, que possam entender as necessidades específicas de cada cliente. Dentro de cada segmento, observa-se a existência do conceito de Unidades de Negócios (ou BUs) que focam em mercados distintos e, conseqüentemente, em produtos para finalidades distintas, que possuem contratos de distribuição ou montagem local com mais de 60 fabricantes. Vale comentar que a partir de 2025, o resultado será expresso apenas em sua forma consolidada com aberturas voltadas as verticais de mercado que atuamos.

Dentro de cada segmento, as BUs e produtos estão divididos de acordo com a descrição abaixo:

(i) TELECOM

Redes de Fibra Ótica (FTTx): Linha completa de centrais de distribuição de sinal de internet de banda larga, modems de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede para construção de redes banda-larga fixa.

Redes de alta-capacidade DWDM: Sistema de transmissão de dados com alta-capacidade entre cidades, interligando regiões e criando backhaul para operadoras.

Produtos de Infraestrutura de Data Centers: Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.

O segmento de Telecom no exercício social findo em 31 de dezembro 2024 representou 50% das Vendas Totais da Companhia, em linha com o ano de 2023.

A Receita Bruta em 31 de dezembro de 2024 também se manteve flat em relação a 2023.

Resultado Segmentado	Telecom				
	Nos exercícios sociais findos em				
(R\$ milhões, exceto%)	31/12/2024	31/12/2023	AH%	31/12/2022	AH%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	280,6	287,6	-2,45%	302,8	-5,01%
Receita Bruta TaaS	206,4	290,1	-28,86%	422,6	-31,34%

2.2 Resultados operacional e financeiro

(VGV Locações)					
Vendas Totais	487,0	577,8	- 15,71%	725,4	- 20,35%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	280,6	287,6	-2,45%	302,8	-5,01%
Receita Bruta TaaS	271,4	268,0	1,29%	239,4	11,94%
Receita Bruta	552,0	555,6	-0,65%	542,1	2,49%

(ii) ENTERPRISE

- Sistemas de Segurança Eletrônica: Câmeras de vigilância, controle de acesso biométricos, alarmes e sistemas de detecção de incêndio, entre outros.
- Sistemas de Cyber Segurança: Firewalls, sistemas de proteção contra ataques de hackers, controle parental de acesso à internet, entre outros.
- Produtos de Infraestrutura de Data Centers: Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.
- Automação de Escritórios e Residências: Automação de iluminação, fechaduras eletrônicas, ar condicionado, e salas de reunião.
- Produtos de Áudio e Vídeo Profissional: Sonorização de salas, auditórios, igrejas, projetores profissionais, equipamento de videoconferência e trabalho remoto.
- Painéis de LED: Sistemas de última geração para uso em mídia Out-Of-Home (OOH), sinalização e decoração.

O segmento Enterprise no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 representou 42% das Vendas Totais da Companhia, melhora de 10 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, esse segmento apresentou variação positiva de 10,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (recorde de vendas neste segmento) quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, também no conceito de Vendas Totais.

Resultado Segmentado	Enterprise				
	Nos exercícios sociais findos em				
(R\$ milhões, exceto%)	31/12/2023	31/12/2022	AH%	31/12/2021	AH%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	268,4	261,7	2,55%	267,1	-2,00%
Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	139,2	108,2	28,72%	73,2	47,77%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Vendas Totais	407,7	369,9	10,20%	340,2	8,73%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	268,4	261,7	2,55%	267,1	-2,00%
Receita Bruta TaaS	80,1	61,3	30,63%	52	17,94%
Receita Bruta	348,5	323,1	7,88%	319,1	1,24%

iii) SOLAR

- Geradores de Energia Solar Fotovoltaico: Portfólio completo de equipamentos de geração de energia distribuída para usinas e fazendas de geração de qualquer porte e também sistemas de geração domésticos
- Componentes: Baterias de lítio, racks e toda a linha de produtos que é usada na infraestrutura de data centers. O aspecto mais relevante dessas novas tecnologias é a possibilidade do uso de energias renováveis, fotovoltaica, com armazenamento de energia (ESS – Energy Storage System)

O segmento Solar no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 representou 7% das Vendas Totais da Companhia, redução de 11 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, esse segmento apresentou variação negativa de 65,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Conforme já informado anteriormente, a redução em vendas desse segmento, foi parte da estratégia da Companhia em focar em segmentos mais lucrativos.

Resultado Segmentado	Solar				
	Nos exercícios sociais findos em				
(R\$ milhões, exceto%)	31/12/2024	31/12/2023	AH%	31/12/2022	AH%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	70,0	188,3	-62,80%	395,4	-52,39%
Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	0,7	16,0	-95,70%	19,8	-18,99%
Vendas Totais	70,7	204,3	-65,39%	415,2	-50,80%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	70,0	188,3	-62,80%	395,4	-52,39%
Receita Bruta TaaS	7,0	6,0	17,99%	2	197,75%
Receita Bruta	77,1	194,2	-60,33%	397,5	-51,14%

2.2 Resultados operacional e financeiro

ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e poderão continuar sendo influenciados por uma ampla gama de fatores. Em especial, o mercado de atuação da Companhia é afetado pelos seguintes fatores:

(i) Estratégia de compras: Um dos fatores críticos para os resultados operacionais da Companhia é a nossa cadeia de compras junto a nossos fabricantes parceiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024 tivemos, respectivamente, 63%, 51% e 55% de nossas compras de produtos para comercialização realizadas através de importação e 37%, 49% e 45% realizadas através de compras nacionais. Sendo assim, estamos expostos a possíveis variações nos custos de importação e respectivos tramites aduaneiros, bem como a riscos diplomáticos de países nos quais esses fornecedores estão inseridos.

(ii) Obsolescência de estoque: Os custos decorrentes da variação de provisão de estoques obsoletos podem impactar materialmente os resultados. Cabe ressaltar que a Companhia oferta o que tem de mais inovador no mercado em se tratando de tecnologia e, a renovação tecnológica pode fazer com que tenhamos produtos que não deixem de ter uma demanda crescente de mercado.

(iii) Crescimento PIB (Produto Interno Bruto): As linhas de produtos nos quais a Companhia está inserida estão suscetíveis ao poder de consumo e desenvolvimento da atividade do país. Os indicadores de PIB tiveram performance +2,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 2,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e +3,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O aumento da atividade econômica estimula os investimentos e contribuem para aquecer o consumo, os quais estimulam positivamente os negócios em que a Companhia atua.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente as despesas da Companhia (como salários, contratos e materiais de consumo) e, também, custos de produção.

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na Receita Bruta dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 deveram-se aos seguintes fatores:

(i) Variação cambial: A Companhia faz o repasse das variações cambiais dos produtos atrelados ao dólar vendidos aos seus clientes. O repasse é realizado através de atualizações periódicas dos custos de reposição de produtos e recálculo dólar Ptax, considerando a cotação do dia anterior a venda. Dessa forma podemos afirmar que 100% dos custos decorrentes da variação do câmbio são repassados, o que nos protege das flutuações cambiais e nos mantém com margens saudáveis. A Companhia tem exposição à flutuação do câmbio nos seus contratos de moeda estrangeira. Adicionalmente a Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira e possui respectivos instrumentos de derivativos que anulam o risco de

2.2 Resultados operacional e financeiro

variação cambial, vide item 2.1 desse formulário de referência.

(ii) Inflação: Historicamente, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A inflação impacta na aplicação do dissídio dos colaboradores de nossa linha de produção e logística. Sendo esses custos revistos para possíveis ajustes nos preços de venda dos produtos. Os contratos de locação (Despesa) da Companhia são reajustados pelo IGPM. Estamos expostos a possíveis variações de CDI e IPCA, decorrentes dos contratos de empréstimos que temos em vigor. Os contratos de locação no modelo TaaS (Receita) são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

(iii) Revisão tecnológica dos produtos: Com o crescente aperfeiçoamento e investimento em tecnologia, bem como em pesquisas de novo produtos, a evolução tecnológica pressiona para baixo dos preços dos produtos. A Companhia busca sempre diagnosticar as tendências de mercado a fim de se antecipar aos futuros movimentos de mercado.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais impactos no resultado operacional e no resultado financeiro são:

(i) Prazo de pagamento de fornecedores estrangeiros de 130 dias, acarretando em uma exposição de variação cambial.

(ii) A variação cambial gera grande sensibilidade em nossas linhas de estoque de fornecedores estrangeiros. As flutuações cambiais impactam tanto nos custos de importação quanto o resultado financeiro da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2024

- Alterações anuais relativas ao ciclos de melhorias;
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;
- Alterações à IFRS 1 – Adoção inicial as normas de contabilidade – Subsidiária como adotante pela primeira vez;
- Alterações à IFRS 9 – Instrumentos financeiros - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros; e
- Alterações à IFRS 41 – Ativo Biológico - Tributação em mensuração a valor justo;

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não teve impacto significativo para Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial.

ii) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 8 de janeiro de 2019, a Companhia, adquiriu 100% do capital social da Munddo Comércio e Importação Ltda. ("Munddo"), especializada na distribuição de sistemas inteligentes para automação residencial e predial. A principal motivação para aquisição foi o know-how e relação comercial com fabricantes de tais segmentos.

Em conjunto com os produtos já oferecidos pela Companhia, essa aquisição possibilita a oferta de soluções mais completas aos clientes.

Em 12 de setembro de 2019, como parte da reestruturação societária, a Munddo foi incorporada pela Companhia.

No dia 15 de fevereiro de 2021 os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, o plano de opção de compra de ações da Companhia.

Em 26 de fevereiro de 2025, a Companhia, adquiriu 51% do capital social da Infinite Consulting, especializada em serviços de gerenciamento de redes. A principal motivação para aquisição foi o know-how na prestação dos serviços mencionados, além do avanço da estratégia da Companhia no avanço de serviços.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Vendas Totais	965.354	1.151.972	1.480.902
Valor Novos Contratos TaaS (Média R\$ mil/contrato)	236	313	425
EBITDA	259.711	231.608	257.298
Margem EBITDA	31,00%	25,71%	24,03%
EBITDA Ajustado	271.406	231.608	257.449
Margem EBITDA Ajustada	32,39%	25,71%	24,04%
Lucro Líquido do exercício	28.656	-11.876	23.169
Margem Lucro Líquido	3,42%	-1,32%	2,16%
Lucro Líquido Ajustado	36.374	-11.876	10.254
Margem Lucro Líquido Ajustado	4,34%	-1,32%	0,96%
Dívida Bruta	589.664	590.350	795.362
Dívida Líquida	487.634	488.391	490.722
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	1,8	2,1	1,9
ROIC	4,04%	3,59%	10,31%

Vendas Totais

Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que considera soma do valor nominal dos contratos de locação "TaaS (VGV Locações)" e a Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços de acordo com o IFRS. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venda Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato (Valor Geral de

2.5 Medições não contábeis

Vendas de Locações – “VGV Locações”). A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – Internacional Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Valor Novos Contratos TaaS

O Valor Novos Contratos TaaS é uma medida não contábil que é obtida através da divisão do valor total de Vendas Totais (ou VGV Locações) pela quantidade de novos contratos celebrados no período.

O Valor Novos Contratos TaaS não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelo IFRS emitido pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Valor Médio de Novos Contratos TaaS de maneira diferente da Companhia.

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA, Margem EBITDA LTM e, Margem EBITDA Ajustada e Margem EBITDA LTM Ajustada

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527/12”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização. O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA LTM (“Last Twelve Months”), correspondendo ao EBITDA calculado considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas, bem como a Margem EBITDA LTM, correspondente ao EBITDA LTM dividido pela receita líquida reconhecida no período de doze meses anterior às datas indicadas.

A Companhia utiliza o EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação

2.5 Medições não contábeis

com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM e EBITDA LTM Ajustado, bem como a Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, Margem EBITDA LTM e a Margem EBITDA LTM Ajustada não são medidas de desempenho financeiro elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil BR GAAP, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting.

Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e tampouco devem ser considerados como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicadores do desempenho operacional, alternativas aos fluxos de caixa ou como indicadores de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, EBITDA LTM Ajustado, bem como a Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, Margem EBITDA LTM e a Margem EBITDA LTM Ajustada também não devem ser analisados individualmente. Tais medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA ajustado por (i) despesas relacionadas à tentativa de realização de sua oferta pública inicial de ações no primeiro trimestre de 2021; (ii) despesas não recorrentes pré-operacionais com a abertura da Casa Conectada nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, sendo o início da operação na Colômbia, (iii) despesas não recorrentes com a aquisição empresa Munddo Comércio e Importação Ltda. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e (iv) provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações, registradas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018. Para mais detalhes sobre os ajustes contemplados no EBITDA Ajustado, vide tabela de reconciliação constante do item (b) abaixo. Por sua vez, a Margem EBITDA consiste no EBITDA, dividido pela receita líquida. E a Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado, dividido pela receita líquida. Adicionalmente, apresentamos também, com relação aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, o EBITDA Ajustado LTM (“Last Twelve Months”), correspondendo ao EBITDA Ajustado calculado considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas, bem como a Margem EBITDA Ajustada LTM (“Last Twelve Months”), correspondente Margem EBITDA Ajustada, calculada considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas.

Lucro Líquido Ajustado e Margem de Lucro Líquido Ajustado

2.5 Medições não contábeis

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes e a reversão do IR e CSLL. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócios que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera os seguintes ajustes: (i) despesas relacionadas à tentativa de realização de sua oferta pública inicial de ações no primeiro trimestre de 2021; (ii) despesas não recorrentes com a aquisição empresa Munddo Comércio e Importação Ltda. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações, registradas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, (iv) despesas não recorrentes pré-operacionais com a abertura da Casa Conectada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e no início da operação na Colômbia e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (v) reversão do IR e CSLL, relativo ao plano de opção de compra de ações da Companhia, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

A Margem de Lucro Líquido Ajustado é calculada pela divisão de Lucro Líquido Ajustado pela receita líquida.

O Lucro Líquido Ajustado e a Margem de Lucro Líquido Ajustado não são medidas de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado e a Margem de Lucro Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia.

Dívida Bruta, Dívida Líquida, e Dívida Líquida / EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida / EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como substitutos para o fluxo de caixa, bem como não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a soma de empréstimos e financiamentos bancários (circulante e não-circulante), bem como de instrumentos financeiros derivativos líquidos (ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante e passivo não circulante), mútuo com partes relacionadas (passivo circulante), e duplicatas descontadas (passivo circulante).

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Bruta, menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante), e investimento de curto prazo (ativo circulante).

A Dívida Líquida / EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós e

2.5 Medições não contábeis

representa a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado.

ROIC

O Retorno sobre o Capital Investido, também conhecido como ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) é uma medida não contábil que é obtida pela divisão do Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social depois de imposto de renda e contribuição social (NOPAT) pelo Capital Investido. O capital investido por sua vez, é a somatória do capital investido nas atividades operacionais da Companhia composto pelo Patrimônio Líquido e Dívida Bruta, Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo. Entendemos que a média do capital investido entre o período corrente e anterior reflete melhor o desempenho da Companhia em função do crescimento acelerado.

O ROIC não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira diferente da Companhia.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Vendas Totais

2.5 Medições não contábeis

Vendas Totais (Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
(+) Receita Bruta Vendas	619.020	737.620	965.271
(+) TaaS (VGV Locações)	346.334	414.352	515.631
Vendas Totais	965.354	1.151.972	1.480.902

Valor Médio de Novos Contratos TaaS

Novos Contratos TaaS (Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
TaaS (VGV Locações)	346.334	414.352	482.100
Quantidade de novos contratos celebrados (#)	1094	995	1214
Valor Novos Contratos TaaS (Média R\$ mil/contrato)	236	313	425

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, EBTIDA LTM e Margem EBTIDA Ajustada LTM

Reconciliação EBITDA (Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Receita Líquida	837.880	900.718	1.070.904
Lucro Líquido do período	28.656	(11.876)	23.169
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(13.312)	4.236	15.273
(+) Resultado financeiro, líquido	(17.380)	(52.496)	(80.896)
(+) Depreciação e amortização	200.364	195.223	168.507
EBITDA	259.711	231.608	257.298
Margem EBITDA (%)	31,00%	25,71%	24,03%
(+) Custos de Exercícios anteriores ¹	10.519	-	-

2.5 Medições não contábeis

(+) Despesas M&A ²	1.119	-	151
(+)	-	-	-
Remuneração Variável Baseado em Ações ³	-	-	-
(-) Reversão IR e CSLL	(3.976)	-	-
(+) Despesas Pré-Operacionais	56	-	-
EBITDA Ajustado	271.406	231.608	257.449
Margem EBITDA Ajustada (%)		25,71%	24,04%

(1) Custos de Exercícios anteriores: Custos não contabilizados em 2022 e 2023, reconhecidos em 2024.

(2) Despesas M&A: despesas não recorrentes em diligências.

(3) Despesas Remuneração Variável Baseado em Ações: provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado

Reconciliação Dívida Bruta e Dívida Líquida	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R\$ milhares, exceto %)	2024	2023	2022
(+) Empréstimos e Financiamentos	580.037	573.546	785.887
Circulante	185.219	63.633	218.820
Não Circulante	394.818	509.913	567.067
(+) Partes Relacionadas circulante (Mútuo)	-	-	-
(+) Duplicatas Descontadas circulante	-	-	-
(+) Arrendamento Mercantil	10.376	11.530	1.875
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	749	5.274	7.600
Dívida Bruta	589.664	590.350	793.487
(-) Caixa e equivalentes de caixa	102.030	(101.959)	(152.470)
Dívida Líquida	487.634	488.847	251.153

Reconciliação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Exercício social findo em 31 de dezembro de
--	---

2.5 Medições não contábeis

(em R\$ milhares, exceto %)	2024	2023	2022
Dívida Líquida	487.634	488.391	490.722
EBITDA Ajustado LTM	271.406	231.608	257.449
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	1,80	2,11	1,91

ROIC

Reconciliação ROIC (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social (1)	59.348	36.385	88.792
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (2)	13.312	4.236	15.273
Lucro Operacional Depois de Impostos (A) (3)	46.036	40.621	104.065
(+) Patrimônio Líquido (B)	665.846	635.111	647.794
(+) Dívida Bruta (C)	589.664	590.350	793.487
(-) Caixa e equivalentes de caixa (D)	(102.030)	(101.959)	(152.470)
Capital Investido (F = B + C + D)	1.153.480	927.710	1.008.632
Média Capital Investido (2 anos)	1.138.491	1.131.009	1.009.570
ROIC	4,0%	3,59%	10,32%

(1) Saldos divulgados considerando o período de doze meses.

(2) Saldos divulgados considerando o período de doze meses.

(3) NOPAT: Net Operating *Profit After Taxes* ou Lucro Operacional Líquido Após os Impostos.

2.5 Medições não contábeis

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Vendas Totais

As Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa a somadas vendas faturadas. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venda Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato. A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Valor Médio de Novos Contratos TaaS

O Valor Médio de Novos Contratos TaaS é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa o Valor Total dos novos contratos vendidos na modalidade TaaS no período divididos pela quantidade total de contratos vendidos no mesmo período.

A Companhia apresenta o Valor Médio de Novos Contratos TaaS como indicador de eficiência de vendas (venda de serviços agregados).

EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois apresenta o resultado das atividades ligadas ao seu desempenho operacional, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

2.5 Medições não contábeis

Margem EBITDA Ajustada

A Companhia apresenta a Margem EBITDA Ajustada como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Além disso, a Margem EBITDA Ajustada demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses)

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses) como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional do período dos últimos 12 meses, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

Margem EBITDA Ajustada LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses)

A Companhia apresenta a Margem EBITDA Ajustada LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses) como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional do período dos últimos 12 meses, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Além disso, a Margem EBITDA Ajustada LTM demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera o ajuste com as despesas de remuneração variável baseado em ações não recorrentes e a reversão do IR e CSLL, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

Margem Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta a Margem Lucro Líquido Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro para os acionistas, pois é uma medida não contábil de resultado que

2.5 Medições não contábeis

expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Entendemos que a Dívida Bruta e a Dívida Líquida, indicadores não contábeis utilizados pela nossa administração, são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

ROIC

A Companhia apresenta o ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) como medida de retorno sobre o capital investido da Companhia, ou seja, considera o capital empregado para as atividades da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em fevereiro de 2025, a Companhia cancelou 1.201.600 de ações que estavam em Tesouraria e também em fevereiro de 2025, a Companhia concluiu a transação de aquisição a Infinite Consulting.

Ambos eventos reportados através de Fatos Relevantes.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a) regras sobre retenção de lucros

Em 2023, não houve constituição de reserva de lucros, devido a Companhia ter reportado prejuízo de R\$ 11.875.528,86. Em 2024, o lucro do exercício foi R\$ 28.656.096,13, dos quais R\$15.163.923,66 foram destinados à investimentos em subvenções e R\$ R\$ 1.432.804,81 destinado a constituição da reserva legal.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Como consta da Lei das Sociedade por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade é uma vez ao ano.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2024, 2023 e 2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2024, 2023 e 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Parte importante da estratégia da Companhia é o modelo de vendas TaaS no qual o cliente aluga o bem ao invés de comprar e realizar investimentos em ativo imobilizado. Esse modelo requer que a Companhia faça investimentos constantes em ativos imobilizado, o que justifica o incremento em nosso imobilizado líquido (i.e. valor de aquisição do bem, menos as baixas por vendas ou descarte e depreciação), o qual era de R\$444.839 mil em 31 de dezembro de 2022, de R\$412.858 mil em 31 de dezembro de 2023 e de R\$388.070 mil em 31 de dezembro de 2024.

Acreditamos que esse modelo gera benefícios para nossos clientes e para a Companhia. Como consequência da continuidade dessa estratégia, devemos continuar com um expressivo imobilizado líquido na Companhia.

Os investimentos futuros serão consequência do crescimento e penetração do modelo TaaS em todas as nossas linhas de negócio.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende manter suas fontes atuais de financiamento, quais sejam: (i) recursos próprios e (ii) recursos de terceiros (empréstimos) contraídos com a finalidade específica de expansão para compra de ativo imobilizado (Capex) e expansão do modeloTaaS.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia adquiriu ativos da Axyon em 2018 e a totalidade do capital social da Munddo em 2019. Essas aquisições foram importantes do ponto de vista de ampliação do portfólio de produtos e serviços. Conseguimos integrar essas operações a nossa estrutura sem qualquer

2.10 Planos de negócios

evento material e de forma rápida. Em 2020 observamos expressiva evolução nas vendas dos produtos dessas duas empresas que representaram mais do 4 vezes a soma das receitas das duas empresas em 2018. Em 2025, a Companhia concluiu a operação junto a Infinite Consulting, resultando na aquisição de 51% do capital social da Infinite. Aquisição estratégica da WDC para ampliar sua estratégia no fornecimento de serviços.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No processo de aquisição à Infinite Consulting, a Companhia desembolsou a quantia de R\$ 1.150 mil.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não aplicável.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários da Companhia envolve exposição a determinados riscos, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. As atividades, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez, a participação de mercado, as margens, as perspectivas, os setores de atuação, os valores de mercado de nossos valores mobiliários e/ou nossos negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir bem como em decorrência das informações contidas neste Formulário de Referência, nas nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que conhecemos e que acreditamos que podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente por nós ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão nos afetar adversamente de forma relevante.

Para fins desta Seção 4, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o indicar, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá ou para nós, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Os termos "nós", "nosso", ou "Companhia", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. e nossas controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

(a) riscos relacionados à Companhia

O endividamento da Companhia pode afetar sua capacidade de crescimento.

O crescimento da Companhia depende de investimentos relevantes financiados, em parte, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo da Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2022 somaram R\$785.887, em 31 de dezembro de 2023 somaram R\$ 590.350 mil e em 31 de dezembro de 2024 somaram R\$ 589.664 mil.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (covenants) previstas em determinados contratos financeiros de que é parte que limitam a capacidade de obter novos financiamentos ou refinar o endividamento existente. Além disso, os contratos contêm restrições a novas captações em certas condições, como por exemplo, no caso de as referidas captações impossibilitarem a manutenção pela Companhia de certos índices financeiros estabelecidos contratualmente.

Dessa forma, a Companhia poderá não ser capaz de contrair novas dívidas para financiar sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital sem a prévia autorização de seus atuais credores ou poderá ser obrigada a pagar antecipadamente determinados empréstimos e financiamentos atualmente contratados, o que poderá afetar sua capacidade de crescimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não seja capaz de atender os referidos covenants em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, pode vir a ocorrer o vencimento antecipado de seus contratos, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em outros contratos, o que pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e em sua situação financeira.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, ver Seção 2 deste Formulário de Referência.

A Companhia depende dos sistemas de transportes e infraestrutura, nacionais e internacionais, para importação e entrega dos produtos aos clientes. Eventos relacionados a estes fatores podem resultar em atrasos e riscos de entrega.

O sucesso da operação da Companhia está atrelado, dentre outros fatores, à sua capacidade de gerenciar a logística envolvida na comercialização dos produtos. Dessa forma, várias etapas da operação da Companhia (incluindo a compra de matéria prima, a importação de produtos, a venda de produtos) dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, o que inclui portos, aeroportos, rodovias e demais meios de transporte utilizados pela Companhia e por seus prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta muitos problemas que dificultam um funcionamento eficiente, incluindo o elevado custo da mão-de-obra especializada, a saturação e a falta de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura portuária e aeroportuária, a elevada carga tributária incidente sobre essas operações e o precário estado de conservação viária e da frota de transportes. Além disso, destacam-se como obstáculos as constantes interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde atuamos, resultantes, por exemplo, de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes (a exemplo da paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas ou outras causas inesperadas que podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de comercializar os nossos produtos e serviços, bem como ocasionar queda em nossas vendas e perda de clientes existentes, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

A Companhia possui dependência relevante de uma ampla estrutura logística internacional, utilizada para os processos de importação dos produtos e insumos que compõem as suas soluções, incluindo armadores, armazenagem portuária, entre outros.

Dessa forma, quaisquer eventos adversos, interrupções ou reduções significativas nos serviços prestados no funcionamento das infraestruturas de transporte internacional, como redução da frota de armadores e escassez de contêineres, podem igualmente atrasar ou impedir a entrega dos produtos e serviços comercializados pela Companhia, afetando adversa e negativamente os nossos negócios, resultados e condição financeira.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mau funcionamento de seus produtos, que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos.

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos cuja identificação não

4.1 Descrição dos fatores de risco

tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo, mas não se limitando a: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; e (viii) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los, ou mesmo a impossibilidade de corrigi-los tempestivamente, podem afetar adversamente a nossa reputação, os nossos resultados e a nossa condição financeira.

Podemos enfrentar dificuldades em atrair e reter funcionários qualificados.

O sucesso dos nossos negócios depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado que atue em equipes comerciais, técnicas e administrativas, entre outras. Ademais, uma eventual conjuntura econômica de crescimento poderá influenciar a capacidade de retenção de colaboradores, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos, elevando a taxa de rotatividade de pessoal (turn-over).

Adicionalmente, há forte e contínua concorrência no setor em a Companhia atua quanto à contratação de profissionais nas áreas operacional e técnica. Se não conseguirmos atrair novos talentos e/ou treinar e manter funcionários com as necessárias qualificações para dar apoio às operações, poderemos sofrer um efeito adverso relevante sobre os negócios, situação financeira, bem como valores das ações de nossa emissão.

Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

O tratamento de dados pessoais no Brasil era regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa, como por exemplo na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14). No entanto, em 14 de agosto de 2018, foi publicada a LGPD, a qual regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, de forma geral e estabelece os princípios a serem observados por todos os setores da economia nas operações de tratamento de dados pessoais, independentemente da forma como o dado pessoal é coletado, inclusive em meio digital, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia, podendo nos gerar custos adicionais, em virtude da necessidade de adequação de nossas operações de tratamento de dados pessoais às disposições da LGPD. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir de 1º de agosto de 2021, em virtude da promulgação da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos, transferências e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, e autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD cumprimento das disposições da LGPD.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não podemos garantir que a nossa infraestrutura de proteção de dados que será à prova de falhas ou que será suficiente para evitar incidentes de cibersegurança, como, por exemplo, acessos indevidos por hackers e consequente vazamentos de CPFs e CNPJs por empresas de proteção ao crédito, a exemplo do ocorrido em meados de janeiro de 2021, e que nossos processos atendam a todas as regras estabelecidas na legislação vigente.

Neste caso, independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD terá como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da ANPD ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, podemos estar sujeitos às sanções previstas na LGPD, de forma isolada ou cumulativa, quais sejam, de advertência, com condição de prazo para adoção de medidas corretivas, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% do faturamento (excluindo tributos) da sociedade infratora, do seu grupo ou conglomerado no Brasil conforme apurado no seu último exercício social, até o montante global de R\$50.000 mil por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado.

Além disso, poderemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por nós causados e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nossas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Dessa forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados por nós, bem como eventual inadequação de nossas práticas e modelo de negócios à LGPD, podem resultar em custos e afetar adversamente os nossos resultados.

A Companhia pode ser responsabilizada pelo vazamento de dados pessoais de seus clientes armazenados em sua base de dados, já que possui em sua base os dados das pessoas físicas que são pontos de contato nestes clientes corporativos.

As nossas vendas no mercado internacional estão sujeitas a uma ampla gama de riscos associados a operações transnacionais.

As vendas no mercado externo representaram 2,7% em 31 de dezembro de 2022, 3,0% em 31 de dezembro de 2023 e 7,2% em 31 de dezembro de 2024 da receita líquida da Companhia. No mercado externo, mantemos operações principalmente na Colômbia e nos EUA, onde estamos sujeitos a muitos dos mesmos riscos em relação ao Brasil, como, por exemplo, condições econômicas, políticas, sociais, e de fornecimento para determinadas regiões.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As nossas atividades, assim como nossa situação financeira e resultados operacionais, podem ser adversamente afetadas por mudanças políticas e regulamentações governamentais dos países que compõem o mercado em que atuamos fora do Brasil, envolvendo questões tais como:

- política monetária (cambial e taxas de juros);
- deterioração das condições econômicas globais;
- riscos políticos, como turbulência e instabilidade, controles cambiais e incerteza em relação às políticas do governo;
- diminuição da demanda;
- restrições a remessas internacionais, como a imposição de aumento de tarifas, antidumping ou outras barreiras comerciais não-tarifárias;
- greves ou outros eventos que afetem os portos e outras instalações de transporte; conformidade com diferentes regimes legais e regulamentares estrangeiros;
- acesso a infraestrutura adequada, que pode ser afetada por inundações ou eventos similares, escassez de água e energia; e
- mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Além disso, podemos vir a expandir as nossas vendas para outros mercados internacionais, aumentando nossa exposição aos riscos exemplificados acima.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio de parcerias estratégicas ou de emissão de valores mobiliários, por exemplo, o que poderá resultar em uma potencial diluição da participação do investidor em seu capital social.

Tendo em vista que a natureza das operações da Companhia requer volume intensivo de capital, a Companhia poderá analisar alternativas e considerar possibilidades de parcerias estratégicas, venda de ativos e captações adicionais por meio de operações de emissão pública ou privada de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de sua emissão.

Qualquer parceria estratégica ou captação de recursos por meio da distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações pode resultar em alteração no preço de mercado das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos que envolvem suas atividades e está exposta a riscos que podem não estar cobertos pelas suas apólices de seguro ou cujas coberturas podem ser inadequadas para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações e a Companhia não pode garantir que conseguirá manter a cobertura atual, o que pode afetá-la adversamente.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos de interrupção de suas atividades, dentre eles o risco de interrupção de atividades de armazenagem e operações portuárias. Além disso, a Companhia não mantém cobertura para interrupções de atividades causadas por disputas trabalhistas em nenhuma de suas operações. Caso ocorram paralisações promovidas por seus empregados, estas podem ter um efeito negativo substancial sobre a Companhia. Ademais, a Companhia não possui seguro de seus ativos contra guerra, atos de terrorismo ou eventos desta

4.1 Descrição dos fatores de risco

natureza. Portanto, danos e interrupções de atividades causados por esses motivos podem ter um efeito negativo substancial na condição financeira ou resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que existem apólices ou que a cobertura dos seguros por ela contratada estará disponível ou que será suficiente para cobrir danos decorrentes de sinistros. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, pode afetar adversamente as receitas, despesas, imagem e negócios da Companhia. Mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais. Além disso, no caso de eventos segurados, a cobertura de seguros da Companhia está condicionada ao pagamento de prêmios de seguro. O não pagamento desses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em risco, uma vez que os danos poderão não estar sujeitos à cobertura da seguradora, mesmo que segurados.

Nem todas as perdas ou responsabilidades que possam ser incorridas nas operações da Companhia são passíveis de transferência de risco por meio de seguro. Além disso, a Companhia estará sujeita ao risco de não conseguir manter ou obter seguro do tipo e no montante desejado por preços razoáveis, ou que conseguirá fazê-lo com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares, o que poderá gerar maiores custos à Companhia. Assim, se a Companhia incorrer em uma responsabilidade significativa para a qual não esteja inteiramente segurada, seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A nossa falha em pagar tais prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em atuais e futuros processos judiciais, administrativos ou arbitrais envolvendo a Companhia e/ou seus administradores podem nos afetar adversamente.

A Companhia e seus administradores são e podem ser, no futuro, partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais relevantes, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, regulatória, ambiental, criminal, dentre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados destes processos nos serão favoráveis ou serão favoráveis aos membros de nossa administração, ou, ainda, que constituiremos e/ou manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Além disso, nós e nossos administradores, conforme o caso, incorreremos em custos com honorários advocatícios para o patrocínio desses processos, além de podermos ser obrigados a oferecer garantias ou sofrermos contrições em tais processos, o que poderá reduzir nossa liquidez e afetar nossa condição financeira.

O nosso envolvimento ou de nossos administradores em processos que causem dano à nossa imagem, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados, podem nos causar um efeito adverso relevante, inclusive à nossa reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de cumprir as cláusulas restritivas (covenants) impostas em nossos contratos de financiamento, o que poderá configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros e, conseqüentemente, afetar adversamente a Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants) de acordo com os termos e as condições dos contratos de financiamento e dos documentos que formalizam seus títulos de dívida, que incluem disposições de vencimento antecipado caso sejam verificadas determinadas situações, como decretação de falência, pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, alteração de sua composição acionária, entre outras.

Caso a Companhia não cumpra com as cláusulas previstas em tais contratos financeiros, e caso não seja capaz de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado (waiver) a Companhia poderá ser obrigada a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, o que pode afetar adversamente seu resultado. Ainda, alguns dos instrumentos de dívida possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross default e cross acceleration), de modo que estes instrumentos poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia. Em decorrência de custos altos ou falta de crédito juntos a instituições financeiras, a Companhia pode não ser capaz de obter novos financiamentos junto a instituições financeiras ou pode enfrentar restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos covenants financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações.

O vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão limitar o acesso da Companhia a novas linhas de financiamento, consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e a condição financeira da Companhia.

Caso parte relevante ou todos os nossos contratos financeiros sejam vencidos antecipadamente, nossa situação financeira e, conseqüentemente, nossa capacidade de pagamento de dívidas será afetada de forma material e adversa, podendo resultar em nossa insolvência. Adicionalmente, podemos enfrentar dificuldades ou limitações no acesso a novas linhas de financiamento, o que pode prejudicar a execução de nosso plano de investimentos, afetando de forma material e adversa nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o acionista ou o grupo de acionistas que atingir participação igual ou superior a 25% do capital social estará obrigado a efetivar uma OPA por Atingimento de Participação Relevante, o que poderá impedir ou dificultar operações de interesse dos demais acionistas que poderiam gerar um benefício para Companhia.

Nos termos do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia, e observadas as demais disposições previstas no Estatuto Social, o acionista ou grupo de acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, a titularidade de ações de emissão da Companhia (ou quaisquer direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia), em quantidade igual ou superior a 25% do capital social da Companhia, seja por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações, de titularidade dos nossos demais acionistas (OPA por Atingimento de Participação Relevante). O preço de aquisição por ação da OPA por Atingimento de Participação Relevante não poderá ser inferior ao maior preço pago pelo novo acionista relevante nos 12

4.1 Descrição dos fatores de risco

meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC. Tal disposição poderá vir a impedir ou dificultar operações de interesse dos acionistas da Companhia e, inclusive em benefício da Companhia.

Falhas em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos padrões de ética e conduta da Companhia em nossos sistema, políticas e processos de gestão e controle de riscos e compliance por nossos administradores, empregados e fornecedores, incluindo violações de leis e regulamentos de combate à fraude, corrupção e suborno, podem ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossa reputação e nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação das ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos contrários à administração pública, praticados por seus dirigentes, administradores, colaboradores ou terceiros que atuem em nosso nome ou benefício. A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, por atos contra a Administração Pública praticados por colaboradores ou quaisquer terceiros que agem em nome, interesse ou benefício da Companhia, pode resultar em sanções aplicadas tais como multas, perda de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e confisco de ativos, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Os controles internos de procedimentos de conformidade da Companhia podem não ser suficientes para prevenir ou detectar todas as condutas inapropriadas, fraudes ou violações da legislação aplicável ou das políticas internas da Companhia por seus empregados, administradores, fornecedores e outros agentes, partes relacionadas e investidas ou assegurar que todos atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 8.666/1996, a Lei nº 9.613/1998, a Lei Anticorrupção, Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000 e o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006. As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados da Companhia. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia pode estar sujeita a violações de seus controles internos, leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, que podem levar a penalidades nas esferas administrativa, cível e penal, tais como (i) reparação integral dos danos causados; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da nossa Companhia; (v) proibição ou suspensão das nossas atividades;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(vi) dissolução compulsória da nossa Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à nossa reputação ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados de operações e condição financeira.

A Companhia não tem como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos dessas investigações ou alegações envolvendo a Companhia, ou quaisquer de nossas afiliadas, diretores, empregados, terceiros agindo em seu nome ou membros do Conselho de Administração. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Caso surjam investigações, alegações ou desdobramentos, a reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das ações ordinárias da Companhia, poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a imposição de penalidades no âmbito da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

A Companhia possui atualmente contratos celebrados com entes públicos regidos pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). Caso a Companhia não seja capaz de cumprir os requisitos estabelecidos pela referida lei, estará sujeita à imposição de penalidades.

Nesse sentido, o artigo 83 da Lei nº 13.303/2016 permite que as empresas estatais apliquem, pela inexecução total ou parcial do contrato, sanções de (i) advertência, (ii), multa, e (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

A aplicação dessas sanções pode resultar em despesas significativas, impactos reputacionais, discussões administrativas e judiciais e prejuízo na nossa capacidade de renovar ou celebrar novos contratos com a entidade sancionadora.

A Companhia pode não conseguir identificar falhas e erros nos processos de produção, compras, importação e comercialização de produtos, o que poderá prejudicar a qualidade de seus produtos e serviços e acarretar aumentos de despesas com assistência técnica. Adicionalmente, falhas ou brechas de nossos sistemas de tecnologia da informação podem interromper nossas operações e impactar adversamente nossos negócios.

A Companhia está sujeita a ocorrência de falhas na gestão de qualidade no processo de compra de insumos, produção, montagem, distribuição e/ou nos componentes utilizados que podem gerar um aumento do índice de falhas dentro do prazo de garantia e gerar uma elevação das despesas com assistência técnica. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo, mas não se limitando a: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação de nossos produtos no mercado; (vi) possíveis ações indenizatórias; (vii) e problemas reputacionais no mercado. A

4.1 Descrição dos fatores de risco

ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a nossa reputação, resultados e condição financeira.

Adicionalmente, a tecnologia da informação é uma parte importante do nosso negócio e dependemos dos nossos sistemas para suportar e gerenciar os dados das nossas operações e aumentar a eficiência nas unidades fabris e no processo de fabricação de nossos produtos e de gerenciamento de estoques. Nós também utilizamos tecnologia da informação para processar as informações financeiras e resultados para reportes internos e para atender as leis e regulamentação fiscais. Além disso, dependemos da tecnologia da informação para o marketing digital e comunicações eletrônicas entre nossas centrais de operação, lojas, pessoal, clientes e fornecedores. Ainda, temos um portfólio de produtos e softwares distribuídos no mercado que dependem de sistemas de tecnologia da informação para funcionamento.

A perda de pessoas-chave de nossa administração e de áreas estratégicas da Companhia ou a incapacidade de atrair ou reter pessoas qualificadas para cargos de alta relevância poderão causar efeitos adversos nas operações.

A Companhia depende de alguns membros da nossa administração, especialmente com relação à definição e à implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações. Estamos sujeitos ao risco de que tais pessoas-chave deixem de integrar o nosso quadro de colaboradores. Nesse caso, poderemos enfrentar dificuldades para a contratação de novas pessoas-chave com as mesmas qualificações. Para que tenhamos capacidade de reter ou repor pessoas-chave em nosso quadro de colaboradores, poderá ser necessária uma alteração na nossa política de remuneração, o que poderá acarretar em aumento nos nossos custos e despesas.

Não há garantia de que seremos bem-sucedidos em atrair ou reter pessoas-chave para nossa administração. Caso qualquer dessas pessoas-chave da nossa administração deixe de exercer suas atuais atividades por qualquer motivo, poderemos sofrer um impacto adverso relevante em nossas operações, o que poderá afetar nossos resultados e condição financeira.

Violações, interrupções ou falhas dos nossos sistemas de tecnologia da informação, incluindo como resultado um possível ataque cibernético, podem interromper nossas operações e resultar em impactos adversos e significativos à sua reputação e aos nossos negócios.

Os sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia são parte essencial do funcionamento dos nossos negócios, os quais dependem de sistemas computadorizados para gerenciar informações e aumentar a eficiência de nossas unidades de produção e armazenagem, bem como dos processos de gestão de estoques. A título de exemplo, a Companhia utiliza diversos sistemas de tecnologia da informação para processar informações financeiras e resultados operacionais em relatórios internos e atender às exigências regulatórias e legais. Além disso, dependemos de sistemas de tecnologia da informação para realizar atividades de publicidade e marketing digital e nos comunicar, por meio de mensagens eletrônicas, com nossas unidades produtivas, nosso pessoal, nossos clientes e nossos fornecedores.

Nesse sentido, é relevante destacar que os sistemas de tecnologia da informação que utilizamos podem estar vulneráveis a uma variedade de interrupções, ameaças e incidentes relacionados a ataques cibernéticos. No ambiente atual, nossas atividades estão sujeitas a riscos relacionados à segurança cibernética e privacidade, incluindo hackers criminosos, hacktivistas, espionagem industrial, má conduta de funcionários, erro humano ou falha tecnológica.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Tais circunstâncias podem resultar, por exemplo, em acesso não autorizado, divulgação, modificação, uso indevido, perda ou destruição de informações comerciais, dados pessoais ou sistemas, incluindo aqueles que pertencem a nós, aos nossos clientes ou a terceiros; roubo de dados confidenciais, incluindo dados pessoais; perda de acesso a dados ou sistemas críticos através de ransomware, ataques destrutivos ou outros meios; erros de transação; atrasos nos negócios; e interrupções no serviço ou no sistema.

Uma violação bem-sucedida dos seus sistemas, softwares ou hardwares, redes e sistemas de tecnologia de dados ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um longo período antes de ser devidamente detectada e a Companhia pode não ser capaz de lidar, ou de fazê-lo tempestivamente com as consequências de tais incidente. Além disso, os ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação e a Companhia poderá não ser capaz de desenvolver ou obter meios para a neutralização de tais incidentes, ou fazê-lo em tempo hábil, visando evitar danos a seus produtos e à prestação de nossos serviços.

A nossa ineficiência em impedir falhas de segurança, incluindo falhas que impeçam nossos sistemas de funcionarem como desejado (inclusive ocasionando problemas de desempenho de sistemas), mesmo por um período limitado de tempo, poderá causar erros de transação, ineficiências de processos, perdas de vendas, vazamento de informações de clientes, afetar a funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade dos nossos sistemas e resultar em despesas significativas para nós e/ou perda de participação de mercado para outros provedores de comunicações afetando, inclusive, a nossa reputação. Os custos associados a um grande ataque cibernético poderiam onerar nossos clientes e parceiros de negócios, aumentar os nossos gastos com medidas de segurança cibernética e afetar a nossa receita em razão de eventuais interrupções de negócios e litígios. Adicionalmente, a nossa falha em antever uma interrupção sistêmica e/ou um ataque cibernético poderá nos sujeitar a ações judiciais por reparação de danos e a perdas financeiras em razão da reposição de produtos inutilizados, provocando, dessa forma, um impacto negativo em nossos negócios e em nossa reputação.

Qualquer destes acontecimentos, pode nos sujeitar, direta e indiretamente, a responsabilizações, ou processos judiciais, arbitrais e administrativos. Somado a isto, poderemos, ainda, estar sujeitos à perda de clientes existentes ou potenciais, perda de vendas, danos à marca, reputação e outras perdas financeiras. Além disso, se não formos capazes de evitar violações à segurança, poderemos sofrer danos ou penalidades financeiras e de reputação devido à divulgação não autorizada de informações confidenciais pertencentes a nós ou a nossos parceiros, clientes, consumidores ou fornecedores.

O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética e implementar medidas de remediação podem ser significativos e/ou ser insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros. Além disso, esses custos podem não ser cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia, ou as apólices contratadas podem ser insuficientes.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes, e durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão de dano ou a melhor forma de remediá-lo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O nosso risco de segurança cibernética também depende de fatores como as ações, as práticas e os investimentos de clientes, contratados, parceiros de negócios, fornecedores e terceiros. Não podemos garantir que as medidas e planos de recuperação por nós implementados serão bem-sucedidos na prevenção de ataques de segurança cibernética, incidentes gerais de segurança de informações ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação. Além disso, à medida que os nossos negócios e o cenário de segurança cibernética evoluam, poderão ser necessários investimentos adicionais significativos para proteger nossa infraestrutura de tecnologia de dados e informações, o que poderá afetar adversamente a nossa condição financeira, nossa reputação e os resultados das nossas operações.

O ambiente regulatório em relação às questões de segurança cibernética, privacidade e proteção de dados é cada vez mais complexo e pode ter impactos nos nossos negócios, incluindo aumento de riscos, custos e das obrigações de conformidade. Para maiores informações, veja o risco Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções”.

A Companhia depende de suas fábricas para a montagem de parcela significativa de seus produtos comercializados. As operações fabris estão sujeitas a atrasos e falhas que podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia depende de suas fábricas para a montagem de parcela significativa de seus produtos comercializados. As operações fabris estão sujeitas a riscos de eventos adversos de diversas naturezas como, por exemplo, interrupções no funcionamento de suas fábricas, causadas por intempéries naturais, como vendavais, alagamentos, incêndios entre outras; interrupções do suprimento de insumos importantes, como energia elétrica e água; falhas humanas no processo, como erros na montagem dos produtos; quebra de maquinário; entre outros. A ocorrência de quaisquer destes eventos pode levar a atrasos na produção e comercialização dos produtos, o que gerar efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

No âmbito da nossa unidade de energia solar, comercializamos sistemas geradores de energia elétrica com base em energia solar. O sucesso da comercialização desses sistemas depende de vários fatores que fogem ao nosso controle (incluindo fatores naturais, relacionados à capacidade solar do país, e fatores governamentais, a exemplo de instituição de novas obrigações a serem observadas pelos consumidores de energia solar por agências reguladoras brasileiras, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL).

Conforme descrito na Seção 1 deste formulário de referência a nossa atividade comercial pode ser dividida nas seguintes unidades de negócios: (i) telecom (que inclui redes de fibra ótica e rede de dados e Wi-Fi); e (ii) enterprise (que inclui sistemas de segurança eletrônica, sistemas de cibersegurança, produtos de infraestrutura de data centers, automação de escritórios e residências, produtos de áudio e vídeo profissional, painéis de LED).

Aumento de salários, atrasos em negociações sindicais e paralisações ou greves de nossa força de trabalho poderão reduzir a lucratividade e afetar as operações da Companhia.

Os salários e benefícios dos colaboradores representaram 5,7%, 6,7% e 7,4% e respectivamente dos custos e despesas da Companhia considerando nossos resultados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024. De acordo com as leis trabalhistas, a Companhia está obrigada a negociar anualmente com os sindicatos os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não seja capaz de negociar de forma que lhe seja satisfatória com os sindicatos, poderá ser obrigada a aumentar os níveis dos salários em valores superiores aos índices inflacionários pelos quais as receitas são corrigidas, ou conceder outros benefícios que podem resultar em um aumento dos custos ou despesas, ou gerar insatisfações dos empregados, que podem resultar em greves e/ou paralisações. É possível que a Companhia não consiga repassar os aumentos salariais aos preços dos serviços, o que pode vir a reduzir as margens.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos e contratos de trabalho, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Adicionalmente, greves, paralisações ou interrupções de trabalho nas instalações da Companhia, ou que afetem qualquer um de seus fornecedores ou contratados, podem ter um efeito adverso sobre as suas operações e seus negócios.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus ativos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, ou, ainda, se a Companhia violar a propriedade intelectual de terceiros, poderá afetar negativamente a Companhia.

Problemas relacionados à proteção de ativos de propriedade intelectual da Companhia, essencialmente, marcas e nomes e domínio, podem afetar a Companhia negativamente.

Alguns dos pedidos de registro de marca detidos pela Companhia enfrentam algumas dificuldades em seu processo de obtenção dos registros, tais como oposições, sobrestamentos, processos administrativos de nulidade e indeferimento. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou prejudicar sua reputação, o que também pode fazer com que a Companhia sofra impacto negativo em seus resultados operacionais. Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar, manter ou lograr êxito na obtenção de registro de alguma de suas marcas ou de que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas, existentes ou futuras, registradas ou licenciadas pela Companhia, resultando em dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.

Ainda, métodos, melhorias tecnológicas, incremento de novas soluções e desenvolvimento de novos produtos, aplicados pela Companhia em suas atividades, podem ser questionados por terceiros alegando violação de direitos de propriedade intelectual, podendo dar início a disputas e/ou litígios relacionados a ativos de propriedade intelectual que, ainda que sem mérito, podem ser onerosos e demorados e ter um efeito negativo nos resultados da Companhia. Nestas hipóteses, a Companhia pode ser impedida de continuar utilizando tais marcas de terceiros, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

Sendo assim, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual da Companhia, o que poderá impactá-la adversamente.

Se não cumprirmos satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderemos ficar sujeitos a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderemos ser impactados de forma negativa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Lei Anticorrupção conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Há risco de que nossos administradores, empregados, representantes, fornecedores ou agentes intermediários pratiquem atos que violem a Lei Anticorrupção ou outras leis relativas à prevenção e combate à corrupção e fraudes. Conforme a Lei Anticorrupção, as empresas que forem consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ser sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, além de reparação integral dos danos e publicação de decisão condenatória em meios de comunicação de grande circulação. Não podemos assegurar a eficácia da nossa área de compliance com relação à prevenção de atos que violem a Lei Anticorrupção. Tampouco podemos assegurar que a existência desta área de compliance será levada em consideração pelas autoridades brasileiras na aplicação das sanções citadas acima, nos termos da Lei Anticorrupção.

Nesse sentido, violações à Lei Anticorrupção ou a outras leis e regulamentos anticorrupção nacionais ou internacionais podem levar a penalidades nas esferas administrativa, civil e penal, tais como de (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da nossa Companhia; (v) proibição ou suspensão das atividades da nossa Companhia; (vi) dissolução compulsória da nossa Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à reputação da nossa Companhia ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante nos negócios da nossa Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Também podemos vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por nossos acionistas controladores, controladas ou coligadas, o que poderia afetar adversamente a nossa reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais. Além disso, a nossa reputação pode ser negativamente impactada por violações às leis anticorrupção aplicáveis a nós e/ou a nossos acionistas controladores.

Por conseguinte, se nos envolvermos em quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial, nos termos da Lei Anticorrupção, poderemos sofrer sanções ainda mais graves, incluindo a suspensão ou interdição parcial de nossas atividades, nossa dissolução, além de danos à nossa reputação, o que nos afetará de modo adverso. Adicionalmente, os atos praticados por nossos administradores, colaboradores, representantes ou agentes intermediários fogem ao nosso controle, e, caso violem a Lei Anticorrupção ou legislação relacionada, podem culminar com a aplicação de sanções a nós, inclusive as sanções mencionadas acima.

Estamos sujeitos a riscos relacionados à administração de nosso estoque.

Estamos sujeitos a diversos riscos relacionados à rede de reposição e à otimização de estoques, por exemplo, a capacidade de produção dos nossos fornecedores chineses, mudanças rápidas de ciclos, demanda e preços de produtos, capacidade dos fornecedores chineses em nos enviar

4.1 Descrição dos fatores de risco

produtos, complicações de natureza aduaneira das mercadorias adquiridas, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos do consumidor e outros fatores.

A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento em que compramos os produtos de nossos fornecedores e o momento da venda para os clientes e consumidores finais, o que pode diminuir a nossa capacidade de vender os produtos mantidos em estoque. Além disso, não é possível assegurar que selecionaremos corretamente os novos produtos a serem fabricados e/ou importados, ou que a nossa estimativa inicial da demanda para o produto será mantida ou correta. A aquisição de certos produtos pode exigir prazo de entrega longo, bem como realização de pré-pagamento significativo, além da possibilidade de não poder retornar ou trocar tais produtos para os nossos fornecedores. Qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente os nossos resultados.

A Companhia pode não ser capaz de atender as cotas para contratação de pessoas com deficiência e/ou aprendizes.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais de diversos órgãos governamentais que determinam o atendimento de cotas para contratação de pessoas com deficiência e/ou aprendizes. Falhas em atender integralmente tais cotas podem resultar em sanções e outras consequências, que podem afetar adversamente a imagem, os negócios e os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

A construção de plantas industriais e a expansão de nossas fábricas existentes podem demandar recursos adicionais, bem como apresentar riscos que afetem negativamente os nossos resultados.

Nossa estratégia de crescimento envolve a abertura e a operação de novas unidades fabris e a construção de plantas industriais. Essa estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, que podem ficar sobrecarregados e consequentemente resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, o que, por sua vez, pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas unidades fabris individualmente e de nosso negócio como um todo. Ainda, quando a inauguração de novas unidades fabris ocorrer em mercados onde já possuímos unidades fabris, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das unidades fabris pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas, o que pode nos afetar negativamente.

Além disso, a construção, expansão ou otimização das nossas atuais fábricas ou a construção de novas plantas industriais estão sujeitas aos riscos de não obtenção de autorizações ambientais, alvarás e/ou licenças necessários para nossa operação, falta de fornecedores apto a fornecer equipamentos ou matéria-prima, elevação de custos ou redução de receitas, falta de mão-de-obra capacitada, falta de fonte de financiamento em condições satisfatórias ou de qualquer forma, indisponibilidade de imóveis apropriados nas proximidades da área desejada, entre outros. Ainda, tais fábricas podem não ser concluídas no prazo planejado ou ser concluídas em desacordo com os respectivos projetos. Descumprimentos contratuais por parte de fornecedores de equipamentos ou serviços podem causar prejuízos financeiros, prejuízos ao projeto e descumprimento de obrigações assumidas perante terceiros, e as obrigações de indenização ou garantias prestadas por tais fornecedores podem ser insuficientes para compensar os prejuízos a que poderíamos estar sujeitos. Quaisquer falhas ou descumprimentos na implementação dos projetos de crescimento e/ou expansão das plantas existentes poderão causar impacto negativo em nossa situação financeira e em nossos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de obter, manter ou renovar, em prazo adequado, as licenças imobiliárias necessárias e os contratos de locação dos imóveis nos quais realiza suas operações, ou de celebrar novos contratos ou renová-los em condições que sejam comercialmente adequadas, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

A ocupação de imóveis operacionais e/ou sedes administrativas por nós está sujeita à obtenção de licenças junto aos órgãos municipais (alvará de licença para uso e funcionamento) e aos departamentos de corpos de bombeiros responsáveis, na forma prevista na legislação aplicável, as quais devem ser tempestivamente obtidas e renovadas por nós e/ou pelos locadores dos contratos em que figuramos como locatários.

Não podemos assegurar que a obtenção dessas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto de abertura de novas lojas e centros de distribuição. A falta de uma dessas licenças, indeferimento da sua obtenção ou não renovação tempestiva pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até o encerramento das atividades no respectivo imóvel, bem como pode prejudicar a capacidade de produzir e distribuir mercadorias para nossos clientes, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente nossos resultados.

Ainda, caso ocorra a rescisão dos contratos de locação de imóveis, por qualquer motivo, a Companhia terá que buscar no mercado novos imóveis que possam receber suas operações. Referida busca poderá incorrer na necessidade de paralisação temporária das atividades realizadas naquele imóvel e em custos de transição, sendo que o valor do aluguel dos novos imóveis poderá ser superior ao valor anteriormente pago. Dessa forma, a Companhia não pode garantir que obterá sucesso na renovação dos contratos de locação vigentes.

Caso o imóvel locado pela Companhia seja alienado a terceiros durante a vigência do contrato de locação, o terceiro adquirente não se encontrará obrigado a respeitar os mesmos termos e condições acordados com o antigo proprietário, salvo se, cumulativamente, (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca competente. Tendo em vista que a maioria dos contratos contém cláusula de vigência prevista no artigo 8º da Lei nº 8.245/91 (Lei de Locações) e/ou não estão devidamente registrados junto aos cartórios competentes, os requisitos mencionados acima poderão não ser preenchidos, possibilitando ao terceiro adquirente solicitar à Companhia a desocupação do imóvel, em um prazo de 90 dias, livre de qualquer penalidade.

Adicionalmente, na hipótese de o imóvel locado ser colocado à venda durante o prazo de vigência da locação, a locatária terá direito de preferência para adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, mediante notificação enviada pelo locador concedendo prazo de 30 dias para exercer o direito de preferência. Caso a locatária não o exerça, o imóvel locado poderá ser alienado ao terceiro. A locatária cujo direito de preferência não for respeitado poderá adquirir o imóvel locado, mediante depósito judicial do preço de aquisição e de outras despesas de transferência pertinentes, desde que requeira a adjudicação do imóvel no prazo de 6 meses após o registro da respectiva escritura em nome do terceiro adquirente no Cartório de Registro de Imóveis competente, desde que o contrato de locação tenha sido averbado na matrícula do imóvel locado, pelo menos 30 dias antes da alienação em questão. Caso o contrato de locação não esteja averbado, a locatária poderá apenas reivindicar do locador uma indenização por perdas e danos. Além disso, não há garantia de que a Companhia conseguirá alugar os imóveis nos quais está interessada.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O locatário - empresário ou sociedade empresária - tem o direito de obter, por meio da ação renovatória, a renovação compulsória do contrato de locação para a proteção do fundo de comércio, que abrange o estabelecimento e as atividades ali realizadas. Esse direito será assegurado desde que estejam presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos previstos na Lei de Locação: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo mínimo do contrato ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de pelo menos 5 anos e (iii) o locatário esteja explorando seu comércio no mesmo ramo pelo prazo mínimo e ininterrupto de 3 anos. O locatário, seu cessionário ou seu sucessor são as pessoas dotadas de legitimidade ativa para ingressar com a referida ação renovatória. O sublocatário também pode ingressar com a ação renovatória, na hipótese de ser contratualmente permitida a sublocação total do imóvel.

A legislação dispõe que a ação renovatória deverá ser proposta, sob pena de decadência, no prazo de 1 (um) ano, no máximo, até 6 (seis) meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato de locação comercial. Caso a ação renovatória não seja proposta em tal prazo, o locador terá a faculdade de, findo o contrato, retomar o imóvel, independentemente de motivação. A observância do prazo para a propositura da ação renovatória é essencial para o regular exercício do direito. Se perdido tal prazo, não será assegurada ao locatário qualquer outra medida judicial que lhe garanta a prorrogação do prazo e a permanência no imóvel.

A Lei de Locação afasta o direito à ação renovatória na hipótese de o imóvel locado vir a ser utilizado pelo próprio locador ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1(um) ano, cuja maioria do capital seja de titularidade do locador, de seu cônjuge, de seu ascendente ou descendente.

O reajuste dos aluguéis a valor de mercado também poderá resultar em impactos materiais não esperados em nossos custos operacionais, se resultar em aumento significativo. Em um cenário de hiperinflação, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia podem ser adversamente afetados em razão dos reajustes aplicáveis aos aluguéis devidos.

Além disso, se decidir rescindir qualquer um de seus contratos de locação, antes do fim do prazo contratual determinado, poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Os valores envolvidos em tais multas e sua eventual quantidade poderia, no total, afetar adversamente a Companhia.

Por fim, caso a Companhia deixe de cumprir com suas obrigações nos termos de seus contratos de locação, tais contratos podem ser encerrados antecipadamente.

Caso não seja capaz de (i) manter seus contratos de locação; (ii) celebrar novos contratos; ou (iii) renová-los em condições que entenda serem adequadas, a Companhia pode ter suas atividades interrompidas e ser adversamente impactada, em razão de (i) custos decorrentes da realocação de operações, e (ii) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados para suas atividades e/ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Nossa estratégia de crescimento depende do crescimento dos setores de telecomunicações, Enterprise no Brasil, que podem ter efeitos adversos para os negócios da Companhia.

Nosso crescimento depende do crescimento dos setores de telecomunicações e corporativo no Brasil, incluindo os mercados que compõem estes setores, como, por exemplo o mercado de

4.1 Descrição dos fatores de risco

banda larga, preponderante em nossas atividades. O crescimento do mercado de banda larga depende de uma série de fatores que fogem ao nosso controle, como a penetração da banda larga no total de domicílios no país; o aumento do número de consumidores de internet banda larga, via conexões de fibra ótica; a velocidade de substituição das tecnologias de banda larga obsoletas pela tecnologia de fibra ótica; a capacidade dos provedores de internet principalmente os provedores de pequeno e médio porte, que têm sido os principais responsáveis pela expansão da rede de fibra ótica no Brasil de expandir suas redes de fibra ótica; a disponibilidade de equipamentos, majoritariamente importados, para suportar esta expansão; a demanda dos consumidores por velocidades de conexão de internet mais altas e de melhor qualidade; entre outras. O crescimento do mercado corporativo no Brasil também depende de variáveis que fogem ao nosso controle, como por exemplo, o crescimento do produto interno bruto do Brasil; o crescimento do setor de serviços; a velocidade de adoção de novas tecnologias por parte das empresas nacionais, com o objetivo de otimizar suas atividades e/ou reduzir custos operacionais; a disseminação da adoção do modelo Technology as a Service, entre outras. Caso estes fatores deixem de ocorrer no futuro, estes mercados poderão ser negativamente afetados, causando um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia.

A dependência da Companhia de seus revendedores autorizados para a venda de parte de seus produtos, pode ter um efeito adverso relevante para os negócios da Companhia.

Parte substancial de nossos produtos é vendida principalmente por meio da venda direta realizada por terceiros, que são revendedores autorizados. Há uma alta taxa de rotatividade entre os revendedores e qualquer perda ou distração dos revendedores pode ter efeitos adversos sobre o nosso negócio. Estamos sujeitos ao risco de créditos de liquidação duvidosa relacionados a representantes. Ainda, tal risco é agravado caso as condições financeiras dos representantes se deteriorarem. Além disso, as condições macroeconômicas podem reduzir nossas vendas, impactar nossa capacidade de executar nossa estratégia comercial global ou causar um efeito adverso relevante no nosso negócio, perspectivas, situação financeira, liquidez, resultados de operações ou fluxos de caixa.

Se perdermos participação de mercado por meio de nossos revendedores (ou seja, se nossos revendedores passarem a trabalhar diretamente com nossos concorrentes ou se outros revendedores conseguirem desenvolver mais negócios do que os revendedores com quem trabalhamos), nosso negócio, perspectivas, situação financeira, liquidez, resultados operacionais e fluxos de caixa podem ser afetados de forma adversa.

Ainda, se qualquer governo ou órgão regulatório do Brasil banir ou restringir rigorosamente nossos métodos de negócio ou modelo operacional/comercial, nossos negócios e resultados financeiros e operacionais podem ser adversamente afetados.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações.

A estrutura organizacional da Companhia dedicada ao gerenciamento de riscos, bem como os mecanismos de controles internos (especificamente descritos nos itens 5.1.b.iii, 5.3.b deste Formulário de Referência) foram criados como forma de adequação da Companhia à realização

4.1 Descrição dos fatores de risco

da sua oferta pública de distribuição de ações e adequação ao regulamento do segmento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão B3

Por esta razão, a Companhia, seus administradores e colaboradores, podem não possuir a experiência necessária à satisfação das políticas e mecanismos de gerenciamento de riscos e integridade no curto prazo, até que tais estruturas estejam adequadas à realidade de companhia aberta a que se sujeitará e, mesmo quando implementadas, não há como garantir que tais estruturas não estarão sujeitas as falhas na prevenção e detecção de riscos.

Nesse sentido, até que tais estruturas estejam plenamente adequadas (o que ainda não se pode garantir), e os administradores e colaboradores da Companhia estejam plenamente habilitados ao exercício das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia pode estar sujeita a falhas na identificação e tratamento dos riscos, o que pode afetar adversamente suas atividades e seu resultado operacional e financeiro. Adicionalmente, mesmo após a implementação de tais estruturas, a Companhia não pode garantir que as mesmas não estarão sujeitas as falhas na prevenção e detecção de riscos.

Podem ainda ocorrer falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia e nos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público, o que pode expor a Companhia a riscos que podem afetar adversamente seus negócios.

As informações em que nos baseamos ou que alimentam ou mantêm modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes, erros ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de compliance e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações às leis aplicáveis por parte dos funcionários e membros da administração da Companhia e de terceiros agindo em nome da Companhia. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou políticas internas da Companhia, a Companhia, seus funcionários, membros de sua administração poderão ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e adversamente os negócios e imagem da Companhia.

Nosso Estatuto Social prevê indenização aos nossos administradores na hipótese de eventual dano ou prejuízo. Não podemos garantir que a decisão pela concessão de tais indenizações seja realizada sem conflito de interesses e visando os melhores interesses da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nosso Estatuto Social prevê que indenizaremos e manteremos indenidos membros de nosso Conselho de Administração, da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam Beneficiários dano ou prejuízo efetivamente

sofrido por força do exercício regular de suas funções, contanto que tais atos tenham sido praticados de boa-fé e no melhor interesse da Companhia, em linha com as condições e limitações constantes do contrato de indenidade existente. Considerando que a concessão da indenização é feita pelo Conselho de Administração, em observância ao disposto no artigo 156 da Lei das S.A., podemos enfrentar situações de conflitos de interesses nas decisões tomadas por referido órgão.

(b) riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Não temos um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% do capital votante, o que nos deixa susceptíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% de nosso capital votante.

Não temos um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta de nosso capital votante. É possível, dessa forma, que, no futuro, se formem alianças ou acordos de votos entre novos acionistas, o que poderia formar um novo grupo de controle. Caso surja um novo grupo de controle e esse passe a deter o poder decisório da Companhia, as políticas corporativas e as estratégias podem sofrer mudanças repentinas e inesperadas, incluindo, mas não se limitando, à substituição dos seus administradores. Além disso, podemos ficar mais vulneráveis a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações poderá não ser atingido. Nesse caso, nós e os nossos acionistas minoritários poderemos não gozar da mesma proteção conferida pela lei contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos sofridos.

Os interesses de acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações ordinárias.

De acordo com a Lei das S.A., os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estejam alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações.

Adicionalmente, quaisquer dos acionistas controladores da Companhia poderão optar por vender parcela significativa ou a totalidade de suas respectivas participações para terceiros. Caso

4.1 Descrição dos fatores de risco

não haja um acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante da Companhia, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das S.A. contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Caso surja um grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculados por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, é possível que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

Para mais informações acerca dos acionistas controladas da Companhia, veja o item 6 deste Formulário de Referência.

(c) riscos relacionados a seus acionistas

O mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver, limitando a capacidade de nossos acionistas venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e global. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado de nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas.

De acordo com o estatuto social da Companhia, devemos pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das S.A., sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação aplicável, caso em que este não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio, conforme o disposto no artigo 37 de nosso estatuto social. Além disso, a Lei das S.A. permite que o conselho de administração da Companhia determine a não distribuição de dividendos aos acionistas em um determinado exercício social, caso informe à assembleia Geral ordinária que não tivemos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou que a distribuição de dividendos seria desaconselhável ou incompatível com a situação financeira no momento. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Adicionalmente, a isenção de imposto sobre a renda na distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação

4.1 Descrição dos fatores de risco

atual poderá ser revista, e tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passara ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados.

(d) riscos relacionados a suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

(e) riscos relacionados a seus fornecedores

A Companhia depende de terceiros para fabricar seus produtos.

A Companhia depende de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar seus produtos. A ousar terceiros para fabricar seus produtos, a Companhia está sujeita a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos e acidentes de natureza ambiental, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Além disso, algumas categorias de produtos são adquiridas, em grande parte, de um pequeno número de fornecedores. Se algum fornecedor não puder fornecer os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente a Companhia os adquire, e se a Companhia não for capaz de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de algum modo, a Companhia não conseguirá manter seu nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados operacionais.

Os fornecedores da Companhia são suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que os fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e a Companhia não pode prever se conseguirá aumentar os preços de venda para seus consumidores em linha com os aumentos promovidos por seus fornecedores. Um aumento nos custos de produtos da Companhia pode refletir negativamente em seus negócios, resultados operacionais e valor de suas ações.

A Companhia depende de provedores de telecomunicações e internet para sua infraestrutura de Technology as a Service e qualquer oscilação ou interrupção na prestação desses serviços pode prejudicar a prestação de serviços por parte da Companhia e afetar sua rentabilidade.

Parte substancial da receita da Companhia advém da prestação de serviço de Technology as a Service, cujo funcionamento depende dos provedores de telecomunicações e internet e, portanto, eles constituem elemento fundamental para a estratégia de negócios da Companhia, assim como para sua infraestrutura e outras infraestruturas que usa para hospedar suas soluções. A oscilação ou interrupção de serviços da Companhia devido a falhas em seus provedores de telecomunicações e internet podem ser entendidas pelos seus clientes como falhas da Companhia e podem afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade de seus produtos ou serviços, podendo causar o cancelamento de contratos de alguns dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

clientes da Companhia, bem como afetar sua capacidade de aumentar suas vendas e, conseqüentemente, afetar de maneira adversa os resultados e a reputação da Companhia.

A ocorrência de casos fortuitos, casos de força-maior, pandemias, guerras, ou desastres naturais e as conseqüentes paralisações em escala global podem gerar interrupções nas fabricações de produtos de tecnologia e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor tecnológico, incluindo a Companhia. Além disso, tais eventos podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios e o resultado da Companhia.

Casos fortuitos, força maior, pandemias, guerras ou desastres naturais podem ter impactos de longo alcance desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Podem ainda ameaçar a produção de produtos de tecnologia e a interrupção da cadeia de peças/suprimentos para empresas do setor tecnológico. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de peças e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, principalmente da China, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, conseqüentemente, redução na sua receita.

Ainda, cabe destacar que qualquer um destes eventos que afete o comportamento das pessoas pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. As ações de emissão da Companhia, e toda a classe de ativos similares que compõem o mercado de capitais global, podem apresentar uma maior volatilidade resultando em pressão negativa na economia mundial e, conseqüentemente, nos negócios da Companhia e no preço das ações de sua emissão.

Eventuais mudanças de políticas ou diretrizes estratégicas dos fornecedores da Companhia podem levar à redução ou interrupção das vendas deles para a Companhia, o que pode gerar impactos negativos em seus resultados.

A Companhia possui uma ampla gama de fornecedores globais de produtos de tecnologia. A negociação e parceria com estes fornecedores está sujeita a mudanças estratégicas e táticas originadas nos mesmos, que podem afetar a capacidade deles de operar com a Companhia e outras empresas no mercado brasileiro.

Eventuais mudanças desta natureza que resultem na redução ou incapacidade da Companhia de adquirir produtos de tecnologia de algum de seus fornecedores levaria, na maior parte dos casos, a um processo de substituição deles. Eventual substituição de fornecedor poderia levar a termos menos favoráveis para a Companhia, com possível efeito adverso sobre suas margens de lucro. Caso não seja possível substituir o fornecedor afetado por tais mudanças, a Companhia pode ser afetada adversamente também por meio de redução de faturamento, impactando negativamente os seus resultados.

As atividades da Companhia dependem do bom relacionamento e da reputação de seus fornecedores de tecnologia.

O sucesso das atividades da Companhia depende, em parte, do relacionamento comercial da Companhia com seus fornecedores de tecnologia. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com estes fornecedores ou caso estes rescindam ou não renovem seus contratos, por conta de inadimplementos, mudança em nossa administração, estrutura acionária ou controle,

4.1 Descrição dos fatores de risco

não atingimento dos padrões de qualidade, ou por qualquer outro motivo, a Companhia pode ser prejudicada.

Além disso, a comercialização de alguns equipamentos de tecnologia adquiridos pela Companhia destes fornecedores depende da homologação prévia pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), dentre outros. Esta homologação é feita pelos próprios fabricantes dos equipamentos. Caso os fornecedores demorem ou mesmo não consigam obter as autorizações regulatórias para comercializarem seus produtos, a Companhia não poderá comercializá-los, o que poderá afetar negativamente os seus resultados.

Por fim, se os fornecedores de tecnologia da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, como leis contra o trabalho infantil ou análogo de escravo, e leis de proteção ambiental, a Companhia poderá ser prejudicada devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias, além do eventual efeito adverso da substituição do respectivo fornecedor sobre os resultados financeiros.

Ainda, publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus acionistas, Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer veículo de mídia ou rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Além disso, os colaboradores e representantes da Companhia poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente seu resultado.

Aumentos significativos nos preços dos produtos de tecnologia comercializados pela Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos preços dos produtos de tecnologia necessários às suas atividades. Tais aumentos fogem ao controle da Companhia, e a Companhia não pode prever quando estes preços sofrerão reajustes. Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos preços aos clientes, sua condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.

Somos responsáveis pela destinação final de resíduos sólidos gerados pelas nossas atividades industriais, assim como dos nossos produtos pós-consumo que estão sujeitos a logística reversa. A destinação final dos resíduos de fábrica e pós-consumo é realizada por meio de empresas contratadas. A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Sendo assim, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa, sem limitação de valores e prazos prescricionais. Sendo assim, a responsabilidade civil ambiental pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia, incluindo o descarte de resíduos, não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental ocorrido. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados pelos seus fornecedores, os resultados, operacionais e financeiros, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetadas, incluindo no caso de haver a necessidade de redirecionar planos de investimento em outras áreas, com possível efeito adverso relevante sobre nosso fluxo de caixa.

Podemos ser responsabilizados por obrigações fiscais, trabalhistas, reputacionais, previdenciárias e de qualquer outra natureza de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

Os fornecedores e prestadores de serviço terceirizados pela Companhia são responsáveis pelos serviços de vigilância e limpeza. Se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, poderemos vir a ser responsabilizados solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, que podem nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem.

Podemos ser afetados caso nossos fornecedores venham a se utilizar de práticas irregulares.

Podemos ser negativamente afetados caso nossos fornecedores apresentem problemas relacionados a questões trabalhistas ou à sustentabilidade, emprego de mão de obra infantil ou análoga à escravidão, e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas ou outras irregularidades para terem um custo mais baixo de nossos produtos, bem como caso nossos fornecedores pratiquem atos, em benefício ou interesse nossos, em violação à legislação anticorrupção aplicável (incluindo, mas não se limitando, à Lei 12.846/2013 e o Decreto 8.420/2015). O resultado de tais ações poderá ensejar processos administrativos e judiciais e provocar prejuízos à nossa imagem, reputação e à qualidade dos nossos produtos, e, como consequência, perda de atratividade junto aos nossos clientes, afetando adversamente os nossos negócios. Para mais informações acerca das consequências do descumprimento da lei 12.846/2012, ver risco Se não cumprirmos satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderemos ficar sujeitos a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderemos ser impactados de forma

(f) riscos relacionados a seus clientes

Uma diminuição no ritmo de crescimento do uso de tecnologia nos negócios por clientes, atuais e potenciais, da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante os negócios e resultados da Companhia.

As operações da Companhia dependem do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes atuais e potenciais da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de concentrar recursos em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos em vez de serviços ou produtos contratados junto a terceiros como a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem seus processos e infraestruturas existentes. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios dos clientes atuais e potenciais da Companhia ou de diminuição dos gastos dos clientes atuais e potenciais da Companhia em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes a adotar novas soluções tecnológicas por ela oferecidas, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

As receitas e os resultados operacionais da Companhia dependem da demanda de seus clientes.

Os 10 maiores clientes representaram, juntos, 24,4%, 18,6% e 18,2%, respectivamente, do vendas Totais da Companhia em 31 de dezembro de 2022, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024. Qualquer interrupção na obtenção de receita junto aos clientes da Companhia poderá ter um efeito adverso sobre os resultados, e não há garantias de que a Companhia obterá junto a estes clientes receita equivalente no futuro.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros de terceiros foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, nossa defesa em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

A Companhia está exposta a riscos de crédito e outros riscos de contraparte de seus clientes no curso normal dos negócios.

A Companhia tem créditos com prazos variáveis e seus clientes têm diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes importantes inadimpla suas obrigações de pagamento para com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser afetados de maneira negativa e substancial. Em 31 de dezembro de 2024 o montante provisionado para perdas de crédito de liquidação duvidosa foi de R\$24.149 mil, em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$20.457 mil e em 31 de dezembro de 2022 o montante provisionado para perdas de crédito de liquidação duvidosa foi de R\$27.642 mil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, as receitas da Companhia poderão ser afetadas adversamente.

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais constituem, atualmente, fenômeno amplamente difundido no setor e afeta computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos da Companhia (ou da Internet de modo geral) podem levar alguns clientes a buscar reduzir ou postergar compras futuras ou comprar produtos concorrentes que não sejam aplicativos baseados na Internet. Os clientes também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderia postergar a adoção de novas tecnologias. Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

(g) riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Condições desfavoráveis na indústria ou da economia global ou reduções em gastos em setores em que a Companhia atua, principalmente tecnologia da informação e telecomunicações, podem limitar a capacidade de crescer e desenvolver o negócio e afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças na indústria ou da economia global sobre a Companhia ou seus clientes. O crescimento de receita e rentabilidade potencial do negócio da Companhia depende da demanda por suas soluções. A receita da Companhia decorre dos contratos de fornecimento de produtos de tecnologia como serviço e do volume de vendas diretas de produtos de tecnologia. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que os seus clientes e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda pelas soluções oferecidas pela Companhia, a receita da Companhia pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos em negócios como tecnologia da informação e telecomunicações, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2016. Se as condições econômicas se deterioram ou não melhoram significativamente, os clientes e potenciais clientes da Companhia podem optar por diminuir suas soluções de tecnologia de informação, o que comprometeria a capacidade de expandir o negócio e poderá afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia estão sujeitos a flutuações de preço, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

As matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia estão sujeitos a flutuações de preço decorrentes da situação conjuntural do mercado, que poderão causar eventualmente situações adversas em suas atividades, com impacto em seus custos de aquisição de materiais e serviços. Os preços das matérias-primas e dos componentes utilizados pela Companhia são influenciados por uma série de fatores sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando às condições econômicas internacionais e nacionais, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial.

Caso ocorra uma variação significativa nos preços das matérias primas para a produção dos nossos equipamentos eletrônicos nos preços das matérias primas para produção dos nossos

4.1 Descrição dos fatores de risco

equipamentos eletrônicos, os fabricantes poderão repassar o aumento deste custo, o que poderá impactar os preços finais dos produtos. Adicionalmente, um aumento significativo nos preços das matérias primas pode encarecer o preço final destes produtos oferecidos pela indústria a ponto de reduzir parte da demanda proveniente de consumidores das classes de renda mais baixas, reduzindo o tamanho do mercado como um todo e, por conseguinte, causar um efeito adverso nas nossas vendas.

Adicionalmente, podem ocorrer aumentos de preço das matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia, em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos respectivos contratos. Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de repassar aos seus clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos dos produtos, o que poderá vir a diminuir a sua margem de lucro e causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a possíveis atrasos motivados por greves nas alfândegas, portos e Receita Federal.

Devido ao fato de grande parte das matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia serem importados, sendo transportados via aérea ou marítima, a Companhia está sujeita ao regular funcionamento da Receita Federal do Brasil e demais autoridades aduaneiras para que os produtos importados sejam liberados e cheguem até nós. Dessa forma, possíveis greves de funcionários da Receita Federal, alfândegas, aeroportos e portos podem afetar a entrega desses materiais pelos fornecedores, e, por consequência, a capacidade produtiva da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso em suas operações, resultados e situação financeira. Adicionalmente, possíveis falhas logísticas no transporte das matérias primas da Companhia poderão causar efeito adverso em sua capacidade produtiva.

As nossas atividades estão concentradas em um setor que abrange uma gama de atividades e, por essa razão, possui um número considerável de sociedades atuantes, desde pequenas empresas a grandes multinacionais. Um aumento da concorrência nos mercados em que operamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais poderá prejudicar nossa participação de mercado e exercer pressão para redução dos nossos preços, ocasionando a redução da nossa margem de lucro.

As nossas atividades estão concentradas no desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos e soluções eletrônicas e tecnológicas no Brasil, um setor que abrange uma gama de atividades e, por essa razão, possui um número considerável de sociedades atuantes.

Concorremos com empresas de soluções tecnológicas nacionais e internacionais, bem como fabricantes de produtos e soluções tecnológicas.

Conforme descrito na Seção 1 deste Formulário de Referência a nossa atividade comercial pode ser dividida nas seguintes unidades de negócios: (i) telecom e (ii) enterprise. Dessa forma, a abrangência da nossa atividade empresarial nos expõe a ambientes de competição em diferentes frentes de atuação, o que pode dificultar a nossa estratégia de expansão e manutenção de mercado (market share).

Os nossos concorrentes são dos mais variados portes, desde pequenas empresas a grandes multinacionais com tradição de mercado, amplo portfólio e alta capilaridade. Caso qualquer de nossos concorrentes lance no mercado algum produto ou serviço disruptivo, nossas vendas poderão ser adversamente afetadas, impactando os nossos negócios, os nossos resultados e a

4.1 Descrição dos fatores de risco

nossa situação financeira. Ainda, a nossa participação de mercado poderá ser reduzida caso não consigamos nos manter competitivos. Um aumento no nível de competição no setor em que atuamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais pode limitar nossa capacidade de crescimento e pressionar para baixo os preços de nossos produtos e serviços, reduzindo nossas receitas e afetando adversamente nosso negócio, margem de lucro, resultados e fluxo de caixa.

Caso sociedades estrangeiras que desenvolvem atividades empresariais semelhantes às nossas passem a atuar no mercado local, a nossa concorrência poderá aumentar, o que poderá impactar as nossas vendas, as nossas operações e os nossos resultados.

Ainda, caso qualquer fornecedor passe a vender os produtos que comercializamos diretamente a nossos clientes, poderemos ser adversamente afetados, visto que perderemos a comercialização dos produtos desse fornecedor e precisaremos substituí-lo por outro fornecedor que atenda a demanda de nossos clientes.

Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos ou caso não consigamos responder adequadamente as estratégias de nossos concorrentes atuais ou daqueles que vierem a se tornar nossos concorrentes no futuro, poderemos ter a nossa participação reduzida em um ou mais mercados, o que consequentemente reduzirá nossas receitas e criará uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

(h) riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

Os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser prejudicados se ela não for capaz de proteger e fazer valer os seus direitos de propriedade intelectual.

As medidas adotadas para proteger a propriedade intelectual da Companhia podem ser insuficientes para a prevenção contra infrações, acarretando no uso inadequado de seus produtos por terceiros ou fazendo com que a Companhia venha a tentar proteger periodicamente sua propriedade intelectual por meio de processos legais ou administrativos. O uso inadequado de seus produtos por terceiros ou as medidas tomadas para proteger sua propriedade intelectual podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração e equipe tecnológica, o que poderá adversamente afetar os negócios, posição competitiva, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de processos envolvendo eventual violação dos direitos de propriedade intelectual de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia. A Companhia pode ser forçada a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso de patentes ou materiais com direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos produtos da Companhia.

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais a partir de programas do governo e está sujeita à complexidade do sistema tributário brasileiro. Esses incentivos podem ser encerrados ou reduzidos no futuro, o que pode prejudicar os resultados das operações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais relacionados a crédito presumido de ICMS sobre vendas, diferimento de ICMS na importação, redução de 75% do IRPJ sobre as vendas de produtos industrializados na Matriz em Ilhéus/BA e na filial em Salvador/BA (Sudene). A capacidade da Companhia de se beneficiar desses incentivos depende do cumprimento de certas obrigações. O não cumprimento de determinadas obrigações de acordo com as normas aplicáveis e/ou de envio da documentação exigida para a concessão de tais incentivos, poderá implicar a perda do direito aos incentivos ainda não utilizados e a cobrança, pelas autoridades fiscais, do valor correspondente aos tributos não pagos em decorrência dos incentivos já utilizados, acrescidos de multa e de juros previstos na legislação tributária, sem prejuízo de eventuais sanções penais cabíveis, o que poderá afetar adversamente a Companhia. Se houver a expiração, extinção ou cancelamento dos benefícios fiscais atualmente concedidos, a Companhia não poderá garantir que tais benefícios serão renovados ou que a Companhia terá sucesso na obtenção de novos benefícios fiscais em condições igualmente favoráveis. Se tais benefícios não forem renovados, os negócios da Companhia poderão ser adversamente afetados, devido aos questionamentos e as multas fiscais decorrentes.

Podemos sofrer multas e restrições relacionadas à legislação consumerista brasileira.

A legislação de defesa do consumidor do Brasil imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente. Diante desse contexto, cortes judiciais podem adotar posturas favoráveis aos pleitos formulados por consumidores de produtos e serviços oferecidos no mercado. Caso verificadas tais medidas protetivas aos consumidores, as quais não podem ser assumidas como regra absoluta, colocarão o prestador de serviço ou fornecedor de produtos em desvantagem em processos judiciais envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os nossos produtos estavam deteriorados, adulterados, ou não continham informações adequadas, dentre outras. Caso venhamos a ser responsabilizados ou condenados por defeitos, erros ou falhas de nossos produtos (incluindo acidentes) em uma ação judicial, tal decisão poderá ter um efeito material adverso em nosso negócio, nossa reputação, nossa marca, nosso resultado operacional e financeiro e em nosso fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente nossa lucratividade.

Adicionalmente, a apresentação de defesa em uma ação judicial cujo objeto é nossa responsabilidade por defeitos em produtos pode demandar um custo adicional elevado, bem como requerer substancial atenção e tempo de nosso pessoal administrativo e técnico. Ainda, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação a defeitos, erros ou falhas em nossos produtos (incluindo acidentes) e à sua qualidade poderia afetar adversamente a nossa reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como nossa imagem corporativa e de nossas marcas, o que poderia causar um efeito adverso relevante em nossos negócios e situação financeira.

Ainda, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, consequentemente, nossas vendas e nossa reputação, o que pode impactar adversamente os nossos resultados e a nossa situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPCe normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

(i) riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Riscos políticos e econômicos nas regiões e países para os quais exportamos produtos e dos quais adquirimos matérias primas para a nossa produção podem limitar a lucratividade de nossas operações e nossa capacidade de executar a nossa estratégia.

As vendas no mercado externo representaram 2,7% de nossa receita líquida realizadas na Colômbia, EUA e Panamá em 31 de dezembro de 2022, 3,0% em 31 de dezembro de 2023 e 7,2% em 31 de dezembro de 2024. Uma vez que importamos matérias primas de diferentes países, estamos sujeitos a uma série de situações que podem afetar nosso resultado financeiro adversamente. Nas regiões onde comercializamos produtos e de onde importamos matérias primas, existe uma variedade de riscos, como por exemplo:

Instabilidade governamental;

Riscos e conflitos geopolíticos (incluindo guerra, atos de terrorismo e conflitos civis); Câmbio fixo e controle de preços;

Imposição de restrições às exportações dos produtos ou às importações de matérias primas necessárias à produção (incluindo embargos de países em que a Companhia possui atividades de distribuição);

Flutuação de moedas locais contra o real;

Nacionalização das propriedades;

Aumento das tarifas de exportações e impostos sobre os produtos;

Mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Como consequência desses fatores, o resultado operacional e as condições financeiras das operações nas regiões onde a Companhia tem distribuição e/ou de onde as matérias primas são importadas podem ser negativamente afetados e pode haver, no futuro, significativa variação das receitas. Não é possível precisar o impacto dessas mudanças na nossa capacidade de entregar nossos projetos e executar nossa estratégia, podendo, portanto, representar um impacto negativo sobre nossas operações e nosso resultado financeiro.

A maior parte das operações da Companhia está em mercados emergentes. Os resultados operacionais da Companhia, atuais e futuros, bem como a sua condição financeira dependem

4.1 Descrição dos fatores de risco

das condições econômicas nos países onde a Companhia opera e qualquer deterioração nas condições econômicas poderá prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

A maior parte das operações da Companhia está localizada na América Latina. Em 31 de dezembro de 2024, 98,4% da receita líquida da Companhia foi gerada a partir de suas operações na América Latina, do qual o Brasil representou 92,8% e Colômbia, 5,6%. Em 31 de dezembro de 2023, 96,7% da receita líquida da Companhia foi gerada a partir de suas operações na América Latina, do qual o Brasil representou 94,1%, a Colômbia, 2,5% e o Panamá 0,1%. Em 31 de dezembro de 2022, 99,5% da receita líquida da Companhia foi gerada a partir de suas operações na América Latina, do qual o Brasil representou 97,3%, a Colômbia, 2,0% e o Panamá 0,2%. Os países na América Latina têm vivenciado períodos de instabilidade econômica e política nos últimos anos. Ocorrências no cenário macroeconômico nesses países podem ocasionar desaceleração econômica, o que pode afetar as decisões de contratação de prestadores de serviços e a procura pelos produtos por nós oferecidos, com potencial redução da quantidade de clientes.

Os riscos de realizar negócios internacionalmente, incluem, inclusive, tendências de mercado, ambiente de negócios ou regulamentação, entre outros: (i) dificuldades e custos associados ao cumprimento de uma variedade de leis, regulamentos e tratados, nacionais e estrangeiros;

(ii) mudanças nos requisitos legislativos ou regulatórios; (iii) controles de preço e câmbio; (iv) instabilidade política, incluindo nacionalização e expropriação; (v) restrições comerciais, incluindo atrasos associados a procedimentos de aduana, tarifas e requisitos de licenciamento de importação; (vi) impostos; e (vii) dificuldades na aplicação de direitos de propriedade intelectual. Não se pode assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde operamos ou esperamos operar não gerem aumentos nos custos ou reduzam a demanda pelos produtos por nós oferecidos, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

(j) riscos relacionados a questões socioambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação e regulamentação estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões de qualidade de emissão e gerenciamento ambiental, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar dano ambiental, de modo que o dever de reparar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças, outorgas e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação ou em desacordo com as licenças obtidas, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas (que podem alcançar valores de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). No caso de operação de atividades sem licenças ambientais ou em desacordo com a licença obtida, as multas administrativas podem chegar a R\$ 10.000.00,00 (dez milhões de reais),

4.1 Descrição dos fatores de risco

além do risco de cancelamento ou revogação de licenças e autorizações, publicidade negativa (impacto reputacional), responsabilidade por eventuais danos causados e até na suspensão ou interrupção de atividades, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossa reputação, nossos negócios e nossa situação financeira. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa GEE seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(k) riscos macroeconômicos

Crises econômicas e políticas no Brasil podem ter efeitos adversos relevante sobre os negócios, operações e condição financeira da Companhia, bem como o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

A última eleição presidencial, de governadores, deputados federais e senadores que ocorreu, resultou em significativa volatilidade nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Incertezas com relação a medidas que venham a ser adotadas no futuro pelo Governo Federal brasileiro podem influenciara percepção dos investidores com relação ao risco do Brasil e podem ter um efeito significativo e adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e orientar a condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro de empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro, tampouco os respectivos impactos na economia brasileira e na Companhia.

Adicionalmente, impasses entre o Governo Federal brasileiro e o Congresso Nacional podem gerar incertezas com relação à implementação, pelo Governo Federal brasileiro, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, incluindo a legislação aplicável, o que pode

4.1 Descrição dos fatores de risco

contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

Em 1º de janeiro de 2023, o novo governo tomou posse e o Presidente Lula assumiu o poder. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às ações da Companhia.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. A incerteza sobre se o Governo Federal brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Desta forma, não podemos estimar completamente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em nossos negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode nos afetar adversamente, assim como aos nossos valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os nossos negócios.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os nossos negócios e resultado operacional.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os nossos, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das nossas ações.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes, como o comprometimento da capacidade de pagamento de clientes do sistema bancário, teriam impacto direto sobre o nosso negócio.

A inflação e as medidas do Governo Federal para controlar a inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e nos afetar de maneira adversa.

O Brasil experimentou em passado recente, taxas de inflação extremamente altas e, em consequência, seguiu políticas monetárias que contribuíram para uma das maiores taxas de juros real do mundo. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos

4.1 Descrição dos fatores de risco

significativos sobre a economia brasileira e os nossos negócios. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósitos compulsórios podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos da taxa de juros, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, foram de 3,75%, 4,31%, 4,52%, 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83 respectivamente. A partir de 2024, em virtude de um ambiente de maior pressão com relação a inflação, o Banco Central vem optando por aumentar as taxas de juros.

As pressões inflacionárias podem resultar em intervenções governamentais na economia, incluindo políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que poderia, por sua vez, afetar adversamente operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão. A inflação, as medidas para conter a inflação e a especulação sobre medidas potenciais também podem contribuir para uma incerteza significativa em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores. Caso o Brasil experimente inflações ou deflações substanciais no futuro, a Companhia e sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras podem ser adversamente afetadas. Tais pressões também podem afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros internacionais e resultar em políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus clientes com o fim de compensar os impactos da inflação em seus custos e despesas, resultando em aumento de seus custos e despesas e redução de suas margens de lucro e lucro líquido.

A inflação também pode aumentar os nossos custos e despesas, e podemos não ser capazes de transferir tais custos aos clientes, reduzindo assim as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Além disso, índices inflacionários elevados geralmente aumentam as taxas de juros domésticas e, portanto, o serviço da dívida da parcela em reais da nossa dívida, que é indexada a taxas flutuantes, também pode aumentar, e com isso, o nosso resultado pode ser afetado. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros domésticas poderiam, ainda, reduzir a liquidez nos mercados de capital e financeiro domésticos, o que afetaria a capacidade de refinanciar o nosso endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também pode nos afetar indiretamente, pois os nossos clientes também podem ser afetados e ter sua capacidade financeira reduzida. Qualquer redução em nossas vendas líquidas ou lucro líquido, bem como qualquer redução no nosso desempenho financeiro podem afetar o preço de negociação de nossos valores mobiliários. Os nossos clientes e fornecedores podem ser afetados por altas taxas de inflação e tais efeitos podem afetar adversamente os nossos negócios.

A piora de condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições

4.1 Descrição dos fatores de risco

econômicas na Europa, na China e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes pode afetar negativamente a economia brasileira e, por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente promove modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, historicamente implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de mercado das nossas ações podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas decrescimento do PIB;
- inflação;
- política fiscal e monetária;
- políticas sanitárias;
- disponibilidade de crédito;
- controle de importações e exportações;
- taxas de juros;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros, de capitais e creditícios domésticos;
- instabilidade econômica, social e política;
- alterações de leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
- alteração na legislação tributária;
- reduções de salários e níveis econômicos;
- aumentos das taxas de desemprego;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- greves internas e normas trabalhistas;
- greves em portos, alfândegas, aeroportos e autoridades fiscais;
- alterações pertinentes ao setor de transporte, inclusive de normas;
- escassez ou racionamento de energia e água;
- instabilidade de preços;
- movimentos de taxas de câmbio e controle cambial e restrições a remessa ao exterior; e
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham ao correr no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode impactar o desempenho econômico, contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro e dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das nossas ações.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco Fitch.

Em dezembro de 2023, a agência Standard & Poor's (S&P) elevou o rating de crédito soberano do Brasil de BB- para BB, mantendo a perspectiva estável. A decisão foi influenciada pela aprovação da reforma tributária e pela expectativa de que o país mantenha uma posição externa sólida, sustentada pela produção de commodities e necessidades limitadas de financiamento externo.

Em outubro de 2024, a Moody's elevou o rating do Brasil de Ba2 para Ba1, com perspectiva positiva. A agência destacou melhorias significativas no perfil de crédito do país, impulsionadas por um crescimento econômico mais robusto e avanços em reformas estruturais. A Moody's também observou que, na ausência de choques, a aderência ao novo arcabouço fiscal permitirá a estabilização da dívida pública em torno de 82% do PIB no médio prazo.

A Fitch Ratings, por sua vez, manteve o rating do Brasil em BB, com perspectiva estável. A agência reconheceu o desempenho econômico acima do esperado, mas expressou preocupações com as finanças públicas, prevendo um aumento do déficit primário para 1% do PIB em 2025 e uma elevação da dívida bruta para 83,9% do PIB até 2026. A Fitch também alertou que, apesar dos esforços do governo, a falta de reformas estruturais pode limitar melhorias adicionais no rating.

O Brasil continua enfrentando desafios fiscais, com déficits persistentes e uma dívida pública elevada. Apesar disso, o país tem mostrado resiliência econômica, impulsionada por reformas recentes e um mercado interno robusto. As agências de rating monitoram de perto a

4.1 Descrição dos fatores de risco

implementação de políticas fiscais sustentáveis e o compromisso do governo com a consolidação fiscal.

A manutenção ou melhoria dos ratings de crédito soberano dependerá da capacidade do Brasil de implementar reformas estruturais eficazes, controlar o crescimento da dívida pública e promover um ambiente político estável. Investidores e analistas continuarão atentos às ações do governo e às condições econômicas globais que possam impactar o perfil de crédito do país. Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira tem sido historicamente volátil, sofrendo frequentes desvalorizações nas últimas três décadas. Desde 1999, o Banco Central do Brasil permite a livre flutuação da taxa de câmbio no Brasil, tendo o Real, no período, experimentado frequentes e significativas variações sem relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Ao longo desse período, o Governo Federal brasileiro implementou uma série de planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados cambiais duplos e sistema de câmbio flutuante. A desvalorização do Real ocorrida em períodos menores resultou em variações significativas da taxa de câmbio entre o Real, dólar norte-americano e outras moedas. A Companhia não pode prever se o Banco Central do Brasil ou o Governo Federal brasileiro continuará a permitir que o Real flutue livremente ou intervirá no mercado cambial, retornando ao sistema de banda cambial ou outro. O Real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar norte-americano. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, caso ocorra um desbalanceamento grave na balança de pagamentos brasileira ou haja razões substanciais que prevejam um desbalanceamento grave, podem ser impostas restrições temporárias com relação a remessas de recursos ao exterior. A Companhia não pode prever que tais medidas serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro no futuro.

Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de câmbio (venda) entre o real e o dólar norte-americano foi de R\$6,1923, representando uma desvalorização de 27,9% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2023, que era de R\$4,8407. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio (venda) entre o real e o dólar norte-americano foi de R\$4,8407, uma desvalorização de 7,2% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2022, que era de R\$5,2171. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio (venda) entre o real e o dólar norte-americano foi de R\$5,2171, uma valorização de 6,5% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2021, que era de R\$5,5805.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política

4.1 Descrição dos fatores de risco

cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O nosso negócio, a nossa situação financeira, os nossos resultados operacionais e as nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

A Companhia está exposta à flutuação do dólar e de outras moedas estrangeiras em suas operações, o que pode acarretar em aumento de custos em decorrência da importação de produtos e de juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

As operações de exportação nos expõem a riscos relacionados a flutuações de moeda, bem como a riscos políticos e econômicos em outros países.

Os riscos atrelados as operações de nossas exportações incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos, incluindo, sem se limitar, a Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior; (vi) altas alíquotas de tributos e/ou ganhos que poderão estar sujeitos a exigências de retenção e aumento de tributos incidentes sobre o repatriamento; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (viii) situações de guerras, ações terroristas, dentre outros. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo relevante sobre os nossos resultados operacionais e a nossa capacidade de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

Mudanças nas políticas fiscais e legislação tributária podem afetar adversamente a Companhia.

O Governo Federal brasileiro tem frequentemente implementado e pode continuar implementando mudanças em suas políticas fiscais, incluindo alterações de alíquotas, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, recolhimento de contribuições temporárias. Algumas dessas medidas podem resultar em aumentos de tributos que podem afetar negativamente os negócios da Companhia, como a redução ou eliminação de isenções de tributos sobre lucros e dividendos. Aumentos de tributos também podem impactar material e adversamente a rentabilidade do setor e os preços dos serviços da Companhia, restringir a capacidade da Companhia de realizar negócios em seus atuais e futuros mercados e impactar negativamente seus resultados financeiros, o que pode afetá-la adversamente, caso não seja capaz de repassar integralmente aos seus clientes por meio dos preços que cobra por seus produtos e serviços os custos adicionais associados a tais mudanças na política fiscal.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal ou de autoridades fiscais estaduais e municipais de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que seus procedimentos e processos serão corretos, nem que manterá ou constituirá provisionamentos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, seus resultados operacionais e a sua condição financeira. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio,

4.1 Descrição dos fatores de risco

reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), pode afetar negativamente a Companhia.

Ineficiências ou a incapacidade do governo brasileiro de implementar reformas críticas para aprimorar o sistema tributário e previdenciário brasileiro, a legislação trabalhista e outras áreas-chave para a vitalidade macroeconômica brasileira podem afetar adversamente a Companhia.

A concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito.

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil, ao final de 2024, os quatro maiores bancos do país — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Bradesco — concentravam 57,1% dos depósitos totais do sistema financeiro, uma redução em relação aos 57,9% registrados em 2023. Em termos de operações de crédito, esses bancos detinham 57,9% do mercado em 2024, um leve aumento em comparação aos 57,8% do ano anterior.

Embora haja uma tendência de desconcentração nos depósitos, a concentração nas operações de crédito permanece elevada, especialmente em segmentos como financiamentos rurais, habitacionais e de infraestrutura. Esse nível de concentração pode afetar a concorrência, influenciando taxas bancárias e outros preços. Além disso, eventuais problemas de relacionamento com qualquer uma dessas instituições financeiras pode impactar a capacidade de financiamento da empresa.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1- O endividamento da Companhia pode afetar sua capacidade de crescimento.

O crescimento da Companhia depende de investimentos relevantes financiados, em parte, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo da Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2022 somaram R\$785.887mil, em 31 de dezembro de 2023 somaram R\$ 590.350 mil e em 31 de dezembro de 2024 somaram R\$ 589.664 mil.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (covenants) previstas em determinados contratos financeiros de que é parte que limitam a capacidade de obter novos financiamentos ou refinar o endividamento existente. Além disso, os contratos contêm restrições a novas captações em certas condições, como por exemplo, no caso de as referidas captações impossibilitarem a manutenção pela Companhia de certos índices financeiros estabelecidos contratualmente.

Dessa forma, a Companhia poderá não ser capaz de contrair novas dívidas para financiar sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital sem a prévia autorização de seus atuais credores ou poderá ser obrigada a pagar antecipadamente determinados empréstimos e financiamentos atualmente contratados, o que poderá afetar sua capacidade de crescimento.

Caso a Companhia não seja capaz de atender os referidos covenants em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, pode vir a ocorrer o vencimento antecipado de seus contratos, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em outros contratos, o que pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e em sua situação financeira.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, ver Seção 2 deste Formulário de Referência.

2- A Companhia depende dos sistemas de transportes e infraestrutura, nacionais e internacionais, para importação e entrega dos produtos aos clientes. Eventos relacionados a estes fatores podem resultar em atrasos e riscos de entrega.

O sucesso da operação da Companhia está atrelado, dentre outros fatores, à sua capacidade de gerenciar a logística envolvida na comercialização dos produtos. Dessa forma, várias etapas da operação da Companhia (incluindo a compra de matéria prima, a importação de produtos, a venda de produtos) dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, o que inclui portos, aeroportos, rodovias e demais meios de transporte utilizados pela Companhia e por seus prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta muitos problemas que dificultam um funcionamento eficiente, incluindo o elevado custo da mão-de-obra especializada, a saturação e a falta de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura portuária e aeroportuária, a elevada carga tributária incidente sobre essas operações e o precário estado de conservação viária e da frota de transportes. Além disso, destacam-se como obstáculos as constantes interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde atuamos, resultantes, por exemplo, de desastres naturais,

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes (a exemplo da paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), restrição de circulação de bens ou outras causas inesperadas que podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de comercializar os nossos produtos e serviços, bem como ocasionar queda em nossas vendas e perda de clientes existentes, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

A Companhia possui dependência relevante de uma ampla estrutura logística internacional, utilizada para os processos de importação dos produtos e insumos que compõem as suas soluções, incluindo armadores, armazenagem portuária, entre outros.

Dessa forma, quaisquer eventos adversos, interrupções ou reduções significativas nos serviços prestados no funcionamento das infraestruturas de transporte internacional, como redução da frota de armadores e escassez de contêineres, podem igualmente atrasar ou impedir a entrega dos produtos e serviços comercializados pela Companhia, afetando adversa e negativamente os nossos negócios, resultados e condição financeira.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mau funcionamento de seus produtos, que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos.

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo, mas não se limitando a: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; e (viii) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los, ou mesmo a impossibilidade de corrigi-los tempestivamente, podem afetar adversamente a nossa reputação, os nossos resultados e a nossa condição financeira.

3- Riscos macroeconômicos

Crises econômicas e políticas no Brasil podem ter efeitos adversos relevante sobre os negócios, operações e condição financeira da Companhia, bem como o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

A última eleição presidencial, de governadores, deputados federais e senadores que ocorreu, resultou em significativa volatilidade nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Incertezas com relação a medidas que venham a ser adotadas no futuro pelo Governo Federal brasileiro podem influenciara percepção dos investidores com relação ao risco do Brasil e podem ter um efeito significativo e adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e orientar a condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro de empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro, tampouco os respectivos impactos na economia brasileira e na Companhia.

Adicionalmente, impasses entre o Governo Federal brasileiro e o Congresso Nacional podem gerar incertezas com relação à implementação, pelo Governo Federal brasileiro, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, incluindo a legislação aplicável, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

Em 1º de janeiro de 2023, o novo governo tomou posse e o Presidente Lula assumiu o poder. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às ações da Companhia.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. A incerteza sobre se o Governo Federal brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Desta forma, não podemos estimar completamente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em nossos negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode nos afetar adversamente, assim como aos nossos valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os nossos negócios.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os nossos negócios e resultado operacional.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os nossos, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das nossas ações.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes, como o comprometimento da

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

capacidade de pagamento de clientes do sistema bancário, teriam impacto direto sobre o nosso negócio.

A inflação e as medidas do Governo Federal para controlar a inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e nos afetar de maneira adversa.

O Brasil experimentou em passado recente, taxas de inflação extremamente altas e, em consequência, seguiu políticas monetárias que contribuíram para uma das maiores taxas de juros real do mundo. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e os nossos negócios. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósitos compulsórios podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, conseqüentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos da taxa de juros, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, foram de 3,75%, 4,31%, 4,52%, 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83 respectivamente. A partir de 2024, em virtude de um ambiente de maior pressão com relação a inflação, o Banco Central vem optando por aumentar as taxas de juros.

As pressões inflacionárias podem resultar em intervenções governamentais na economia, incluindo políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que poderia, por sua vez, afetar adversamente operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão. A inflação, as medidas para conter a inflação e a especulação sobre medidas potenciais também podem contribuir para uma incerteza significativa em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores. Caso o Brasil experimente inflações ou deflações substanciais no futuro, a Companhia e sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras podem ser adversamente afetadas. Tais pressões também podem afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros internacionais e resultar em políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus clientes com o fim de compensar os impactos da inflação em seus custos e despesas, resultando em aumento de seus custos e despesas e redução de suas margens de lucro e lucro líquido.

A inflação também pode aumentar os nossos custos e despesas, e podemos não ser capazes de transferir tais custos aos clientes, reduzindo assim as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Além disso, índices inflacionários elevados geralmente aumentam as taxas de juros domésticas e, portanto, o serviço da dívida da parcela em reais da nossa dívida, que é indexada a taxas flutuantes, também pode aumentar, e com isso, o nosso resultado pode ser afetado. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros domésticas poderiam, ainda, reduzir a liquidez nos mercados de capital e financeiro domésticos, o que afetaria a capacidade de refinanciar o nosso endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também pode nos afetar indiretamente, pois os nossos clientes também podem ser afetados e ter sua capacidade financeira reduzida. Qualquer redução em nossas vendas líquidas ou lucro líquido, bem como qualquer redução no nosso desempenho financeiro podem afetar o preço de negociação de

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

nossos valores mobiliários. Os nossos clientes e fornecedores podem ser afetados por altas taxas de inflação e tais efeitos podem afetar adversamente os nossos negócios.

A piora de condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições econômicas na Europa, na China e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes pode afetar negativamente a economia brasileira e, por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente promove modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, historicamente implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de mercado das nossas ações podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas decrescimento do PIB;
- inflação;
- política fiscal e monetária;
- políticas sanitárias;
- disponibilidade de crédito;
- controle de importações e exportações;
- taxas de juros;

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros, de capitais e creditícios domésticos;
- instabilidade econômica, social e política;
- alterações de leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
- alteração na legislação tributária;
- reduções de salários e níveis econômicos;
- aumentos das taxas de desemprego;
- greves internas e normas trabalhistas;
- greves em portos, alfândegas, aeroportos e autoridades fiscais;
- alterações pertinentes ao setor de transporte, inclusive de normas;
- escassez ou racionamento de energia e água;
- instabilidade de preços;
- movimentos de taxas de câmbio e controle cambial e restrições a remessa ao exterior; e
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham ao correr no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode impactar o desempenho econômico, contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro e dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das nossas ações.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco Fitch.

Em dezembro de 2023, a agência Standard & Poor's (S&P) elevou o rating de crédito soberano do Brasil de BB- para BB, mantendo a perspectiva estável. A decisão foi influenciada pela aprovação da reforma tributária e pela expectativa de que o país mantenha uma posição externa sólida, sustentada pela produção de commodities e necessidades limitadas de financiamento externo.

Em outubro de 2024, a Moody's elevou o rating do Brasil de Ba2 para Ba1, com perspectiva positiva. A agência destacou melhorias significativas no perfil de crédito do país, impulsionadas por um crescimento econômico mais robusto e avanços em reformas estruturais. A Moody's também observou que, na ausência de choques, a aderência ao novo arcabouço fiscal permitirá a estabilização da dívida pública em torno de 82% do PIB no médio prazo.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A Fitch Ratings, por sua vez, manteve o rating do Brasil em BB, com perspectiva estável. A agência reconheceu o desempenho econômico acima do esperado, mas expressou preocupações com as finanças públicas, prevendo um aumento do déficit primário para 1% do PIB em 2025 e uma elevação da dívida bruta para 83,9% do PIB até 2026. A Fitch também alertou que, apesar dos esforços do governo, a falta de reformas estruturais pode limitar melhorias adicionais no rating.

O Brasil continua enfrentando desafios fiscais, com déficits persistentes e uma dívida pública elevada. Apesar disso, o país tem mostrado resiliência econômica, impulsionada por reformas recentes e um mercado interno robusto. As agências de rating monitoram de perto a implementação de políticas fiscais sustentáveis e o compromisso do governo com a consolidação fiscal.

A manutenção ou melhoria dos ratings de crédito soberano dependerá da capacidade do Brasil de implementar reformas estruturais eficazes, controlar o crescimento da dívida pública e promover um ambiente político estável. Investidores e analistas continuarão atentos às ações do governo e às condições econômicas globais que possam impactar o perfil de crédito do país. Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos.

4- Mudanças nas políticas fiscais e legislação tributária podem afetar adversamente a Companhia

O Governo Federal brasileiro tem frequentemente implementado e pode continuar implementando mudanças em suas políticas fiscais, incluindo alterações de alíquotas, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, recolhimento de contribuições temporárias. Algumas dessas medidas podem resultar em aumentos de tributos que podem afetar negativamente os negócios da Companhia, como a redução ou eliminação de isenções de tributos sobre lucros e dividendos. Aumentos de tributos também podem impactar material e adversamente a rentabilidade do setor e os preços dos serviços da Companhia, restringir a capacidade da Companhia de realizar negócios em seus atuais e futuros mercados e impactar negativamente seus resultados financeiros, o que pode afetá-la adversamente, caso não seja capaz de repassar integralmente aos seus clientes por meio dos preços que cobra por seus produtos e serviços os custos adicionais associados a tais mudanças na política fiscal.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal ou de autoridades fiscais estaduais e municipais de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que seus procedimentos e processos serão corretos, nem que manterá ou constituirá provisionamentos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, seus resultados operacionais e a sua condição financeira. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), pode afetar negativamente a Companhia.

Ineficiências ou a incapacidade do governo brasileiro de implementar reformas críticas para aprimorar o sistema tributário e previdenciário brasileiro, a legislação trabalhista e outras áreas-chave para a vitalidade macroeconômica brasileira podem afetar adversamente a Companhia.

5- Concorremos com empresas de soluções tecnológicas nacionais e internacionais, bem como fabricantes de produtos e soluções tecnológicas

Conforme descrito na Seção 1 deste Formulário de Referência a nossa atividade comercial pode ser dividida nas seguintes unidades de negócios: (i) telecom e (ii) enterprise. Dessa forma, a abrangência da nossa atividade empresarial nos expõe a ambientes de competição em diferentes frentes de atuação, o que pode dificultar a nossa estratégia de expansão e manutenção de mercado (market share).

Os nossos concorrentes são dos mais variados portes, desde pequenas empresas a grandes multinacionais com tradição de mercado, amplo portfólio e alta capilaridade. Caso qualquer de nossos concorrentes lance no mercado algum produto ou serviço disruptivo, nossas vendas poderão ser adversamente afetadas, impactando os nossos negócios, os nossos resultados e a nossa situação financeira. Ainda, a nossa participação de mercado poderá ser reduzida caso não consigamos nos manter competitivos. Um aumento no nível de competição no setor em que atuamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais pode limitar nossa capacidade de crescimento e pressionar para baixo os preços de nossos produtos e serviços, reduzindo nossas receitas e afetando adversamente nosso negócio, margem de lucro, resultados e fluxo de caixa.

Caso sociedades estrangeiras que desenvolvem atividades empresariais semelhantes às nossas passem a atuar no mercado local, a nossa concorrência poderá aumentar, o que poderá impactar as nossas vendas, as nossas operações e os nossos resultados.

Ainda, caso qualquer fornecedor passe a vender os produtos que comercializamos diretamente a nossos clientes, poderemos ser adversamente afetados, visto que perderemos a comercialização dos produtos desse fornecedor e precisaremos substituí-lo por outro fornecedor que atenda a demanda de nossos clientes.

Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos ou caso não consigamos responder adequadamente as estratégias de nossos concorrentes atuais ou daqueles que vierem a se tornar nossos concorrentes no futuro, poderemos ter a nossa participação reduzida em um ou mais mercados, o que consequentemente reduzirá nossas receitas e criará uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam os seguintes tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, de ações, entre outros. A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como impactem a demanda por nossos serviços. A Companhia contrata empréstimo e financiamentos junto a instituições financeiras no Brasil, fazendo frente às suas necessidades de caixa para investimentos e seu crescimento. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em Certificado de Depósito Interbancário CDI.

Em 31 de dezembro de 2024, nossa dívida bruta, representada pelo total de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), somados a arrendamentos mercantis, era de R\$589.664 mil, atrelada a CDI, conforme detalhado abaixo:

(valores expressos em milhares de R\$)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	580.037	573.546
Arrendamentos Mercantis	10.376	11.530
Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	-749	5.274
Total	589.664	590.350

Qualquer aumento nestes indicadores poderá gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras, resultados operacionais e o valor de nossas ações.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez se materializa com a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros, em função dos diferentes prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. Pode ser definido pela possibilidade de não cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, salários a pagar, tributos e encargos sociais a recolher, empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos.

A soma do passivo circulante e do não circulante era de R\$789.589 mil em 31 de dezembro de 2024 e de R\$717.940 mil em 31 de dezembro de 2023.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma do ativo circulante e não circulante, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante era de 1,84 em 31 de dezembro de 2024 e 1,88 em 31 de dezembro de 2023.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de Gestão de Capital

O risco de gestão do capital advém da possibilidade da Companhia não conseguir assegurar uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida.

A atual estrutura de capital da Companhia está detalhada abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
(+) Empréstimos e Financiamentos	580.037	573.546
(+) Arrendamentos Mercantis	10.376	11.530
(+) Duplicatas descontadas		
(+/-) Instrumentos financeiros (SWAP)	-749	5.274
Dívida Bruta	589.664	590.350
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-102.030	-101.959
(-) Investimentos de curto prazo		
Dívida líquida (A)	487.634	488.847
Patrimônio líquido (B)	665.846	635.111
Patrimônio Líquido e dívida líquida (A + B)	1.153.480	1.136.641
Índice de alavancagem financeira (A) / (A + B)	0,4228	0,4301

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como substitutos para o fluxo de caixa, bem como não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a soma de empréstimos e financiamentos bancários (passivo circulante e não-circulante), bem como de instrumentos financeiros derivativos líquidos (ativo circulante e não circulante; passivo circulante não-circulante), mútuo com partes relacionadas (passivo circulante), e duplicatas descontadas (passivo circulante); A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Bruta, menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante), e títulos e valores mobiliários (ativo circulante) Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação no CDI, indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras CDB Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes. Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação de 2,75%.

Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (I e II). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário I) e de 50% (cenário II cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado (Valores em R\$/mil)		Projeção Receitas/(Despesas) Financeiras					
Aplicações Financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	2024	Cenário I		Cenário Provável	Cenário III	
			-50%	-25%		25%	50%
Caixa e Equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo	CDI	102.047	-	-	0	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures:							
Banco do Brasil	CDI	(50.000)	272	408	544	680	815
Banco Itaú Unibanco	CDI	(494.338)	8.016	12.025	16.033	20.041	24.049
Banco Votorantim	CDI	(7.666)	103	154	205	257	308
Banco BBM Bocom	CDI	-	(7)	(11)	(14)	(18)	(21)
Banco Citi	CDI	(1.093)	45	68	90	113	136
Operações Vendor		(26.940)	-	-	-	-	-
SWAP - Votorantim (*)	Dólar / CDI	(749)	(375)	(562)	(749)	(937)	(1.124)
Subtotal		(580.786)	8.054	12.082	16.109	20.136	24.163
Cenários de Variações de Indexadores:							
(i) Dólar		6,1917	3,0959	4,6438	6,1917	7,7396	9,2876
(ii) Euro		6,4344	3,2172	4,8258	6,4344	8,0430	9,8516
(iii) CDI		43,07%	21,54%	32,30%	43,07%	53,84%	64,61%
(iv) SOFR		5,32%	2,66%	3,99%	5,32%	6,65%	7,98%

(*) As operações de empréstimos em moeda estrangeira possuem proteção (~~hedge~~) contratados junto aos mesmos bancos através de ~~swap~~ cambial.

Fontes: Fontes: (i) ~~EU~~ Dólar/Euro - PTAX Banco Central do Brasil; (ii) ~~EU~~ CDI - Banco Central do Brasil; (iv) ~~EU~~ SOFR.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas figuram como partes em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam como parte, no polo passivo, de 1 processo classificado como chance de perda provável, no montante aproximado de R\$ 155.045,00.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam como parte, no polo passivo, em 11 processos classificados como chance de perda possível, sendo considerado o montante de aproximadamente R\$ 4,9 milhão para tais processos.

No entanto, não há processos a serem descritos no presente item do Formulário de Referência, considerando que o potencial impacto dos processos que nós e/ou nossas controladas estamos envolvidos não é relevante ao nosso patrimônio, à nossa capacidade financeira ou aos nossos negócios. Foram considerados relevantes, para a preparação deste item, processos judiciais ou administrativos cujo impacto financeiro à nossa Companhia seria igual ou superior a R\$ 20 mil, além de processos judiciais ou administrativos que poderiam representar um impacto relevante em nossa imagem ou reputação ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão, independentemente de seu valor.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Item não aplicável tendo em vista que não foram descritos processos no item 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas figuram como parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Devido a intenção de abertura de capital, a Companhia elaborou uma Política de Gerenciamento de Riscos, que foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021 (“Política de Gestão de Riscos”).

A Política de Gestão de Riscos é aplicável à Companhia e suas controladas. O documento define os riscos aos quais a Companhia está exposta e define medidas que viabilizam o seu gerenciamento. Dentre as medidas, a Companhia se compromete a atualizar no mínimo anualmente a Matriz de Riscos por ocasião da revisão de planejamento estratégico da Companhia e com o surgimento de eventos de riscos emergentes.

Além disso, a Política de Gestão de Riscos formaliza as estratégias a serem adotadas em resposta à identificação de eventuais riscos, sendo estabelecidas as hipóteses em que devem ser adotadas as seguintes medidas:

- eliminar o risco;
- transferir o risco;
- reduzir/gerir o risco;
- aceitar o risco.

Para a definição de qual das medidas será tomada, a Companhia deve avaliar o limite (ou apetite) do risco de acordo com a metodologia pré-estabelecida na Política de Gestão de Riscos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento de seus objetivos. As diretrizes adotadas pela Companhia para o gerenciamento de riscos consideram que toda e qualquer decisão envolve determinado grau de risco. O objetivo da Companhia é entender os riscos aos quais está exposta, avaliar e definir ações de resposta para que as perdas sejam reduzidas e previstas. Os riscos são, portanto, um dos fatores a ser considerado no processo de decisão da Companhia em seus mais diversos níveis.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos listados no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados em quatro principais grupos:

Riscos Estratégicos: aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de inovação tecnológica e aumento dos números da Companhia. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos Operacionais: aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, compras, produção, marketing, comercial, vendas; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.

Riscos Financeiros: aqueles decorrentes da possibilidade de perdas em razão do comportamento das taxas de juros, variação cambial e dos preços das ações, assim como aqueles decorrentes da possibilidade de perdas resultantes de incerteza no recebimento por parte dos clientes, quanto ao recebimento de valores programados em empréstimos e contratos.

Riscos de Conformidade: São os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

Riscos Socioambientais: são os riscos de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

Risco de Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

A Matriz de Riscos da Companhia compreende os principais riscos constantes das categorias acima, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia. Dentre esses riscos, a Companhia destaca o Risco Operacional (Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços) sendo o de maior criticidade.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota como modelo de gestão dos riscos o COSO-ERM (Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission) “COSO ERM”, o qual conta com as seguintes etapas:

- Identificação dos riscos: Identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- Avaliação: Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados;
- Proposta de Limites: nível de risco que os acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor;
- Plano de ação: Conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

Para a avaliação dos riscos, a Companhia definiu uma metodologia por meio da qual realiza a análise da exposição e/ou o impacto dos riscos e avalia se está disposta a aceitá-lo. Essa avaliação considera os seguintes fatores:

- avaliação do retorno tangível e intangível relacionado ao limite de risco proposto;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- capacidade da Companhia de suportar o impacto do limite de risco proposto;
- decisão se o risco deve ou não ser aceito conforme sua tipologia;
- viabilidade da implantação das iniciativas de mitigação (custo e esforço) versus efeito na mitigação do risco e respectivo retorno;
- disponibilidade de recursos (investimento e esforço) para implantação.

A partir da classificação do risco, a Companhia pode decidir por:

- eliminar totalmente o risco, protegendo os objetivos da Companhia dos impactos associados ao risco;
- transferir o risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades;
- reduzir parcialmente a exposição ou adotar ações pontuais visando minimizar potenciais impactos;
- assumir os impactos potenciais do risco e respectivas oportunidades.

Para os riscos classificados como de maior criticidade, são exemplos de algumas das medidas mitigadoras adotadas pela Companhia:

- Fator de risco Pessoas: adequado processo de seleção e recrutamento, ações de treinamento, existência de Código de Ética e Normas de Conduta, política adequada de reconhecimento e remuneração;
- Fator de risco Processos: definição dos procedimentos e implantação de controles internos, formalização dos processos operacionais, manutenção contínua destes;
- Fator de risco Sistemas: implantação de controles de acesso (físicos e lógicos), instalação de programas antivírus, back-up periódico de dados, política de uso de equipamentos móveis, internet, e-mail e backup de infraestrutura de conexão de internet; e
- Fator de risco Eventos Externos: implantação de plano de continuidade de negócios, com definição dos processos críticos.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia segue o modelo de “Três Linhas de Defesa”, de forma que o gerenciamento de riscos da Companhia é realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito abaixo:

Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras atribuições:

- (a) acompanhar as atividades da área de auditoria interna da Companhia e da área de gerenciamento de Riscos da Companhia; e
- (b) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- (a) aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentados pela Diretoria;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(b) fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;

(c) avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e

(d) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos.

Compete à Diretoria da Companhia, dentre outras atribuições:

(a) desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos Riscos;

(b) definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de Riscos dentro da Companhia;

(c) definir, em conjunto com a área de gestão de Risco, os planos de ação para mitigação dos Riscos;

(d) supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e

(e) disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia.

Compete à auditoria interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

(a) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;

(b) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;

(c) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e

(d) propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

Compete à área de gerenciamento de riscos da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para a Diretoria

(a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco;

(b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;

(c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;

(d) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;

(e) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(f) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;

(g) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

(h) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;

(i) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

(j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e

(k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos.

A área de gerenciamento de riscos será vinculada à Diretoria a ser designada pelo Diretor-Presidente, e suas atividades serão reportadas e acompanhadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Os membros da área de gerenciamento de Riscos não podem acumular funções com atividades operacionais.

Compete aos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

(a) identificar e gerenciar os Riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os Limites de Riscos;

(b) comunicar, tempestivamente, à área de gerenciamento de Riscos da Companhia, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos Limites de Risco; e

(c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

No contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado, em 16 de fevereiro de 2021, a administração da Companhia aprovou a implementação da atual estrutura de gerenciamento de riscos.

Adicionalmente, a Companhia informa que contratou a sociedade Grant Thornton Auditores Independentes, inscrita no CNPJ nº 10.830.108/0001-65, registrada na CVM sob o código 01127-4, que desde 15 abril de 2021 vem exercendo as atividades de auditoria interna da Companhia, em conformidade com a prerrogativa estabelecida no artigo 23, parágrafo único, do Regulamento do Novo Mercado.

Para informações sobre os riscos a que estamos expostos em razão da recente implementação na nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, ver fator de risco “Falhas nos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.” no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que a Companhia adota baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de seus objetivos. Para isso, o processo consiste basicamente na avaliação periódica do potencial de impacto e a probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que a Companhia está disposta a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com a gestão de riscos de compliance da Companhia encontram-se detalhados na Seção 5.3 abaixo.

Ademais, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Auditoria deverá elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que será divulgado por nós, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

A Companhia considera suas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao seu porte e à complexidade de suas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional da Companhia é composta por: Área Financeira, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, área de auditoria interna, Área de Compliance e Área de Gerenciamento de Riscos, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

- Área Financeira: é responsável por, dentre outras atribuições, revisar e verificar a consistência dos registros contábeis efetuados e pela elaboração das demonstrações contábeis;
- Área de Compliance: é responsável por, dentre outras atribuições, coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas nos procedimentos de compliance e controles internos da Companhia;
- Área de gerenciamento de Riscos: é responsável por, dentre outras atribuições, (a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco pautado na visão integrada e sistêmica das atividades desenvolvidas pela Companhia e em linha com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração; e (b) monitorar os riscos a que a Companhia está exposta;
- Auditoria Interna: a Auditoria Interna da Companhia, desempenhada por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários, possui as atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração, dentre as quais pode-se destacar (a) revisar e avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais; e (b) determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo tipo de perda; e (c) determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da empresa

5.2 Descrição dos controles internos

- Comitê de Auditoria Estatutário: responsável por, dentre outras atribuições, (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; e (c) elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.
- Conselho de Administração: o Conselho de Administração da Companhia é responsável por, dentre outras atribuições, (a) avaliar a adequação da estrutura de controles internos; (b) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos; (c) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; e (d) aprovar as atribuições e o orçamento próprio da Auditoria Interna, bem como o orçamento próprio do Comitê de Auditoria e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções.

A implementação da atual estrutura de controles internos, foi realizada em 16 de fevereiro de 2021, no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado.

Adicionalmente, a Companhia informa que contratou a sociedade Grant Thornton Auditores Independentes, inscrita no CNPJ nº 10.830.108/0001-65, registrada na CVM sob o código 01127-4, que desde 15 de abril de 2021 vem exercendo as atividades de auditoria interna da Companhia, em conformidade com a prerrogativa estabelecida no artigo 23, parágrafo único, do Regulamento do Novo Mercado.

Para informações sobre os riscos a que estamos expostos em razão da recente implementação na nossa estrutura de controles internos, ver fator de risco Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevisos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração da Companhia é responsável por: (i) estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras, verificar se operações estão em conformidade com as políticas e/ou regras definidas; (ii) monitorar permanentemente o cumprimento às leis, normas e regulamentos, conforme o disposto em nosso Código de Ética e Conduta; e (iii) auxiliar os controles relacionadas às demonstrações financeiras e à gestão.

A estrutura de controles internos mencionada, aliadas às revisões e trabalho conjunto da Diretoria, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da área de auditoria interna e da Área de gerenciamento de Riscos da Companhia, além das aprovações individuais, colegiadas e consolidadas de todos os órgãos envolvidos, asseguram à administração da Companhia que suas demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

Dessa forma, destaca-se, entre as competências da área de auditoria interna da Companhia cita das no item (b) acima, a de aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento

5.2 Descrição dos controles internos

de riscos, controle e governança e apresentar, quando solicitada, sua percepção quanto à exposição dos riscos. Ainda, compete à tal área propor limites para exposição de riscos. No mesmo sentido, a Companhia estabeleceu a gerenciamento de Riscos da Companhia, que tem dentre as suas competências a de avaliar periodicamente a aderência dos controles internos.

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão de assessoramento vinculado ao nosso Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento, de caráter permanente e que avalia o grau de qualidade e efetividade dos controles internos da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Após cada processo de auditoria, a Administração recebe dos auditores independentes carta de recomendação sobre os controles internos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM nº 308-99, e propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

Os auditores externos independentes da Companhia não identificaram, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras consolidadas, deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item (d) acima, não foram identificados pelos auditores externos independentes deficiências significativas sobre os controles internos, e também não havia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 deficiências significativas pendentes de remediação.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Código de Ética realizada em 16 de fevereiro de 2021, com objetivo de formalizar os padrões de conduta que norteiam as relações da Companhia.

O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, e deve ser transmitido, sempre que possível, aos terceiros com os quais se relacionam (incluindo fornecedores, parceiros e clientes). O documento define os valores e princípios básicos da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como:

a relação com terceiros, pessoas politicamente expostas e agentes públicos; confidencialidade das informações;

segurança e responsabilidade socioambiental; conflito de interesses.

Além do Código de Ética, a Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade:

disponibilização de canal de denúncias independente para colaboradores e terceiros; procedimentos de análise previa à contratação de fornecedores, incluindo a análise de certidões e documentação relevante, consulta no CNPJ e Sintegra.

Além disso, os riscos de conformidade são analisados periodicamente pela área de Compliance, Riscos e Controles Internos, sendo que os procedimentos e práticas de integridade são revisados sempre que necessário.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance, Riscos e Controles Internos (que desempenha as funções de Compliance, controles internos e riscos corporativos) é responsável por orientar e esclarecer dúvidas sobre Código de Ética, solucionando eventuais lacunas ou pontos omissos. A área de Compliance, Riscos e Controles Internos também é responsável por, dentre outros:

Implementar o Programa de Integridade e suas respectivas políticas;

Prevenir, detectar e remediar os atos lesivos contra a administração pública nacional e estrangeira previstos na Lei nº 12.846/2013 e suas atualizações;

Engajar e apoiar a alta administração para o fomento a uma cultura ética e de respeito às leis e para a aplicação efetiva do Programa de Integridade;

Atuar com autonomia, independência, imparcialidade, recursos materiais, humanos e financeiros para o seu pleno funcionamento, com possibilidade de acesso direto, quando necessário, ao mais alto corpo decisório da Companhia;

5.3 Programa de integridade

Elaborar as regras, políticas e procedimentos de prevenção de irregularidades;

Definir procedimentos de verificação da aplicabilidade do Programa de Integridade ao modo de operação da Companhia e criar mecanismos para que as deficiências encontradas em qualquer área, possam realimentar continuamente seu aperfeiçoamento e atualização.

Além disso, o Comitê de Auditoria, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, é responsável pela apuração das denúncias após as análises realizadas pela empresa independente e pela área de Compliance, Riscos e Controles Internos da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética se aplica a todos os funcionários da Companhia, qualquer que seja seu nível hierárquico, incluindo diretoria, conselheiros fiscais e conselheiros de administração.

Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

Todos os funcionários da Companhia recebem uma cópia do Código de Ética na data de sua integração e assinam um termo declarando ciência sobre o seu conteúdo. Apesar de não haver atualmente um calendário formal de treinamentos, a Companhia implementará um calendário de treinamentos periódicos sobre o conteúdo do Código de Ética e da legislação aplicável a partir deste ano.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Em casos de violação às disposições do Código de Ética estão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, como:

Advertência oral e/ou por escrito; suspensão;

Rescisão do contrato de trabalho.

No caso de terceiros, essas violações poderão levar à rescisão do contrato de prestação de serviços, quando couber. Além disso, caso as violações praticadas configurem crime, a Companhia poderá comunicar as autoridades competentes, sem prejuízo das sanções acima descritas.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Código de Ética foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021 e pode ser consultado nos seguintes endereços eletrônicos: www.cvm.gov.br e ri.wdcnet.com.br.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

5.3 Programa de integridade

A sede está em Porto Alegre RS, a fim de receber qualquer denúncia ou sugestão, advinda de Colaborador, fornecedor, ou parceiro, de forma imparcial, para que o apresentante de queixa, denúncia, dúvida ou sugestão, tenha total privacidade, e não seja identificado, em sua solicitação. É usado canal de internet no menu principal da homepage da WDC com o nome “CANAL DE ÉTICA” (<http://contatoseguro.com.br/wdc>), sem identificação de endereço de IP, ou linha telefônica 0800-900-9292.



- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Nosso canal está aberto para o recebimento de denúncias de todos os empregados e terceiros.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O canal utilizado pela Companhia garante o sigilo quanto ao colaborador ou ao terceiro que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As apurações e penalidades de violação de código de conduta da Companhia serão sempre centralizadas no departamento de Gente & Gestão. A Companhia estruturou um comitê de apuração de denúncias, formado pela diretora de Gente & Gestão, gerente de Gente & Gestão, Diretor Financeiro, Diretor de Logística, Gerente Administrativo de Ilhéus, podendo incluir outras áreas ou pessoas, caso um dos participantes do comitê esteja envolvida em tal denúncia, para que haja definição independente e não tendenciosa das penalidades a serem aplicadas.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Além daqueles já descritos neste item 5.4 do Formulário de Referência, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares. Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia segue determinadas práticas de diligência, dentre as quais (a) a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados; e (b) a contratação de escritórios de advocacia conceituados.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

5.3 Programa de integridade

Não aplicável, considerando que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Não houve, no último exercício social, qualquer alteração significativa nos principais riscos aos quais está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras inf. relev. – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo Invest Partic Multiestratégia					
14.596.766/0001-95	Brasil	Sim	Sim	25/08/2025	
Não					
12.873.942	20,286	0	0,000	12.873.942	20,286
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ALASKA POLAND FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES – BDR NÍVEL I INVESTIMENTO NO EXTERIOR					
05.775.774/0001-08	Brasil	Não	Não	25/08/2025	
Não					
4.905.200	7,729	0	0,000	4.905.200	7,729
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Multisetorial Plus Investimento no Exterior					
08.978.630/0001-47	Brasil	Não	Não	23/07/2021	
Não					
6.465.000	10,187	0	0,000	6.465.000	10,187
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TUESDAY VINTAGE I FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM ACOES						
60.859.232/0001-21	Brasil	Não	Não	25/08/2025		
Não						
8.795.592	13,860	0	0,000	8.795.592	13,860	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR						
055.084.198-96	Brasil	Sim	Sim	04/10/2021		
Não						
22.933.400	36,138	0	0,000	22.933.400	36,138	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
7.488.329	11,800	0	0,000	7.488.329	11,800	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
63.461.463	100,000	0	0,000	63.461.463	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo Invest Partic Multiestratégia				14.596.766/0001-95		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	25/08/2025
Quantidade acionistas pessoa física	3.963
Quantidade acionistas pessoa jurídica	67
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

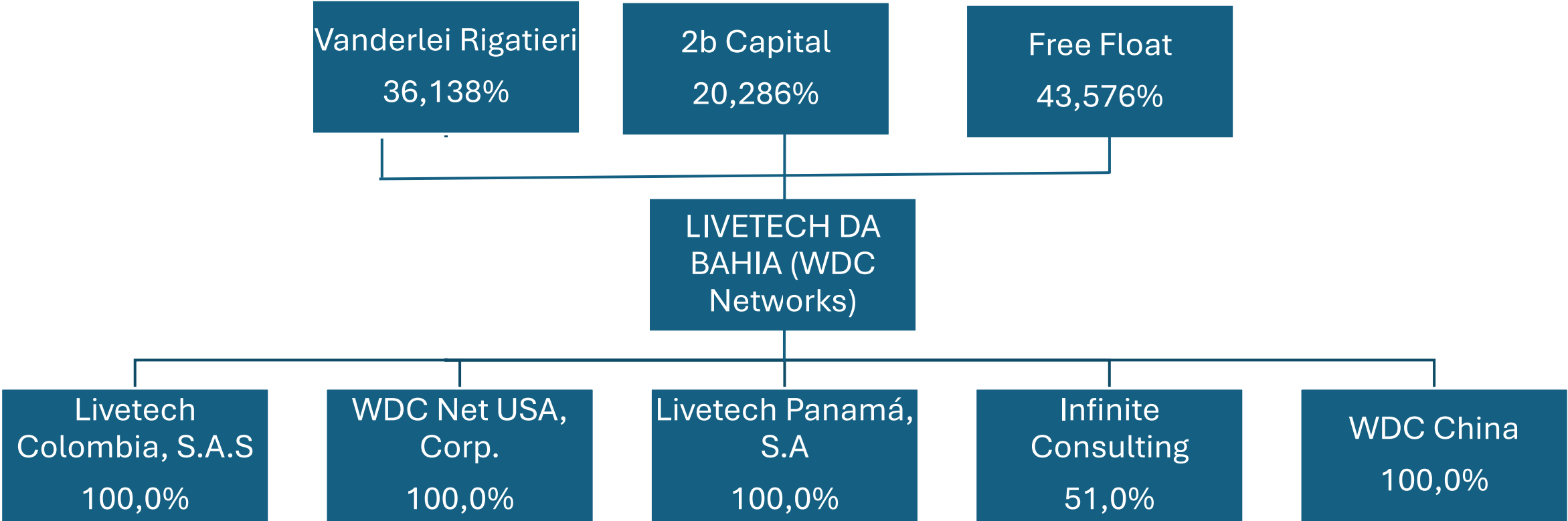
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	27.654.121	43,576%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	27.654.121	43,576%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
INFINITE CONSULTING	17.558.055/0001-14	51
LIVETECH COLOMBIA , S.A.S	00.000.000/0000-00	100
LIVETECH PANAMÁ, S.A.	00.000.000/0000-00	100
WDCNET USA, CORP	00.000.000/0000-00	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Outras informações relevantes

Em complementação às informações prestadas no item 6 – Controle e Grupo Econômico deste Formulário de Referência, informamos que o acionista 2B CAPITAL - Brasil Capital de Crescimento I - Fundo Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de 30,474% do capital social da Companhia, é um fundo de investimento em participações, constituído de acordo com as leis brasileiras, destinado exclusivamente a investidores qualificados e que possui gestão discricionária, realizada pelo gestor 2B Capital S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/ME sob nº. 07.063.675/0001-29 Gestora autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e controlada pelo Banco Bradesco BBI S.A., detentor de 100% de seu capital social.

O Fundo não possui, direta ou indiretamente, cotistas que o controlem ou que influenciem as decisões do Fundo, sendo que as principais decisões são deliberadas no Comitê de Investimentos do Fundo, composto por até 7 membros, sendo até 2 membros indicados pela Gestora e até 5 membros indicados pelos cotistas.

Descrevemos abaixo descrição do perfil dos investidores do Fundo:

Tipo de Investidor	Número de Investidores	Número de Investidores (% do Total)	Recursos Administrados (R\$ mil)	Recursos Administrados (% do Total)
Pessoas Naturais	3	25,0%	2.801	0,7%
Pessoas Jurídicas (Não Financeiras ou Institucionais)	-	-	-	-
Instituições Financeiras	4	33,3%	155.939	41,2%
Entidades Abertas de Previdência Complementar	-	-	-	-
Entidades Fechadas de Previdência Complementar	4	33,3%	210.097	55,6%
Regimes Próprios de Previdência Social	-	-	-	-
Seguradores	-	-	-	-
Sociedades de Capitalização e de Arrendamento Mercantil	-	-	-	-
Clubes de Investimento	-	-	-	-
Fundos de Investimento	1	8,3%	9.338	2,5%
Investidores Não Residentes	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	12	100,0%	378.175	100,0%

Além das informações acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Ainda, de modo a auxiliar os administradores e acionistas da Companhia, ela conta com um Comitê de Auditoria Estatutário. Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração e Diretoria, quando necessário.

O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e destituição. O mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, deverá terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos. Os membros do Comitê de Auditoria possuem mandato de 2 (dois) anos admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos.

Todos os membros da administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, devem subscrever um termo de posse contemplando sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia.

Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

A Companhia possui Política de Indicação de Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração, incluindo aspectos como reputação, qualificação técnica, experiência profissional e alinhamento com os valores e cultura organizacional. A política também faz referência ao princípio da diversidade, inclusive de gênero, especialmente no contexto da composição da Diretoria.

Embora a política ainda não preveja formalmente requisitos ou procedimentos específicos com foco em aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança), a Companhia reconhece a importância do tema e avalia periodicamente oportunidades para o aprimoramento de suas práticas de governança.

A Política de Indicação de Administradores está disponível no site da Companhia: ri.wdcnet.com.br.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(b) Mecanismos de avaliação de desempenho

Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Periodicidade da avaliação e sua abrangência. Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho realizará, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Conselheiros uma autoavaliação de cada um de seus membros, individualmente, uma avaliação do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (“Comitês”).

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação. O processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro, o fortalecimento dos valores e conduta ética; e a efetividade dos Comitês.

Resultados da avaliação. Os resultados consolidados das avaliações do Conselho e dos Conselheiros serão divulgados a todos os membros do Conselho.

Diretoria

Periodicidade da avaliação e sua abrangência. Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os Diretores que estiverem na função por mais de 90 dias.

Adicionalmente, os Diretores também são avaliados anual e individualmente, por processo de avaliação de desempenho “360 graus” (“Avaliação de Desempenho”), que inclui tanto a avaliação por seus subordinados, quanto por seus pares e pelo Diretor Presidente. O Diretor-Presidente, por sua vez, também participa do processo de Avaliação de Desempenho, sendo também avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração e pelos Diretores (seus subordinados). A Diretoria, como grupo, é avaliada pelo Conselho de Administração.

A condução do processo de avaliação dos Diretores individualmente é de responsabilidade do Diretor-Presidente. A avaliação da diretoria como órgão é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação. Processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Resultados da avaliação. Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria, e os resultados das avaliações individuais à pessoa em questão, ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração. Os resultados serão discutidos em sessões de feedback individuais, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro.

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, bem como de seus respectivos membros, são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser aprimorados. Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos. Os planos de ação podem ser utilizados, por exemplo, para a definição de metas para o ano subsequente, para reajustes eventuais de remuneração ou, até mesmo, para indicação para outros cargos na administração da Companhia.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Na hipótese de conflitos de interesses serão aplicadas regras constantes na legislação brasileira. De acordo com o estatuto social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa em assembleia geral de acionistas, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

A Companhia possui política de transação com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses, aprovada em 16 de julho de 2021, com o objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas. Para mais informações acerca da política de transação com partes relacionadas, vide Seção 11.1 deste Formulário de Referência.

(d) Indicar por órgão:

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Órgão	Até 59 anos	Maior que 59 anos	Total
Diretoria	2	1	3
Conselho de Administração	0	5	5
Conselho Fiscal	0	0	0
Comitê de Auditoria	0	3	3

(e) Objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não divulgou objetivos específicos relacionados a informações de diversidade de gênero, cor ou raça em relatório anual ou documento específico.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não divulgou objetivos específicos relacionados a informações de riscos e oportunidades relacionados ao clima em relatório anual ou documento específico.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	1	7	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	0	8	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	0	8	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que (i) pelo menos 1 (um) membro deverá ser um Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado); e (ii) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em conformidade com as normas aplicáveis expedidas pela CVM.

É de responsabilidade do Comitê de Auditoria Estatutário:

A. De acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário:

- (i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

B. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Estatutário contará com um Coordenador, nomeado pelo Conselho de Administração, que será responsável por representar o Comitê de Auditoria Estatutário e organizar e coordenar suas atividades. Além disso, nos termos do regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário, será responsável por:

- (i) convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria;
- (ii) representar o Comitê de Auditoria em suas interações com o Conselho de Administração e a Diretoria, outros grupos de trabalho ou comitês internos e outros órgãos da Companhia. Também será encarregado de representar o Comitê de Auditoria assinando correspondências, intimações e relatórios;
- (iii) convidar outros participantes a participar das reuniões do Comitê de Auditoria; e
- (iv) cumprir e impor o cumprimento deste Regimento Interno aos membros do Comitê de Auditoria.

(b) Avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Todos os trabalhos realizados pelo auditor independente, tais como, mas não se limitando, os relatórios das informações contábeis intermediárias e das demonstrações financeiras, são

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

apreciadas pelo Comitê de Auditoria até serem examinados, finalmente, pelo Conselho de Administração, ocasiões estas em que o representante do auditor independente se faz presente em todas as reuniões cujo tema de pauta seja a apreciação dos referidos trabalhos.

(c) Canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade podem ser enviadas através do canal de canal de denúncias independente com a empresa “Contato Seguro” – cuja sede está em Porto Alegre (RS), a fim de receber qualquer denúncia ou sugestão, advinda de Colaborador, fornecedor, ou parceiro, de forma imparcial, para que o apresentante de queixa, denúncia, dúvida ou sugestão, tenha total privacidade, e não seja identificado, em sua solicitação. É usado canal de internet no menu principal da homepage da WDC com o nome “Canal de Ética” (<https://contatoseguro.com.br/wdc>), sem identificação de endereço IP, ou linha telefônica 0800-900- 9292.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome BRUNO SAVASSI RIGATIERI CPF: 392.043.158-81 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: Administrador Data de Nascimento: 16/10/1992

Experiência Profissional: O Sr. Bruno Savassi Rigatieri graduou-se em Administração pela FAAP em 2017, além de ter realizado cursos técnicos nas áreas de compras e gestão de fornecedores pela FGV em 2020 e 2021. Ingressou na WDC Networks em 2015, passando pelas áreas de Marketing, Finanças e Produtos. Em seguida, foi promovido a supervisor da área de produtos. Posteriormente, foi para a área de compras 2018, tornando-se gerente e, em 2019, foi promovido a Diretor de Compras, além de ter assumido a área de Administração de Vendas.O Sr. Bruno Savassi Rigatieri não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Comercial e Marketing	30/04/2025		30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome EDMAR PRADO LOPES NETO

CPF: 931.827.087-91

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: ENGENHEIRO

Data de Nascimento: 12/07/1964

Experiência Profissional:

O Sr. Edmar Prado Lopes Neto, é engenheiro e possui mais de 35 anos de experiência em posições de liderança em finanças, com forte atuação em projetos de transformação, reestruturação operacional e financeira, e em M&A. Possui ampla experiência em mercado de capitais e relações com investidores, além de experiência em Conselhos e tem interlocução com reguladores como CVM e B3. Atualmente ocupa a posição de CEO na Vrental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (desde Julho 2025). Suas experiências anteriores incluem as funções de CFO da Eurofarma S.A. (2024/2025), CFO da Gafisa S.A. (2023/2024), CFO da Movida Participações S.A. (2016/2023), CFO da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (2012/2016) e Diretor Financeiro e de RI da Net Serviços de Comunicação S.A. (2005/2011). O Sr. Edmar não ocupa cargos em outras organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/09/2025	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		23/09/2025	Sim	23/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FELIPE LUÍS ROSA MELDONIAN **CPF:** 302.699.748-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 01/04/1982

Experiência Profissional: O Sr. Felipe Luís Rosa Meldonian é Bacharel em Administração de Empresas pela FGV-EAESP com cursos de especialização nas instituições FDC, INDG e IBGC. Possui sólida experiência em posições executivas acumulada ao longo de 12 anos com destaque para a atuação como CFO na Chilli Beans representando o Private Equity da Gávea Investimentos entre 2015 e 2021 e como CFO também na Codeme Engenharia (grupo Usiminas) entre 2010 e 2015. Mais recentemente, ocupou a posição de Diretor de FP&A na Southrock Capital contribuindo para o desenvolvimento das operações brasileiras da Starbucks, Subway e Eataly. No mercado financeiro, teve passagem por bancos de investimento e private equity no Brasil bem como equity research na China. Sr. Felipe Luís Rosa Meldonian atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na WDC Networks. Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027	Diretor Financeiro / Diretor de Relações com Investidores		30/04/2025		01/02/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MANUEL MARIA PULIDO GARCIA FERRÃO DE SOUSA **CPF:** 214.656.938-74 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 11/09/1964

Experiência Profissional: O Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa graduou-se em Administração de empresas pela Universidade Católica Portuguesa em 1988, com MBA pela Columbia Business School em 1995. Foi responsável pela área de corporate finance do BESI Brasil de 2001 a 2006. Foi VP de M&A no J.P. Morgan entre 1999 e 2001 em Nova Iorque e Associate entre 1995 e 1998 em Nova York, Cidade do México e São Paulo. Responsável pela atividade proprietária de private equity do Banco Espírito Santo no Brasil entre 2007 e 2010. Desde 2010, Manuel de Sousa é Managing Director da 2bCapital. O Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		29/04/2025	Sim	08/02/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ROBERTO JOSÉ MARIS DE MEDEIROS **CPF:** 664.054.677-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 15/07/1958

Experiência Profissional: O Sr. Roberto José Maris de Medeiros graduou-se em Engenharia Eletrônica na PUR-RJ em 1980 e concluiu o Program for Management Development em Harvard em 1992. Diretor Regional na Motorola de 1994 a 1999. COO/CEO da Telecom Italia / CRT de 2000 a 2001. CEO da Telefonica Empresas de 2002 a 2008. CEO da Rede de 2008 a 2011. Conselheiro da Westfield Almeida Junior de 2012 a 2013. Operating Partner da Advent International de 2011 a 2013. CEO da Multiplus de 2013 a 2019. Foi conselheiro na Disal de 2019 a 2020. Atualmente é conselheiro na Graac e na V8 Consulting, além de conselheiro consultivo na Nuvini e sócio na JUG Assessoria Empresarial. O Sr. Roberto José Maris de Medeiros não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99. O Sr. Roberto é membro independente, em conformidade com os critérios de independência do Novo Mercado.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		29/04/2025	Sim	08/02/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RUTH APARECIDA SAVASSI RIGATIERI **CPF:** 043.926.028-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 27/04/1963

Experiência Profissional: A Sra. Ruth Aparecida Savassi Rigatieri graduou-se em licenciatura plena em Português e Inglês pela Faculdade São Luís em 1982, além de ter estudado Formação para Conselho de Administração em 2025 na escola StarSe. Iniciou sua carreira como bancária em 1981 no Banco do Estado de São Paulo. Mais tarde, iniciou sua trajetória na WDC Networks em 2009, no departamento Financeiro e em 2011 colaborou com a criação da área de Recursos Humanos. No ano de 2019, Ruth assume a posição de Diretora de Gente & Gestão. A Sra. Ruth Aparecida Savassi Rigatieri não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2027	Vice Presidente Cons. de Administração		29/04/2025	Sim	29/04/2025

Nome VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR **CPF:** 055.084.198-96 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Eletrônico **Data de Nascimento:** 29/03/1962

Experiência Profissional: O Sr. Vanderlei Rigatieri Junior se graduou em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da USP e tem MBA pela FGV. Possui 36 anos de experiência no mercado brasileiro de TIC. Antes da WDC, Vanderlei trabalhou como engenheiro de software na Digired Informática, desenvolvedora de softwares para automação bancária; foi gerente de vendas na Troppus Informática, fabricante de computadores; gerente de vendas e marketing na Monydata, fabricante de computadores; gerente de vendas na Saturnia Sistemas de Energia, fabricante de sistemas no-break; VP para América Latina na Cabletron Systems, fabricante de equipamentos de networking; diretor comercial na Tess Celular, empresa de telefonia celular; VP de Vendas para América Latina na AT&T, multinacional de telefonia; e diretor geral da Avaya Brasil, fabricante de equipamentos de telecomunicação. Em 2004, co-fundou a WDC, atuando como CEO da companhia, e posteriormente também como membro efetivo do Conselho de Administração, além de ser o acionista controlador. O Sr. Vanderlei Rigatieri Junior não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	29/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027 (diretoria), AGO 2027 (Conselho Adm)	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		29/04/2025	Sim	08/02/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome:EDMAR PRADO LOPES NETO

CPF:931.827.087-91

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:engenheiro de

Data de Nascimento:12/07/1964

Experiência Profissional:

O Sr. Edmar Prado Lopes Neto, é engenheiro e possui mais de 35 anos de experiência em posições de liderança em finanças, com forte atuação em projetos de transformação, reestruturação operacional e financeira, e em M&A. Possui ampla experiência em mercado de capitais e relações com investidores, além de experiência em Conselhos e tem interlocução com reguladores como CVM e B3. Atualmente ocupa a posição de CEO na Vrental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (desde Julho 2025). Suas experiências anteriores incluem as funções de CFO da Eurofarma S.A. (2024/2025), CFO da Gafisa S.A. (2023/2024), CFO da Movida Participações S.A. (2016/2023), CFO da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (2012/2016) e Diretor Financeiro e de RI da Net Serviços de Comunicação S.A. (2005/2011). O Sr. Edmar não ocupa cargos em outras organizações do terceiro setor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	23/09/2025	RCA subsequente à AGO 2026			23/09/2025	23/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

CPF: 024.351.768-80

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 13/02/1957

Experiência Profissional:

Formado em Ciências Econômicas pela Unicamp, Pós Graduação em Economia pela PUC-SP. MBA em Finanças pela FACAMP. Foi diretor de investimento no Banco Multiplic em 1992. Foi Superintendente de Relações com o Mercado da Sabesp em 1997. Foi Gerente Geral de Corporate Finance e Diretor Comercial no Banco Real de Investimento em 1998. Em 2000, fundou a Fasce, empresa de consultoria e passou a atuar como conselheiro independente. Foi Conselheiro de Administração nas empresas Tele Norte Celular Participações, Cerâmica Chiarelli, Lorenge, Financeira Alfa, São Paulo Turismo, Associação Congregação Santa Catarina, Construtora Julio Julio e Universidade Tiradentes. Participou do conselho fiscal de dezenas de empresas.O Sr. Luiz Alberto de Castro Falleiros não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027			30/04/2025	16/02/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: ROBERTO VERTAMATTI **CPF:** 051.165.038-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/09/1948

Experiência Profissional: Formado em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis pela Fundação Santo André. Mestrado em Controladoria pela USP. Doutorado e Pós Doutorado pela Florida Christian University. Presidente do Conselho da Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade; atualmente membro do conselho. Conselheiro da empresa W2Conn. Professor em cursos de Pós-Graduação e MBA na FIAP, na FGV – Fundação Getúlio Vargas, e professor em mestrado e doutorado na Florida Christian University. Coordenador do MBA em Controladoria Estratégica e Gestão Tributária da USCS; Foi Conselheiro de administração no grupo Coimex.O Sr. Roberto Vertamatti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027			30/04/2025	16/02/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
Administrador do emissor ou controlada				
VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR	055.084.198-96	RUTH APARECIDA SAVASSI RIGATIERI	05.917.486/0001-40	
O Sr. Vanderlei é acionista controlador, Diretor-Presidente e Membro do Conselho de Administração da nossa Companhia. O Sr. Bruno é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
BRUNO SAVASSI RIGATIERI	392.043.158-81	RUTH APARECIDA SAVASSI RIGATIERI	05.917.486/0001-40	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
O Sr. Bruno é Diretor Comercial e Marketing da nossa Companhia.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
O Sr. Vanderlei é acionista controlador, Diretor-Presidente e Membro do Conselho de Administração da nossa Companhia. Para mais informações da nossa estrutura societária e administrativa. O Sr. Bruno é Diretor Comercial e Marketing da nossa Companhia. Para mais informações da nossa estrutura societária e administrativa, vide itens 7.3/7.4 deste Formulário de Referência.				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR	055.084.198-96	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LIVETECH FRANCHISING ADMINISTRAÇÃO LTDA.	35.849.997/0001-33		
O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR	055.084.198-96	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LIVETECH FRANCHISING ADMINISTRAÇÃO LTDA.	35.849.997/0001-33		
O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDRÉ LUIZ SANDOVAL VALENTE	222.131.528-61	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LIVETECH FRANCHISING ADMINISTRAÇÃO LTDA.	35.849.997/0001-33		
O administrador exerceu cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
O administrador exerceu cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Nos termos do artigo 16 de nosso Estatuto Social, indenizaremos e manteremos indenidos os membros de nosso Conselho de Administração, da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções.

O parágrafo 1º de referido artigo 16 de nosso Estatuto Social, descreve situações nas quais não indenizaremos os Beneficiários, a saber: (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Não obstante, outros excludentes de indenização poderão ser estabelecidos nos contratos de indenidade que serão firmados com os Beneficiários.

Ainda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 16 de nosso Estatuto Social, caso o Beneficiário seja condenado por uma decisão judicial, arbitral ou administrativa, transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados nos termos dos itens (i) a (iii) do parágrafo acima, o Beneficiário, além de não fazer jus ao recebimento de indenização pelas penalidades eventualmente impostas, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica.

O nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2021 aprovou, nos termos do parágrafo 3º do artigo 16 de nosso Estatuto Social, o modelo padrão do contrato de indenidade, a ser celebrado entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês de assessoramento ao conselho de administração e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia.

Oferecemos seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), contratado junto à BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos nossos diretores e administradores, até o limite máximo de garantia de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 35.770,84 (trinta e cinco mil reais e setecentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos) e a apólice vence em 31/12/2025.

A administração da Companhia entende que o seguro D&O e os contratos de indenidade são instrumentos importantes e complementares de atração e retenção de bons profissionais, compondo um pacote de cobertura adequado para administradores de companhia aberta. Neste sentido, o seguro D&O, em particular, enquanto contrato de seguro de responsabilidade civil, possui uma natureza dúplice na medida em que o seguro, além de proteger o patrimônio dos Beneficiários, também garante a indenização do terceiro prejudicado, o que não se verifica no âmbito dos contratos de indenidade. Adicionalmente, é possível constatar a complementaridade desses instrumentos a medida em que o contrato de indenidade poderá ser aplicado para suprir a indenização que não estiver coberta pelo seguro D&O, após expressa declaração da respectiva seguradora, bem como no caso de a seguradora não realizar o pagamento devido no prazo de até 30 dias da realização do pedido de indenização, desde que observados os termos e condições dos contratos de indenidade.

7.7 Acordos/seguros de administradores

A existência de uma proteção adequada permite a tomada de decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis tolerância a riscos fixados no interesse da companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes, além das já descritas nos itens 7.1 a 7.7.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores Política de Remuneração a qual foi formalmente aprovada em 16 de fevereiro de 2021, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (ri.wdcdn.com.br) e fisicamente em nossa sede social.

A Política de Remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, membros dos comitês, e os membros do Conselho Fiscal, este último quando e se instalado, é, ou será, em se tratando dos membros do Conselho Fiscal, coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar nossa eficiência, o objetivo de nossa Política de Remuneração é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar nossos colaboradores.

As diretrizes que norteiam nossa prática de remuneração são: (i) a remuneração ser balizada conforme boas práticas de mercado, alinhada com a estratégia e impacto da contratação no negócio, visando atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às nossas diversas necessidades.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Conselho de Administração

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao nosso. Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas

8.1 Política ou prática de remuneração

e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membros do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, poderão fazer jus ao acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

Os Diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite a Companhia oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a nossa situação financeira.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Os Diretores, assim como todos nossos colaboradores que exercem cargos de gestão são elegíveis ao programa de Bônus da Companhia, que está atrelado à entrega das metas orçamentárias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilitam aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Nossos Diretores estatutários e não-estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Auxílio Combustível; (iii) Vale Refeição; (iv) Ajuda de Custo Mobilidade; (v) Seguro de Vida; e (vi) Estacionamento.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado. Se e quando instalado, terá sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

Comitês

Os membros do Conselho de Administração que venham a integrar comitês de assessoramento poderão fazer jus a uma remuneração adicional pelo exercício do cargo no referido comitê, conforme definido pelo Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

Os membros externos que integram os Comitês de Assessoramento, especificamente o Comitê de Auditoria, faz jus a uma remuneração fixa mensal cujo montante é definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange tanto para a remuneração fixa mensal, recebida a título de pró-labore, quanto a remuneração variável e baseada em ações. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração paga condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico-financeira.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;**

A divisão em lotes anuais, a existência de períodos de carência, bem como de exercício condicionado a decurso de tempo fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

8.1 Política ou prática de remuneração

O Plano incentiva a realização do plano de crescimento e manutenção de seus principais diretores, empregados ou colaboradores, cujo comprometimento e direção no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios (2022, 2023 e 2024):

Exercício 2025	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício 2024	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício 2023	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
----------------	------------------	----------------------	------------------------------	-------

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício 2022	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	89,35%	10,65%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100,00%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

- sua metodologia de cálculo e de reajuste;**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da

8.1 Política ou prática de remuneração

categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com as práticas de mercado.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários da Companhia leva em consideração metas individuais e metas de desempenho financeiro pela Companhia, definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. As metas individuais são objetivas e estão ligadas ao desempenho de tarefas ou conclusão de projetos específicos de cada área, podendo estar relacionadas ao fechamento de determinados negócios, atingimento de melhorias operacionais, novos lançamentos de produtos ou canais de vendas, entre outros.

Já as metas de desempenho da Companhia são auferidas, principalmente, pelo Retorno sobre o Patrimônio Líquido (Return on Equity ROE) da Companhia, podendo incluir outras métricas específicas a critério do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho.

A Companhia possui Política de Remuneração formalmente aprovada, que estabelece critérios para definição da remuneração fixa e variável de seus administradores. Atualmente, tal política não contempla, de forma específica, metas ou indicadores vinculados a aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança). Contudo, a Companhia acompanha a evolução das práticas de mercado e avalia, de forma contínua, oportunidades para o aperfeiçoamento de seu modelo de remuneração, alinhado às melhores práticas de governança corporativa.

(ii) **razões que justificam a composição da remuneração**

A Companhia analisa a sua performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são: i) o incentivo à melhoria de nossa

8.1 Política ou prática de remuneração

gestão; ii) a permanência de nossos executivos; e iii) o incentivo aos colaboradores obterem melhores resultados, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia possui membros do conselho de administração que também são os controladores, membros que representam seus acionistas controladores.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Determinados Diretores e outros colaboradores que exercem cargos de gestão na Companhia, celebraram contratos com a Companhia que preveem o recebimento de uma remuneração extraordinária mediante a ocorrência de um evento de liquidez (alteração do controle societário ou realização de oferta pública inicial de ações da Companhia), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de janeiro de 2019 e aditado conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021. O valor da remuneração que os colaboradores fizeram jus foi calculado com base na variação do valor histórico das ações de emissão da Companhia (em abril de 2017 ou no momento que o colaborador passou a trabalhar na Companhia) e o valor das ações na data da ocorrência do evento de liquidez.

Em agosto de 2021, após a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia, foi pago o valor de R\$20,4 milhões aos Diretores e colaboradores que haviam celebrado o contrato com a Companhia, sendo que, deste valor, R\$15,5 milhões já estavam provisionados pela Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,60	2,60	0,00	7,20
Nº de membros remunerados	2,60	2,60	0,00	5,20
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	915.000,00	4.347.000,00	0,00	5.262.000,00
Benefícios direto e indireto	94.368,00	890.274,00	0,00	984.642,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	190.031,00	295.437,00	0,00	485.468,00
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020	Conselho Fiscal não instalado	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.366.888,00	0,00	1.366.888,00
Participação de resultados	0,00	15.759,00	0,00	15.759,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A		Conselho Fiscal não instalado	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação			Conselho Fiscal não instalado	
Total da remuneração	1.199.399,00	6.915.358,00	0,00	8.114.757,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	613.750,00	4.176.748,77	0,00	4.790.498,77
Benefícios direto e indireto	0,00	404.208,00	0,00	404.208,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	122.750,00	1.138.446,79	0,00	1.261.196,79
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Conselho Fiscal não instalado	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.411.700,00	0,00	1.411.700,00
Participação de resultados	0,00	36.825,00	0,00	36.825,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Conselho Fiscal não instalado	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação			Conselho Fiscal não instalado	
Total da remuneração	736.500,00	7.167.928,56	0,00	7.904.428,56

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,50	0,00	4,50
Esclarecimento			Não se aplica	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	524.000,00	3.945.701,00	0,00	4.469.701,00
Benefícios direto e indireto	0,00	316.183,17	0,00	316.183,17
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	104.800,00	1.246.353,95	0,00	1.351.153,95
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	628.800,00	5.508.238,12	0,00	6.137.038,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	0,00	6,00
Esclarecimento			Não se aplica	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	492.000,00	4.352.821,64	0,00	4.844.821,64
Benefícios direto e indireto	0,00	317.971,60	0,00	317.971,60
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	98.400,00	1.203.035,38	0,00	1.301.435,38
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	590.400,00	6.573.828,62	0,00	7.164.228,62

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,60	2,60	0,00	7,20
N° de membros remunerados	2,60	2,60	0,00	5,20
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	49751,00	1000000,00	0,00	1.049.751,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	49751,00	1000000,00	0,00	1.049.751,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	35000,00	0,00	0,00	35.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
N° de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3722575,00	0,00	3.722.575,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
N° de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Esclarecimento			Conselho fiscal não instalado	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2479664,00	0,00	2.479.664,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2479664,00	0,00	2.479.664,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Esclarecimento			Conselho fiscal não instalado	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	700000,00	0,00	700.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	700000,00	0,00	700.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

O Plano destina-se aos nossos administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia ("Beneficiários").

O Conselho de Administração, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano de Ações para a organização e administração do Plano e para a remuneração baseada em ações.

De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Opções de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos os Beneficiários, o número de Opções outorgadas, a distribuição de tais Opções entre os Beneficiários, o Preço de Exercício, as regras de vesting, eventuais restrições de negociação (lock up), a data de vigência e as demais regras específicas de cada Programa.

A administração da Companhia, não prevê, no presente momento, a realização de qualquer outorga no âmbito do Plano. Ademais, a administração da Companhia ainda não avaliou quais serão as condições dos Programas a serem aprovados pelo Conselho de Administração.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Em 15 de fevereiro de 2021 foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), administrado pelo Conselho de Administração.

c. número máximo de ações abrangidas

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, poderão ser outorgadas opções de compra de Ações até o limite de 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, poderão ser outorgadas opções de compra de Ações até o limite de 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia.

e. Condições de aquisição de ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

As condições de aquisição das opções de Ações serão definidas pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê) no momento de aprovação dos Programas. O Contrato de Outorga estabelecerá o número de Opções a serem outorgadas ao Beneficiário, contera os demais termos e condições da outorga de Opções e poderá estabelecer outorgas com base no tempo e/ou em performance, conforme o Programa aprovado pelo Conselho de Administração.

Na hipótese de distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio, restituição de capital ou outro provento em dinheiro que seja pago acionistas, o preço de exercício será ajustado no dia em que a Ação passar a ser negociada "EX" no mercado à vista, deduzindo-se o valor do provento em dinheiro líquido do preço de exercício, sendo a liquidação feita com títulos "EX".

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer regras distintas às contidas no Plano para fins de determinação do preço de exercício, bem como estabelecer, no momento da outorga das opções, condições adicionais de *vesting*, incluindo condições vinculadas ao desempenho da Companhia e/ou metas de performance.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia pelo exercício de cada Opção, no caso daquelas outorgadas no primeiro Programa, corresponderá ao preço por ação fixado para as novas ações da Companhia emitidas no âmbito de sua oferta pública de Ações. No caso dos Programas subsequentes, corresponderá ao preço médio ponderado por volume financeiro das ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa.

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

Salvo se de outra forma estabelecida pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, o *vesting* das opções ocorrerá em uma parcela única, mediante o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados da data de outorga.

Mediante a ocorrência do *vesting*, conforme estabelecido no Plano, nos Programas que venham a ser estabelecidos e nos Contratos de Outorga, as respectivas opções tornar-se-ão maduras e poderão ser exercidas pelos Beneficiários.

h. Forma de liquidação

Para liquidação dos exercícios das opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração e nos termos da legislação aplicável: (i) emitir novas Ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) alienar Ações mantidas em tesouraria.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

As opções não conferem quaisquer direitos de acionista da Companhia até a sua liquidação e efetiva aquisição/subscrição de Ações pelo Beneficiário.

i. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações adquiridas com o exercício das opções de compra, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações, sendo que tais condições deverão estar previstas nos Programas e/ou Contratos de Opção.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há eventos de suspensão do Plano. Quaisquer alterações e a extinção do Plano dependerão de deliberação da Assembleia Geral.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento voluntário ou por justa causa, o Beneficiário terá o direito de exercer todas as opções maduras (assim consideradas aquelas cujo prazo de vesting já tenha transcorrido). Todas as opções que ainda não tenham se tornado maduras estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em caso de Desligamento sem justa causa, o Beneficiário terá o direito de (i) exercer todas as opções maduras (assim consideradas aquelas cujo prazo de vesting já tenha transcorrido); e (ii) manter um número pro rata de opções que não estejam maduras, proporcional ao prazo de vesting. A mesma solução se aplicará em caso de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,60	2,60	0,00	7,20
Nº de membros remunerados	2,60	2,60	0,00	5,20
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento			Não se aplica	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento			Não se aplica	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social 2025 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	4,66	2,66	7,32
número de membros remunerados	2,66	2,66	5,32
data de outorga	-	-	-
quantidade de opções outorgadas	-	-	-
prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-	-
valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-

Exercício social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	3,00	8,00
número de membros remunerados	2,00	3,00	5,00
data de outorga	-	-	-
quantidade de opções outorgadas	-	-	-

8.6 Outorga de opções de compra de ações

prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-	-
valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-

Exercício social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	3,75	8,75
número de membros remunerados	2,00	3,75	5,75
data de outorga	-	-	-
quantidade de opções outorgadas	-	-	-
prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-	-
valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	4,00	9,00
número de membros remunerados	2,00	4,00	6,00
data de outorga	-	-	-
quantidade de opções outorgadas	-	-	-
prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-	-
valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Atualmente, não existem opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária nos termos do presente item.

Exercício social 2025 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

8.7 Opções em aberto

valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

Exercício social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

8.7 Opções em aberto

valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

Exercício social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

8.7 Opções em aberto

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Em 17 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de remuneração variável baseado em ações, indicando profissionais-chaves que receberam as opções e a quantidade total a ser distribuída (com liquidação em recursos financeiros).

Do referido plano, o valor de R\$ 5.909.135,03 (cinco milhões, novecentos e nove mil, cento e trinta e cinco reais, e três centavos) foi destinado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para a remuneração da Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não foram beneficiados pelo plano.

Exercício social 2025 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A

8.8 Opções exercidas e ações entregues

preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A

8.8 Opções exercidas e ações entregues

preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Em 17 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de remuneração variável baseado em ações, indicando profissionais-chaves que receberam as opções e a quantidade total a ser distribuída (com liquidação em recursos financeiros).

Do referido plano, o valor de R\$ 5.909.135,03 (cinco milhões, novecentos e nove mil, cento e trinta e cinco reais, e três centavos) foi destinado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para a remuneração da Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não foram beneficiados pelo plano.

Exercício social 2025 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social 2025 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A

8.10 Outorga de ações

prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A

8.10 Outorga de ações

preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,60	2,60	0,00
N° de membros remunerados	2,60	2,60	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,00	3,00	0,00
N° de membros remunerados	2,00	3,00	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			Conselho fiscal não instalado

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,00	3,00	0,00
N° de membros remunerados	2,00	3,00	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			Conselho fiscal não instalado

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,00	3,00	0,00
N° de membros remunerados	2,00	3,00	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			Conselho fiscal não instalado

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

As informações fornecidas nos itens 8.5 a 8.11 supra tratam do plano de remuneração variável atribuída a Diretoria Estatutária da Companhia em 2019, e liquidadas no exercício social findo em 2021. O contrato previu que o beneficiário adquiriria o direito de receber uma remuneração variável bruta com a passagem do tempo (vesting period) a ser calculada por meio da aplicação de um percentual (a depender do beneficiário), sobre o valor positivo obtido a partir da subtração do valor das ações da Companhia no referido Evento de Liquidez pelo valor da ação na data inicial (ingresso do fundo 2B Capital), de acordo com a seguinte fórmula:

Valor da Remuneração Variável = Percentual da Remuneração Variável (a depender do Beneficiário) x (Valor da Avaliação da Companhia Valor Base).

O evento de liquidez se materializou com o IPO da Companhia, por meio de caixa e, neste contexto, o passivo foi mensurado pelo valor justo ao término de cada período de reporte, até a sua liquidação, sendo que as mudanças no valor justo foram reconhecidas no resultado do período. O valor justo foi mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia, ajustado pelos termos e condições sob as ações que foram outorgadas.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Verificar resposta do item 8.12 a. Modelo de precificação. O pagamento ocorreu com a liquidação em recursos financeiros.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Verificar resposta do item 8.12 a. Modelo de precificação.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Verificar resposta do item 8.12 a. Modelo de precificação.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Verificar resposta do item 8.12 a. Modelo de precificação.

8.12 Precificação das ações/opções

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2024	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do Capital Social
Conselho de Administração ⁽¹⁾	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Ação ordinária	22.933.400	36,138%
Diretoria			0	0%
Conselho Fiscal			0	0%
Total			22.933.400	36,138%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade neste item, os membros do Conselho de Administração que também fizessem parte da Diretoria, foram contabilizados apenas como membros do Conselho de Administração.

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Exercício social 2025 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
nome do plano	N/A	N/A	N/A
quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
nome do plano	N/A	N/A	N/A

8.14 Planos de previdência

quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

8.14 Planos de previdência

valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,50	3,00	2,00	2,00	3,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	3.993.600,00	3.677.198,40	3.283.216,84	300.000,00	300.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	360.531,00	500.428,50	642.267,93	300.000,00	300.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.741.983,00	1.533.883,13	1.643.457,15	300.000,00	300.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	3 (três) membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024		Conselho Fiscal não instalado
31/12/2023	Conselho Fiscal não instalado	Conselho Fiscal não instalado
31/12/2022		Conselho fiscal não instalado

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo a esses Diretores.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício social previsto em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	76%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	69%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	57%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	72%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Este item não é aplicável, considerando que, nos últimos três exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária por outra razão que não a função que ocupam nestes órgãos.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, considerando que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve o pagamento de remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que as informações prestadas nos itens da Seção 8 deste Formulário de Referência apresentam as informações individuais da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
28/04/2017	28/04/2017		
Descrição dos serviços prestados			
Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) serviços relacionados à (a) auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis, e (b) revisão de nossas informações trimestrais intermediárias correspondentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; e (ii) procedimentos em conexão com a oferta pública inicial de ações de nossa Companhia.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total de remuneração dos auditores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 591 mil, os quais são integralmente relacionados a prestação de serviços de auditoria.			
Justificativa da substituição			
Não houve substituição dos auditores independentes			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve substituição dos auditores independentes			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

O Conselho de Administração da Companhia aprova qualquer contratação dos auditores para outros serviços, sejam de auditoria ou não, que forem prestados. Quaisquer serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. que não estejam incluídos no escopo da auditoria devem ser pré-aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes da contratação.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	15	28	0	0	0
Não-liderança	105	134	0	0	0
TOTAL = 282	120	162	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	29	3	10	1	0	0
Não-liderança	3	120	30	86	0	0	0
TOTAL = 282	3	149	33	96	1	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	6	32	5
Não-liderança	88	140	11
TOTAL = 282	94	172	16

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	43	0
Não-liderança	7	232	0
TOTAL = 282	7	275	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	11	0	27	0	5
Não-liderança	0	88	0	128	0	23
TOTAL = 282	0	99	0	155	0	28

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	32	67	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	81	74	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	7	21	0	0	0
TOTAL = 282	120	162	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	12	22	65	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	3	109	11	31	1	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	28	0	0	0	0	0
TOTAL = 282	3	149	33	96	1	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	30	62	7
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	55	93	7
Sul	0	0	0
Exterior	9	17	2
TOTAL = 282	94	172	16

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

ATIVIDADE	SP	BA	TOTAL
EXECUTIVO	5	1	6
GERENTES	14	3	17
COORD / SUPERVISOR	14	7	21
ANALISTAS	103	27	130
ASSISTENTE / AUXILIARES	21	51	72
APRENDIZES	9	2	11
ESTAGIARIO	1	1	2
Total Geral	167	92	259

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

ATIVIDADE	SP	BA	TOTAL
SEGURANÇA	0	0	0
RECEPÇÃO	0	0	0
LIMPEZA	2	2	4
MÃO DE OBRA OPERAÇÃO	0	6	6
Total Geral	2	8	10

(c) índice de rotatividade

INDICE DE ROTATIVIDADE	31/12/2024 37,02%
------------------------	----------------------

Para calcular o índice de rotatividade levamos em consideração o número total de funcionários próprios, demitidos ou que pediram demissão durante o período, dividido pelo número de empregados no último dia do exercício social anterior.

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera a política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Oferecemos remuneração alinhada com o mercado para atrair e reter talentos visando alcançar objetivos de curto, médio e longo prazo e sempre que necessário efetuamos reajustes das faixas salariais. Considerando o modelo de nosso negócio, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para nosso crescimento, de modo que nossa estratégia de remuneração deve incluir mecanismos que incentivem nossos colaboradores a permanecer por longo prazo, equilibrando seu desenvolvimento e crescimento com os seus resultados e o valor agregado para os acionistas.

Concedemos, ainda, ajustes por mérito e promoção, de modo a reconhecer e recompensar o desempenho de cada colaborador com base nas avaliações de desempenho individuais periódicas.

Adicionalmente à remuneração fixa, temos como política vigente o Programa de Bônus, atrelado ao cumprimento das metas orçamentárias e operacionais. Esse plano abrange todos os funcionários da Companhia, exceção feita aos membros dos conselhos e comitês. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilita aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício.

(b) política de benefícios

A Companhia possui uma política unificada de benefícios, respeitando as políticas regionais ou locais, conforme o caso, e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos (Vale Transporte/Estacionamento/Vale Combustível, Vale Alimentação, Vale Refeição, Convênio Farmácia, Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida), de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

O nosso plano de opções de compra de ações foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2021, cujos detalhes estão descritos no item 8.6 deste Formulário de Referência.

(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior remuneração individual: R\$3.993.600

Mediana da remuneração individual: R\$ 80.387,00

Razão: 49

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
3.407.768,00	49.224,00	69,23
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Possuímos ótimo relacionamento com nossos colaboradores e com as entidades sindicais, patronal e profissional: Participamos de negociações para novas convenções coletivas, tendo abertura para negociação direta com os sindicatos para acordos de Programa de Participação em Resultados – PPR, alteração da jornada de trabalho e outros acordos quando necessário.

Os sindicatos patronais e profissionais aos quais temos relações nos últimos 3 exercícios são os seguintes: (i) Sindicado dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Siderúrgica, Mecânica, Material Elétrico e Eletrônico de Ilhéus, Itabuna, Itajuípe Uruçuca e Canavieiras – Bahia; (ii) Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Município de Ilhéus e Itabuna – Bahia; (iii) Sindicato dos Comerciantes de Simões Filho – Bahia; (iv) Sindicato do Comércio Patronal de Camaçari e Região; (v) Sindicato dos Empregador de Agentes Autônomos no Comércio e Empresas de Assessoramento no Estado de SP; (vi) Sindicato dos Comerciantes de São Paulo; (vii) Sindicato do Comercio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo.

Os acordos coletivos de trabalho firmados com cada sindicato são renegociados anualmente, em convenção coletiva.

Nos últimos 3 exercícios sociais, nossos profissionais não estiveram envolvidos em movimento de greve, paralisação ou manifestações.

Dentro da área de Gente & Gestão temos profissionais que exercem as atividades de relações sindicais, nos permitindo ter um bom relacionamento com os presidentes e diretores dos sindicatos, o que auxilia na negociação de acordos coletivos e eventuais problemas que dizem respeito às relações trabalhistas.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses (“Política de Partes Relacionadas”), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021, estabelece as regras que devem ser observadas em as nossas transações comerciais que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política), bem como para administração de outras situações que envolvam possíveis conflitos de interesses.

O objetivo da Política de Partes Relacionadas é o de fornecer orientações à conduta dos nossos administradores e dos administradores de nossas controladas, de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os nossos interesses, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser analisada pelo Departamento Jurídico para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. O Departamento Jurídico deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com esta Política. O Departamento Jurídico poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria Não- Estatutário com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas nos termos desta Política. A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das partes relacionadas e pela classificação de operações como uma “transação com partes relacionadas”; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma transação com partes relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

Além disso, a Lei das S.A. por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente em nosso website (ri.wdcnet.com.br), bem como fisicamente em nossa sede social.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)	03/04/2017	5.188.923,56	1.448.045,63	5.188.923,56	28/04/2027	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelo Sr Vanderlei Rigatieri, acionista da companhia. O valor descrito nos campos “Montate Envolvido” e “Montante”, referem-se ao total dos valores apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.					
Objeto contrato	Locação de imóvel no município de Ilhéus, Bahia, onde está instalada a fábrica matriz da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel de propriedade da PDV Industrialização, onde está instalada a fábrica matriz da Companhia. Referido imóvel anteriormente era de propriedade da Companhia, quando no âmbito de reorganização societária da Companhia realizada em 2017,quando foi admitido um novo sócio no quadro societário da Companhia, o imóvel foi transferido para a PDV Industrialização. O valor pago à título de aluguel foi estabelecido de acordo com condições de mercado e não possui aplicação de juros, sendo reajustado apenas nas renovações ou mediante aditivos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

n. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O nosso Estatuto Social, aprovado em 15 de fevereiro de 2021, e nossa Política de Partes Relacionadas, conforme aprovada em 16 de fevereiro de 2021, estabelecem um conjunto de regras relacionadas à aprovação de transações com partes relacionados.

De acordo com tais documentos, em situações em que qualquer pessoa envolvida em um processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., nossos administradores que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário e o Departamento Jurídico deverão (i) ter acesso a toda documentação relevante e necessária com relação a transações específicas ou a diretrizes para contratação de transações; e (ii) solicitar à Diretoria a análise de alternativas de mercado à transação com partes relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos, bem como eventuais pareceres de especialistas ou relatórios técnicos porventura julgados necessários para fornecer seu parecer ou tomar sua decisão.

Além disto, caso uma transação com partes relacionadas tenha que ser aprovada pelos acionistas em assembleia geral de acordo com a lei aplicável, essa transação deverá ser submetida aos acionistas acompanhada uma proposta submetida pelo nosso Conselho de Administração, embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das S.A., são aplicadas. Segundo tais regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

A celebração das transações acima observaram as práticas estabelecidas em lei, bem como os documentos constitutivos das sociedades envolvidas então vigentes à época.

o. Demonstrar o carácter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O nosso Conselho de Administração ou o Departamento Jurídico, conforme o caso, somente poderão aprovar uma transação com partes relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado e no interesse da Companhia e/ou de sua respectiva controlada.

O nosso Conselho de Administração ou o Departamento Jurídico, a seu critério, poderão estabelecer como condição para a aprovação de uma transação com partes relacionadas qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e no interesse da Companhia e/ou de sua respectiva controlada.

Ademais, uma transação com partes relacionadas deverá sempre ser concluída por escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, inclusive as descritas acima, agimos de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

Por fim, atuamos de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada que realizamos seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios: (i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação; (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e (iii) as condições da Política de Transações com Partes Relacionadas deverão ser integralmente observadas.

Com o objetivo de trazer clareza e evitar quaisquer dúvidas em relação a comutatividade das transações, descrevemos abaixo os fatos que demonstram o carácter comutativo delas.

Contratos de prestação de aval

Desde o início das operações da Companhia, os acionistas fundadores Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo prestaram gratuitamente garantia fidejussória, na forma de aval, em benefício da Companhia, no âmbito de contratos financeiros celebrados pela Companhia. Em 1/1/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou que os avais vigentes à época, bem como os futuros avais a serem prestados por acionistas da Companhia, passariam a ser devidamente remunerados pela Companhia. Esta medida se tornou necessária a partir do momento em que a Companhia passou a ter um novo acionista, o fundo de private equity 2bCapital, pois a prestação de garantia de dois acionistas nas respectivas pessoas físicas, de maneira gratuita e em benefício de todos os acionistas, não seria razoável.

Consequentemente, o Conselho de Administração decidiu aprovar uma remuneração destes avais ao acionista Vanderlei Rigatieri, tendo analisado diversas propostas de bancos locais para avais similares como parâmetro de precificação e, foi acertado que a remuneração devida pela Companhia corresponderia ao saldo devedor do respectivo contrato financeiro no fechamento de cada mês, multiplicado por taxa remuneratória de 1,00% ao ano, sendo que a apuração e pagamento ocorre até o último dia do mês subsequente. Caso garantia similar fosse contratada

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

no mercado, na forma de cartas de fianças, por exemplo, o custo à Companhia seria superior ao que é incorrido nos termos dos Contratos de Prestação de Aval celebrados com seus acionistas, de modo que se conclui ser benéfica à Companhia a realização da transação.

Contrato de locação de imóvel da fábrica

De 2012 a 2017, a fábrica matriz localizada em Ilhéus/BA operou dentro de um imóvel de propriedade da Companhia. Em 2017, quando um novo acionista seria admitido no quadro societário da Companhia, foi negociado com os antigos acionistas que este imóvel não faria parte da transação; consequentemente, realizaram uma reorganização societária na qual o imóvel foi transferido para uma empresa chamada PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda., de propriedade do acionista fundador da Companhia, Sr. Vanderlei Rigatieri. O valor pago à título de aluguel é estabelecido de acordo com condições de mercado e não possui aplicação de juros, sendo reajustado apenas nas renovações ou mediante aditivos, conforme condições de mercado.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se descritas nos demais itens da presente seção.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
29/04/2025	N/A	317.890.422,77
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
63.461.463	0	63.461.463

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
29/04/2025	N/A	317.890.422,77
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
63.461.463	0	63.461.463

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
29/04/2025	N/A	317.890.422,77
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
63.461.463	0	63.461.463

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
24/08/2021	N/A	0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
80.462.800	0	80.462.800

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 – Descrição dos direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão
Data de emissão	12/11/2019
Data de vencimento	19/11/2024
Quantidade	120.000
Valor nominal global R\$	120.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, a Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido de prêmio calculado de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão, aplicáveis a cada série.
Características dos valores mobiliários de dívida	1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). O vencimento das Debêntures da Primeira Série está previsto para o dia 19 de novembro de 2022. O vencimento das Debêntures da Segunda Série está previsto para o dia 19 de novembro de 2024.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse dos Debenturistas, sendo que as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures da Primeira Série e/ou da Segunda Série em Circulação ou das Debêntures em Circulação de ambas as Séries.
Outras características relevantes	Garantias: (i) real, mediante cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de duplicatas originárias das operações de compra e venda e de locação da Companhia, emitidas pela Companhia, representativas de um montante de pelo menos 70% (setenta por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série acrescido da Remuneração da Primeira Série e de pelo menos 120% (cento e vinte por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido da Remuneração da Segunda Série; e (ii) adicional fidejussória, na forma de fiança, prestada pelo Sr. Vanderlei Rigatieri Junior. Remuneração da Primeira Série: 100% Taxa DI-Over + 1,50% a.a. Remuneração da Segunda Série: 100% Taxa DI-Over + 2,50% a.a. Não há atualização monetária. Hipóteses de vencimento antecipado automático: inadimplemento pela Companhia e/ou pelo Fiador de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data em que era devida; transformação do tipo societário da Companhia; mudança ou transferência do controle acionário da Companhia sem a prévia autorização dos Debenturistas; questionamento judicial da escritura de emissão; entre outras. Hipóteses de vencimento antecipado não automático: inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis; não cumprimento dos índices financeiros previstos na escritura de emissão; entre outras.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão
Data de emissão	15/06/2022
Data de vencimento	15/06/2029
Quantidade	500.000
Valor nominal global R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	502.773.136,56
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipótese e cálculo do valor de resgate A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, a partir de 15 de junho de 2024 (inclusive) para as Debêntures da Primeira Série, e a partir de 15 de junho de 2025 (inclusive) para as Debêntures da Segunda Série, o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração da respectiva Série, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização da respectiva Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido de prêmio, conforme fórmula prevista na escritura de emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). O vencimento das Debêntures da Primeira Série está previsto para o dia 15 de junho de 2027. O vencimento das Debêntures da Segunda Série está previsto para o dia 15 de junho de 2029.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que: (i) quando a matéria a ser deliberada for específica das Debêntures da Primeira Série, sua aprovação dependerá da aprovação dos Debenturistas da Primeira Série, reunidos em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, observados os quóruns de instalação e aprovação aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previstos na escritura de emissão; e (ii) quando a matéria a ser deliberada for específica das Debêntures da Segunda Série, sua aprovação dependerá da aprovação dos Debenturistas da Segunda Série, observados os quóruns de instalação e aprovação aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previstos na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Garantia real, mediante (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes de contratos de locação de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações, softwares, hardwares, equipamentos fotovoltaicos e comunicação, entre outros, celebrados pela Companhia, listados no contrato de cessão fiduciária (“Contratos de Locação”); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de notas fiscais eletrônicas de operações de compra e venda de softwares, hardwares, produtos de informática, componentes, partes e peças de microcomputadores, equipamentos fotovoltaicos, entre outros, realizadas pela Companhia, listados no contrato de cessão fiduciária, os quais serão cobrados por meio de boletos bancários (“Notas Fiscais Eletrônicas”); (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de boletos bancários, relacionados à qualquer operação de compra e venda de softwares, hardwares, produtos de informática, componentes, partes e peças de microcomputadores, equipamentos fotovoltaicos, entre outros, e das operações de locações de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações, softwares, hardwares, equipamentos fotovoltaicos e comunicação, entre outros da Companhia, os quais serão liquidados na Conta Vinculada Fluxo (conforme definida abaixo) (“Boletos”), excluídos os boletos decorrentes dos Contratos de Locação e das Notas Fiscais Eletrônicas; e (iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios, corpóreos e incorpóreos, potenciais ou não, inerentes à titularidade das contas vinculadas listadas no contrato de cessão fiduciária, abertas junto ao banco depositário, de titularidade da Companhia e não movimentáveis por essa, por onde transitarão (a) os recursos provenientes dos Contratos de Locação e das Notas Fiscais Eletrônicas por meio do pagamento dos Contratos de Locação e das Notas Fiscais Eletrônicas e dos Boletos (“Conta Vinculada Fluxo”); e (b) os recursos provenientes da integralização das Debêntures (“Conta Vinculada Retenção” e, quando em conjunto com a Conta Vinculada Fluxo, “Contas Vinculadas”), sendo os direitos creditórios dos itens “i”, “ii” e “iii” acima e deste item “iv” considerados, em conjunto, os “Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente” e “Cessão Fiduciária”, respectivamente), que deverão representar um montante mínimo de 50% (cinquenta por cento) (i) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série acrescido da Remuneração da Primeira Série; e (ii) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido da Remuneração da Segunda Série, conforme abaixo definidos; e (iii) deduzidos os valores retidos na Conta Vinculada Retenção (“Valor Mínimo”), conforme aplicável, cuja verificação seguirá o procedimento e os prazos previstos no contrato de cessão fiduciária e seus eventuais aditamentos.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão
Data de emissão	30/05/2025
Data de vencimento	28/05/2030
Quantidade	100.000
Valor nominal global R\$	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	100.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emitente poderá, a partir do término do 24º (vigésimo quarto) mês contado a partir da Data de Emissão das Notas Comerciais, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais, sem necessidade de qualquer aprovação adicional pelos titulares. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (i) saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem regatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem regatadas, (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, não sendo devidas, entretanto, quaisquer penalidades em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, e (iv) de prêmio conforme fórmula prevista na escritura de emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais, não conversível em ações, com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). O vencimento das Notas Comerciais está previsto para 28/05/2030.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares de Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das S.A. e artigo 47, parágrafo 3º da Lei nº 14.195, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de titulares de Notas Comerciais. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais, em primeira convocação e/ou em segunda convocação, dependerão de aprovação de titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Notas Comerciais em Circulação, exceto quando de outra forma prevista no Termo de Emissão.
Outras características relevantes	Garantias: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos boletos bancários referentes a contratos de locação de equipamentos, (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de boletos bancários, relacionados a qualquer operação de compra e venda de softwares e hardwares e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, corpóreos e incorpóreos, potenciais ou não, inerentes à titularidade da conta vinculada listada no Contrato de Cessão Fiduciária, aberta junto ao banco depositário, de titularidade da Emitente e não movimentável por essa, sendo os direitos creditórios dos itens “i”, e “ii” acima e deste item “iii” considerados, em conjunto, os “Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente” e “Cessão Fiduciária”, respectivamente, que deverão representar um montante mínimo de 40% (quarenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais acrescido da Remuneração. Hipóteses de vencimento antecipado automático: inadimplemento, pela Emitente, de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares de Notas Comerciais prevista neste Termo de Emissão, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias; liquidação, dissolução, encerramento de atividades ou extinção da Emitente ou de suas controladas; decretação de falência da Emitente ou de suas controladas, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emitente ou de suas controladas; transformação da forma societária da Emitente de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações; cisão, fusão ou incorporação da Emitente ou de suas controladas, sem a prévia aprovação dos titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Notas Comerciais; não utilização, pela Emitente, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos deste Termo de Emissão; redução de capital social da Emitente, com restituição aos acionistas, sem a prévia aprovação dos titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Notas Comerciais em Circulação; distribuição e/ou pagamento, pela Emitente, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emitente, caso a Emitente esteja em mora com qualquer de suas obrigações; questionamento judicial, pela Emitente e/ou por qualquer coligada da Emitente, do Termo de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou da Garantia Real ;e declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emitente no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, em montante superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	210	131	0
Nota Comercial	0	1	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de nossa emissão são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

1ª emissão de debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em sua 1ª emissão de debêntures foram destinados exclusivamente para pagamento das dívidas. Essa emissão foi liquidada em 15/12/2022.

2ª emissão de debêntures

Os recursos obtidos pela Companhia em sua 2ª emissão de debêntures foram destinados exclusivamente para (i) investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de estoques operacionais e/ou equipamentos destinados a locação; e/ou (ii) reforço de capital de giro; e/ou (iii) pagamento de dívidas da emissora, conforme escritura.

Notas Promissórias

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em sua 1ª emissão de notas promissórias foram destinados para reforço de capital de giro e investimentos da Companhia. Essa emissão foi liquidada em 31/01/2023.

Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em sua oferta pública foram destinados para (i) investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de equipamentos destinados a locação; e (ii) potenciais aquisições de empresas (M&As).

Follow-on Precificação de Oferta Primária de Ações (ICVM 400)

A realização do Follow-on, em complemento à Oferta Pública Inicial de Ações, ocorreu em função da liberação dos investidores de varejo à negociação na bolsa. Os recursos foram destinados para investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de equipamentos destinados à locação.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, considerando que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no item a acima.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, considerando que não houve desvios.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR	Diretor Presidente	Registrado	
FELIPE LUIS ROSA MELDONIAN	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 – Declaração do Diretor Presidente

VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR, brasileiro, divorciado, engenheiro eletrônico, portador da cédula de identidade RG nº 10.821.153-8 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF sob o nº 055.084.198-96, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, na qualidade de Diretor Presidente da LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o nº 05.917.486/0001-40, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia (“JUCEB”) sob o NIRE nº 2930003576-9 (“Companhia”), para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

FELIPE LUÍS ROSA MELDONIAN, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 24.159.766-3 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF sob o nº 302.699.748-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o nº 05.917.486/0001-40, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia (“JUCEB”) sob o NIRE nº 2930003576-9 (“Companhia”), para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Felipe Luís Rosa Meldonian
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.